

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG (FN) IVES BRUZON DE MELLO

A DIPLOMACIA NAVAL NA ZOPACAS:

sua vertente cooperativa junto aos países da costa ocidental da África.

Rio de Janeiro

2023

CMG (FN) IVES BRUZON DE MELLO

A DIPLOMACIA NAVAL NA ZOPACAS:

sua vertente cooperativa junto aos países da costa ocidental da África.

Tese a ser apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso
de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) William de Souza
Moreira.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico:

- a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN);
- b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros;
- c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e
- d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha esposa, pelo apoio incondicional em mais um desafio na minha carreira na Marinha do Brasil, e aos meus dois filhos, por serem fontes de inspiração permanente na minha vida. À minha família, pela paciência, compreensão e apoio.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pela graça da saúde e pelas oportunidades e pessoas que dispôs ao longo de minha trajetória.

Aos meus mestres, professores, instrutores e palestrantes convidados, que com suas aulas e apresentações transmitiram importantes conhecimentos para a minha carreira e subsídios que fizeram parte deste trabalho.

Ao meu orientador, CMG (RM1) William de Souza Moreira, pela compreensão, disponibilidade, orientações e apoio prestados ao longo do curso, que em muito contribuíram para a consecução deste trabalho.

Ao Comando, demais oficiais, praças e servidores da EGN, pelo ambiente respeitoso, cortês, virtuoso e acolhedor com que nos brindaram ao longo do ano.

Aos amigos da Turma do Curso de Política e Estratégia Marítimas de 2023, pela amizade, companheirismo, momentos vividos e pela inesquecível oportunidade de troca de experiências.

"Um diplomata não serve a um regime e sim a um país."

"É sempre bom discutir acordos com uma esquadra de credibilidade."

José Maria da Silva Paranhos Júnior
BARÃO DO RIO BRANCO
PATRONO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA

RESUMO

Este trabalho investiga a atuação da diplomacia naval brasileira, no âmbito da diplomacia de defesa, junto aos países da costa ocidental da África, particularmente, os Estados membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), no período de 2003 a 2018. Para tanto, são exploradas algumas atividades de cooperação naval estabelecidas entre a Marinha do Brasil e aqueles países. Discute-se a importância política e econômica dos oceanos e como esses se configuram como valiosa ferramenta de projeção de poder. Analisa-se as chamadas *novas ameaças* que tanto afetam a segurança marítima, que também é estudada sob diferentes pontos de vista, global e regional, e por meio de uma tipologia e metodologia própria. Esses aspectos direcionam as preocupações para o Atlântico Sul, onde o Brasil tem possibilidade de ser uma potência, devido às suas dimensões e riquezas existentes em seu Entorno Estratégico e, em especial, na Amazônia Azul. Apresenta-se a importância da cooperação regional entre os Estados limítrofes da bacia sul-atlântica, de forma a ampliar capacidades, dissuadir possíveis agressões, assegurar a soberania no mar e os interesses nacionais. Dessa forma, verifica-se um ambiente propício à diplomacia naval, por meio da cooperação naval, como instrumento importante no processo de fortalecimento da segurança marítima, destacando-se as ações realizadas no Golfo da Guiné contra a pirataria marítima. Portanto, este trabalho tem a finalidade de investigar se a diplomacia naval brasileira exercida pela Marinha do Brasil junto aos países da costa ocidental africana contribuiu para o fortalecimento da ZOPACAS como instituição permanente. O resultado aponta para o desenvolvimento incipiente e o esvaziamento desse projeto de identidade comum regional sul-atlântica. O estudo revela que a diplomacia naval parece ter feito sua parte em contribuição ao tão desejado fortalecimento, o que não ocorreu por outros motivos, como, por exemplo, a ausência de interesse político, a incapacidade econômica dos Estados membros, os longos períodos de inatividade e os debates sem ações efetivas posteriores. Conclui-se que a ZOPACAS não se fortaleceu, mas que a diplomacia naval foi peça fundamental para a sua permanência e sobreviva como projeto estratégico de segurança para o Atlântico Sul e para o Brasil.

Palavras-chave: diplomacia; diplomacia de defesa; diplomacia naval; política externa brasileira; Atlântico Sul; entorno estratégico; ZOPACAS; Golfo da Guiné; novas ameaças; segurança marítima; cooperação naval.

ABSTRACT

This work investigates the performance of Brazilian naval diplomacy with the countries of the west coast of Africa, particularly the member states of the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS), from 2003 to 2018. For this purpose, some activities of naval cooperation established between the Brazilian Navy and those countries are explored. The political and economic importance of the oceans is discussed and how they are configured as a valuable power projection tool. It analyzes the so-called new threats that affect maritime security so much, which is also analyzed from different points of view, global and regional, and through its own typology and methodology. These aspects direct concerns to the South Atlantic, where Brazil has the possibility of being a power, due to its dimensions and existing riches in its Strategic Surroundings and, in particular, in the Blue Amazon. It presents the importance of regional cooperation between the states bordering the South Atlantic basin, in order to expand capacities, deter possible aggressions, ensure sovereignty at sea and national interests. Thus, there is an environment conducive to naval diplomacy, through naval cooperation, as an important instrument in the process of strengthening maritime security, highlighting the actions carried out in the Gulf of Guinea against maritime piracy. Therefore, this work aims to investigate whether the Brazilian naval diplomacy exercised by the Brazilian Navy with the countries of the West African coast contributed to the strengthening of ZOPACAS as a permanent institution. The result points to the incipient development and emptying of this South Atlantic regional common identity project. The study reveals that naval diplomacy seems to have played its part in contributing to the much-desired strengthening, which did not occur for other reasons, such as, for example, the absence of political interest, the economic inability of the member states, the long periods of inactivity and the debates without subsequent effective actions. It is concluded that ZOPACAS was not strengthened, but that naval diplomacy was a fundamental part of its permanence and survival as a strategic security project for the South Atlantic and for Brazil.

Keywords: *diplomacy; defense diplomacy; naval diplomacy; Brazilian foreign policy; South Atlantic; strategic environment; ZOPACAS; Gulf of Guinea; new threats; maritime security; naval cooperation.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Propósito da Diplomacia Naval.....	110
FIGURA 2	Trindade das Funções Navais	110
FIGURA 3	Triângulo de <i>Groove</i> – Papel das Marinhas.....	111
FIGURA 4	Trapézio de Moreira – Papel das Marinhas.....	111
FIGURA 5	Atlântico Sul – limites geográficos.....	112
FIGURA 6	Crostras cobaltíferas e nódulos polimetálicos no Atlântico Sul.....	112
FIGURA 7	Fontes energéticas e mineiras na região da Antártica.....	113
FIGURA 8	Reservas de gás e carvão na Namíbia e África do Sul em 2006.....	113
FIGURA 9	Reservas de petróleo e gás natural na costa ocidental da África.....	114
FIGURA 10	Campos de exploração de petróleo e gás na camada pré-sal no Brasil.....	115
FIGURA 11	Saliente nordestino e Garganta atlântica.....	116
FIGURA 12	Bacia de petróleo e gás no litoral sudeste da PC brasileira.....	117
FIGURA 13	Zona Econômica Exclusiva (limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)).....	118
FIGURA 14	Reservas de petróleo “ <i>offshore</i> ” na região do Golfo da Guiné.....	119
FIGURA 15	Elevação do Rio Grande.....	120
FIGURA 16	Foz do Rio da Prata e Convergência Antártica.....	121
FIGURA 17	Cordão de ilhas oceânicas britânicas no Atlântico Sul.....	122
FIGURA 18	Costa ocidental da África.....	122
FIGURA 19	Áreas estratégicas do território brasileiro.....	123
FIGURA 20	Entorno Estratégico do Brasil.....	123
FIGURA 21	Matriz de segurança marítima.....	124
FIGURA 22	Abordagem complexa e convergente da segurança marítima.....	124
FIGURA 23	Abordagem divergente da segurança marítima.....	125
FIGURA 24	Abordagem complexa GLOBAL e REGIONAL (Atlântico Sul).....	125
FIGURA 25	Convergência das abordagens, unificando as duas percepções GLOBAL e REGIONAL (Atlântico Sul).....	126
FIGURA 26	Amazônia Azul.....	126
FIGURA 27	Países integrantes da ZOPACAS.....	127

FIGURA 28	Potências militares externas ao Atlântico Sul na África.....	127
GRÁFICO 1	Visitas realizadas pelos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais aos portos estrangeiros, de 2006 a 2018.....	128
GRÁFICO 2	Exercícios combinados, nas regiões apontadas, de 2006 a 2018.....	128
GRÁFICO 3	Evolução dos ataques de pirataria marítima no Golfo da Guiné.....	129
QUADRO 1	Acordos bilaterais sobre defesa com países africanos ou membros da ZOPACAS, entre 1994 e 2015.....	129
QUADRO 2	Relação END-PND (relação AED-ED-OND).....	130
QUADRO 3	Exercícios multilaterais Obangame Express e Grand African Nemo.....	132
QUADRO 4	Exercícios multilaterais IBSAMAR.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AED	Ações Estratégicas de Defesa
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
ALCA	Associação de Livre Comércio das Américas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDNLRIT	Centro de Dados Nacional Long-range Identification and Tracking (Identificação e Rastreamento de Longo Alcance)
CEDEAO	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CeDA	Centro para Defesa do Atlântico
CIAW	Centro de Instrução Almirante Wandenkolk
CISMAR	Centro Integrado de Segurança Marítima
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
COM	Centros Operacionais Marítimos
COMPAAz	Comando de Operações Marítimas e de Proteção da Amazônia Azul
COI	Comissão Oceanográfica Intergovernamental
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRESMAC	Centro Regional de Segurança Marítima para a África Central
CRESMAO	Centro Regional de Segurança Marítima para a África Ocidental
DMN	Doutrina Militar Naval
ECCAS	Economic Community of Central African States (Comunidade Econômica dos Estados da África Central)
ECOWAS	Economic Community of West African States (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental)
ED	Estratégia de Defesa
EDN	Estratégia de Defesa Nacional
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
EN	Escola Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
ERG	Elevação do Rio Grande
EUA	Estados Unidos da América

FA	Forças Armadas
FTC	Força-Tarefa Combinada
FTM	Força-Tarefa Marítima
GAT-FN	Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais
GGC	Gulf of Guinea Commission (Comissão do Golfo da Guiné)
GVI/GP	Grupo de Visita e Inspeção / Grupo de Presa
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
ICC	International Chamber of Commerce (Câmara Internacional do Comércio)
IMO	International Maritime Organization (Organização Marítima Internacional)
IMB	International Maritime Bureau (Escritório Marítimo internacional)
INSPNAV	Inspeção Naval
ISA	International SeaBed Authority (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos)
LCM	Linha de Comunicação Marítimas
LEPLAC	Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
LRIT	Long-Range Identification and Tracking (Identificação e Rastreamento de Longo Alcance)
MA	Marinhas Amigas
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MMCC	Multinational Maritime Coordination Centre (Coordenação Marítima Multinacional)
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MT	Mar Territorial
NAFTA	North America Free Trade Agreement (Acordo de Livre Comércio da América do Norte)
NAM	Navio-Aeródromo Multipropósito
NATO	North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN)
NDM	Navio Doca Multipropósito
NE	Navio Escola

NPaOc	Navio Patrulha Oceânico
OEF	One Earth Future Foundation (Fundação Um Futuro da Terra)
OND	Objetivo Nacional de Defesa
ONU	Organização das Nações Unidas
OpPaz	Operação de Paz
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS	Organização do Tratado do Atlântico Sul
PATNAV	Patrulha Naval
PC	Plataforma Continental
PDN	Política de Defesa Nacional
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PND	Política Nacional de Defesa
SAIHC	Southern Africa & Islands Hydrographic Commission (Comissão Hidrográfica das Ilhas e África Austral)
SAR	Search and Rescue (Busca e Salvamento)
SEN	Sistema de Ensino Naval
SI	Sistema Internacional
SISTRAM	Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo
SOLAS	Safety of Life at Sea (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar)
UA	União Africana
UE	União Europeia
UNCAC	United Nations Convention against Corruption (Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção)
UNCLOS	United Nations Convention on the Law of the Sea (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - CNUDM)
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon (Força Interina das Nações Unidas no Líbano)
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)

UNTOC	United Nations Convention against Transnational Organized Crime (Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US AFRICOM	United States Africa Command (Comando dos Estados Unidos para a África)
US SOUTHCOM	United States Southern Command (Comando Sul dos Estados Unidos)
ZC	Zona Contígua
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DIPLOMACIA: definições e conceitos.....	19
2.1	Diplomacia: instrumento de política externa do Estado.....	19
2.2	Diplomacia Naval: conceitos e propósitos	22
2.3	A Força Naval no exercício da diplomacia: teorias e classificações.....	25
2.3.1	Funções do Poder Naval em proveito da diplomacia naval.....	26
2.3.2	Tipos de emprego da Força Naval em proveito da diplomacia naval.....	27
2.3.3	A Teoria da “Trindade das Funções Navais”	29
2.3.4	As duas vertentes da diplomacia naval: coercitiva e cooperativa	30
2.4	Uma nova diplomacia no pós-Guerra Fria.....	31
2.5	Conclusão Parcial	33
3	O ATLÂNTICO SUL E O ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL	35
3.1	Os oceanos e sua importância política e econômica.....	35
3.2	O Atlântico Sul: importância, conflitos de interesse e áreas estratégicas.....	36
3.2.1	A importância estratégica e econômica do Atlântico Sul	37
3.2.2	Conflitos de interesse no Atlântico Sul.....	38
3.2.3	Áreas estratégicas na bacia sul-atlântica.....	39
3.2.4	A costa ocidental da África: vizinhos na margem oposta no Atlântico Sul.....	42
3.3	O Entorno Estratégico Nacional: definições, delimitações e importância.....	43
3.4	Conclusão parcial	45
4	SEGURANÇA MARÍTIMA E COOPERAÇÃO REGIONAL NO ATLÂNTICO SUL	47
4.1	As chamadas novas ameaças	47
4.2	Segurança marítima internacional	50
4.2.1	Segurança marítima: análise dos níveis e tipos observados.....	52
4.3	Cooperação regional: uma estratégia para a segurança marítima no Atlântico Sul....	53
4.4	Conclusão Parcial	57

5	A DIPLOMACIA NAVAL NA ZOPACAS	59
5.1	A importância da ZOPACAS para o Brasil	59
5.2	A ZOPACAS avançou?.....	62
5.2.1	Primeira fase da ZOPACAS (1986 a 2006): desenvolvimento, regressão e inatividade.	63
5.2.2	Diplomacia naval durante a regressão e inatividade da ZOPACAS (1995 a 2006).....	65
5.2.3	Ressurgimento estratégico do Atlântico Sul e tentativas de revitalização da ZOPACAS (2007 a 2013).....	66
5.2.4	VII Reunião Ministerial da ZOPACAS (2013): tentativa isolada de renovação	70
5.3	O comportamento da diplomacia brasileira no contexto político de 2003 a 2018.....	72
5.4	A diplomacia brasileira sob perspectiva da Política e Estratégia Nacionais de Defesa	73
5.5	A diplomacia naval na ZOPACAS sob perspectiva da Política e Estratégia Nacionais de Defesa.....	76
5.6	Ações diplomáticas da Marinha do Brasil na ZOPACAS de 2003 a 2018	78
5.6.1	Presença naval na ZOPACAS: as visitas navais.....	79
5.6.2	Exercícios navais combinados e multilaterais na ZOPACAS.....	80
5.6.3	Cooperação naval entre Brasil e África na ZOPACAS.....	82
5.6.4	Cooperação naval e segurança marítima no Golfo da Guiné	83
5.7	Conclusão parcial.....	89
6	CONCLUSÃO	91
	REFERÊNCIAS	96
	ANEXO A – ILUSTRAÇÕES	110

1 INTRODUÇÃO

Em 1986, foi criada a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS), um foro de diálogo entre nações sul-americanas e africanas banhadas pelo Oceano Atlântico Sul com a finalidade de promover a cooperação regional, a paz e a segurança no Atlântico Sul. Em 1991, com o fim da Guerra Fria, a questão da segurança marítima no Atlântico Sul começou a crescer de importância, especialmente devido às chamadas *novas ameaças* que afetam os países da costa ocidental da África e preocupam o Brasil, pois trazem insegurança marítima, ameaças à Defesa Nacional e às riquezas naturais existentes nas águas jurisdicionais. No Golfo da Guiné, a pirataria marítima e outros crimes transnacionais têm ampliado essa insegurança na bacia sul-atlântica. O Atlântico Sul é parte do Entorno Estratégico brasileiro, com importância econômica e estratégica. Nele está situada uma gama de recursos vivos e não vivos, reservas de petróleo e gás natural, nódulos metálicos, crostas cobaltíferas e outros minérios, imensa capacidade de pesca, intenso comércio marítimo e o acesso estratégico à Antártica, logo é crescente o interesse de atores externos.

As vulnerabilidades na segurança marítima no Atlântico Sul exigem o incremento da cooperação, de exercícios militares combinados e de ações diplomáticas, de forma que os Estados-membros da ZOPACAS tenham capacidade militar-naval para garantir a soberania em suas águas jurisdicionais e a estabilidade na bacia sul-atlântica, sem a interferência de atores externos. Logo, a ZOPACAS surge como ambiente para acordos e parcerias entre as Marinhas de seus Estados-membros, com o intuito de reprimir as novas ameaças e proteger os recursos naturais em suas águas jurisdicionais. Passados 37 anos de sua criação, existem questionamentos se a ZOPACAS se configurou como arranjo de segurança regional, se ela se fortaleceu como instituição permanente e se alcançou os propósitos para os quais foi criada.

O Objetivo Geral desse trabalho é: compreender se a Diplomacia Naval foi um instrumento para o fortalecimento e a consolidação institucional da ZOPACAS, de 2003 a 2018, identificando as possibilidades de melhorias de suas ações no Atlântico Sul. Logo, o Objeto de Estudo é: a Diplomacia Naval na ZOPACAS, implementada junto aos países da costa ocidental da África. Sendo a Questão de Pesquisa: a Diplomacia Naval desenvolvida pela MB, no período de 2003 a 2014, junto aos países situados na costa ocidental da África,

serviu como instrumento de contribuição para o fortalecimento e consolidação institucional da ZOPACAS?

Nesse contexto, o presente trabalho constitui-se em uma pesquisa com o propósito de investigar a contribuição da diplomacia naval no desenvolvimento e fortalecimento da ZOPACAS, no espaço temporal de 2003 a 2018, e, caso não tenha ocorrido, sugerir ações estratégicas que possam contribuir para esse fortalecimento. O estudo parte da seguinte Hipótese: as condições políticas, econômicas e militares dos países da costa ocidental da África, e a influência por eles sofrida pelas potências extrarregionais ao Atlântico Sul, restringiram o pleno desenvolvimento e os resultados esperados desse fórum regional, de forma que a Diplomacia Naval não contribuiu para o fortalecimento e a consolidação institucional da ZOPACAS, tornando-se limitado o peso estratégico desse fórum regional no Atlântico Sul. A temática da pesquisa (diplomacia naval) insere-se adequadamente nos contextos ZOPACAS, segurança marítima do Atlântico Sul e acordos de cooperação naval.

A pesquisa foi desenvolvida em seis capítulos. O Capítulo 1, que trata da Introdução. O Capítulo 2, que apresenta os principais conceitos que compõe o arcabouço teórico. Uma revisão de literaturas que abordam a teoria, tipologia e classificações sobre diplomacia, inicialmente em seu sentido mais amplo, e, posteriormente, o detalhamento sobre diplomacia naval, foco da pesquisa. Portanto, nesse capítulo, o marco teórico-conceitual baseia-se em três conceitos centrais: diplomacia; diplomacia de defesa e diplomacia naval, sendo essa subdividida em tipos, classificações e funções. Pretende-se fornecer o embasamento mínimo para que se possa identificar, nos capítulos posteriores, a real aplicação da diplomacia naval na ZOPACAS.

O Capítulo 3, que apresenta as delimitações e características do Atlântico Sul e do Entorno Estratégico brasileiro. Nesse capítulo, pretende-se identificar a importância estratégica e econômica desses espaços marítimos para os Estados por ele banhados, principalmente, para o Brasil, além de proporcionar a contextualização do espaço físico onde serão analisadas as ações da diplomacia naval.

O Capítulo 4, que apresenta os principais aspectos sobre segurança marítima e cooperação regional no Atlântico Sul, contextualizando dois assuntos de suma importância para a melhor compreensão e análise sobre como a diplomacia naval brasileira se comporta nesse espaço marítimo. Os Capítulos 3 e 4 são essenciais, pois possibilitam melhor reflexão e análise do capítulo posterior, onde se aborda a questão principal do trabalho.

O Capítulo 5, que discorre sobre a criação e evolução da ZOPACAS, suas fases de desenvolvimento, fortalecimento e inatividade. Apresenta também como a diplomacia naval se desenvolveu junto a alguns dos Estados-membros da ZOPACAS, de 2003 a 2018. Nesse capítulo, pretende-se analisar os motivos da criação da ZOPACAS, como ocorreu a evolução de seus trabalhos e reuniões, se os propósitos para os quais foi criada, foram alcançados, se as ações diplomáticas realizadas pela MB contribuíram para seu fortalecimento como instituição permanente e, caso não tenha ocorrido, quais os motivos para tal.

Por fim, o Capítulo destinado à Conclusão do trabalho, que apresenta a resposta à questão de pesquisa, a confirmação, ou não, da hipótese, e são formuladas recomendações ou sugestões de melhoria para a MB, para a condução da diplomacia naval focada na ZOPACAS, que possibilitem o seu aprimoramento para possível implementação futura.

No que tange à delimitação do estudo, foi analisada a diplomacia naval em sua vertente preventiva e cooperativa, ou seja, em atividades da MB que não tenham interferido na soberania de outros Estados. Com relação ao recorte temporal, foi considerado o período de 2003 a 2018, envolvendo os dois mandatos do Governo Lula e Dilma, períodos com registros de maiores investimentos e acordos de cooperação com os países africanos. Evidenciou-se os Estados da costa ocidental africana, dentro do Entorno Estratégico brasileiro. A pesquisa também evidenciou os acordos de cooperação naval, citando, adicionalmente, outras ações diplomáticas da MB realizadas junto a esses países africanos.

A relevância deste trabalho está na possibilidade do aperfeiçoamento da Estratégia Naval brasileira no exercício da diplomacia naval, fruto dos resultados identificados na sua atuação na ZOPACAS, de 2003 a 2018, o que pode contribuir para a ampliação de medidas estratégicas pela MB e para o fortalecimento da política externa do País. A metodologia utilizada consistiu na busca, por meio de pesquisa bibliográfica, e na investigação da literatura selecionada nas áreas da Diplomacia, Segurança Marítima, Cooperação e ZOPACAS, disponíveis em livros, artigos acadêmicos, teses de doutorado, discursos oficiais de autoridades civis e militares, relatórios oficiais e outras publicações e compêndios de instituições nacionais e internacionais, disponíveis em meio físico e na internet, de forma a privilegiar fontes primárias e o acesso a autores tanto nacionais, quanto estrangeiros, com o propósito de obter dados e informações sob mais de um ponto de vista. Como complemento, é apresentado um apêndice que apresenta as ilustrações, tabelas e quadros referenciados ao longo de todo o trabalho.

2 DIPLOMACIA: definições e conceitos

Uma das ferramentas que dispõe um Estado para a execução de sua política externa é a Diplomacia. As relações exteriores entre os Estados são balizadas pelo interesse no poder político, em interesses comerciais e poder econômico, pela influência do poder militar mais forte, dentre outros aspectos. Em todos esses contextos, pode-se verificar a presença da diplomacia como importante elemento para a solução pacífica de controvérsias. Portanto, a fim de melhor compreender a diplomacia em seu sentido mais amplo, esse capítulo se propõe a apresentar alguns dos principais conceitos sobre o tema, onde será abordada a diplomacia naval e sua importância para o Estado. Esse capítulo destina-se a apresentar os principais conceitos sobre tipos, funções, métodos, forma de emprego nas relações internacionais, papel na política externa de um Estado, vertentes de atuação e as principais teorias, fornecendo suporte teórico mínimo aos estudos nos capítulos posteriores.

2.1 Diplomacia: instrumento de política externa do Estado

Diplomacia pode ter vários sentidos, dependendo do contexto. Pode significar tato em uma negociação, caso um negociador tenha tratado determinado assunto com muita diplomacia, por exemplo. Pode significar a política externa de um país, em si mesma, caso um Estado tenha atuado com diplomacia em determinado episódio histórico. Pode significar uma ação, uma prática de relacionamento oficial entre Estados, quando um órgão esteja incumbido ou seja o foro específico para as relações diplomáticas (BATH, 1989).

Macedo (2013) ressalta, entretanto, que simplesmente igualar o termo diplomacia à política externa de um Estado, não seria a forma mais adequada de defini-la. Não se trata de uma simples semelhança, portanto seria incorreto considerar a diplomacia como a própria política externa exercida por um Estado. Ainda segundo Macedo (2013), a expressão diplomacia está associada às ações de diálogo, à negociação e à comunicação entre os Estados, sendo tal negociação considerada por Bath (1989) como um processo contínuo e permanente, e não somente em ocasiões de tratados de grande envergadura.

Portanto, pode ser considerada como instrumento ou ferramenta à disposição do Estado na condução de sua política externa. Trata-se das atitudes adotadas por um Estado

em relação a outros no âmbito da política e das relações internacionais. Um diálogo formal e institucionalizado entre nações em favor dos interesses políticos do Estado (MACEDO, 2013).

Novamente Bath (1989), após algumas análises, acabou convergindo nesse sentido, evitando simplesmente confundi-la à política externa, e simplificando o entendimento:

[...] diplomacia é a gestão das relações internacionais por negociações; [...] é o meio pelo qual os governos buscam atingir seus objetivos e obter apoio a seus princípios. É o processo político mediante o qual as posições de política externa de um governo são inicialmente sustentadas e logo orientadas para o objetivo de influenciar as posições políticas e a conduta de outros governos. (BATH, 1989, p.14)

Tal conceito encontra opiniões semelhantes e recentes. Le Miére (2014), apresenta uma definição simples e objetiva para a diplomacia, em seu sentido mais amplo, como sendo a gestão das relações internacionais. Na década de 80, James Cable já havia citado tal correlação ao ressaltar a diplomacia como um de método de administração das relações internacionais por embaixadores e enviados (CABLE, 1985).

No sistema internacional anárquico, onde observamos as diferentes relações de poder entre nações, a diplomacia pode ser entendida como o principal meio de comunicação de que dispõem os países para relacionarem-se uns com os outros. (MACEDO, 2013). Tal comunicação favorece a aproximação nas relações bilaterais não somente na área política, como também na área econômica, comercial, financeira, técnica, científica, cultural etc., em busca do benefício mútuo e em defesa dos interesses do Estado (BATH, 1989).

Macedo (2013) amplia o entendimento e revela que a diplomacia pode ser considerada como instituição do Estado, e não somente um instrumento. A diplomacia pode transcender como mero instrumento de comunicação e se colocar como a própria responsável pela identificação e formulação dos interesses e objetivos de um Estado. Portanto, a diplomacia extrapola o conceito como meio de comunicação e pode ser vista como instituição de um Estado ou de uma sociedade internacional, influenciando seus comportamentos no âmbito das relações internacionais.

Em que pese Macedo (2013) ter ressaltado não ser correto igualar diplomacia à política externa de um Estado, esclarece, no entanto, que diplomacia e política externa se confundem, mantendo uma hierarquia entre elas. A política externa é uma só e a diplomacia é um meio de se fazer política externa. A política externa deve priorizar um conjunto de ações diplomáticas coerentes e uníssona aos interesses políticos do Estado (MACEDO, 2013).

Em suma, apesar da diplomacia se confundir com a política externa (MACEDO, 2013), de possuir semelhanças com o processo de formação da política externa de um país (CABLE, 1985), ela é, na verdade, um processo distinto (CABLE, 1985). A política externa envolve as aspirações, interesses e capacidades nacionais que influencia o Governo na escolha dos métodos de relacionamento com outros Governos (CABLE, 1985).

Pode-se observar, também, que a diplomacia exercida por um Estado procura atender três funções básicas: a representação do Estado (formal, legal, social, protocolar e simbólica), a negociação (ideia central da diplomacia) e a informação (sobre assuntos de interesse do Estado) (BATH, 1989).

Conforme ressalta Macedo (2013) e Bath (1989), no pós-Guerra Fria, a diplomacia bilateral e suas tarefas clássicas abriram espaço para o surgimento de uma diplomacia com múltiplas atividades no campo das relações internacionais multilaterais, na área comercial, ambiental, econômica, financeira, técnica, científica, cultural, entre outras. Portanto, o término da Guerra Fria pode ser considerado um divisor de águas, possibilitando o surgimento de uma variedade de concepções sobre diplomacia (MACEDO, 2013).

Tal transformação está muito associada aos novos conceitos e abordagens sobre paz e segurança internacionais surgidos a partir do fim da Guerra Fria. Essas novas concepções a respeito de segurança internacional resultaram a partir das denominadas *novas ameaças* que também serão discutidas. Tais aspectos passaram a moldar a conduta da política externa dos Estados pós-Guerra Fria e, conseqüentemente, a forma de se fazer diplomacia.

A ideia apresentada acima possui respaldo nas análises de Macedo (2013), que ressalta o surgimento de uma nova diplomacia política no período pós-Guerra Fria. O término da bipolaridade e a globalização que se seguiu, transformaram as relações de poder no sistema internacional, levando a uma nova política externa pelas Nações. O mundo pós-Guerra Fria abriu espaço para novas ideias e concepções nas relações internacionais.

Portanto, as funções tradicionais de representar, negociar e informar, anteriormente ressaltadas por Bath (1999), não seriam mais suficientes perante às novas demandas internacionais, surgindo, portanto, novos métodos diplomáticos como a mediação, administração, gerenciamento e planejamento (ADAMS, 2010, apud MACEDO, 2013).

2.2 Diplomacia Naval: conceitos e propósitos

Observadas as especificidades e particularidades que definem a prática diplomática mais ampla e geral, exercida pelos Estados, surge a necessidade de melhor definir os tipos, campos de atuação, classificação, entre outras definições adicionais, de forma a se obter um entendimento mais claro e objetivo sobre diplomacia naval.

A diplomacia naval praticada no período anterior ao fim da Guerra Fria possui características distintas da diplomacia a partir da queda do Muro de Berlim. A diplomacia naval daquela época se confunde com a terminologia diplomacia militar, levando-nos a entender a correlação existente entre diplomacia naval e militar pelo simples fato do emprego de uma força militar. Neste caso, envolvia o emprego de uma força naval de forma limitada com o intuito obter vantagem política (MACEDO, 2013). Till (2018) ressalta que as ações diplomáticas afetam as ações militares e, igualmente, as estratégias militares contribuem para moldar a diplomacia. Dessa forma, tornam-se partes inseparáveis de um processo político maior. Os estrategistas militares, portanto, devem entender os fatores diplomáticos, e vice-versa. Observa-se, em vista disso, estreita relação entre diplomacia política e as ações militares, levando as forças armadas a cada vez mais serem chamadas como instrumentos de política externa (COUTAU-BÉGARIE, 2010 apud MACEDO, 2013).

Segundo Macedo (2013), países com forças armadas organizadas e estruturadas, exercendo sua política externa em tempo de paz, assim o fazem pela diplomacia política e pela diplomacia militar, com maior prevalência da força naval. Entretanto, Till (2018) alerta para as dificuldades na relação entre poder naval e política. O emprego do poder naval como instrumento diplomático gera impactos no ambiente político, assim como o ambiente político condiciona as possibilidades de emprego diplomático das marinhas. O valor diplomático das marinhas resulta de sua capacidade, igualmente equiparada às funções estratégicas que os exércitos e as forças aéreas desempenham e, portanto, como eles, possuem valor como parte de um kit de ferramentas do diplomata (TILL, 2018).

Por essas razões, a diplomacia naval passou a ser uma preocupação para os estrategistas marítimos, uma importante função exercida pelas marinhas e uma justificativa para tê-las. Não é apenas uma oportunidade, exercida pelas marinhas somente quando não há guerras. Seus desafios, requisitos e limitações precisam ser compreendidos, não apenas pelos diplomatas, mas também pelos militares (TILL, 2018).

A diplomacia marítima, distinta da diplomacia naval, é a gestão das relações internacionais por meio do domínio marítimo, sendo tal domínio exercido pelo emprego dos meios marítimos, ou seja, por diversos agentes do Estado sobre o mar, incluindo ou não os meios navais do Poder Naval. Já a diplomacia naval envolve a implementação de ampla gama de ações a partir do emprego de meios do Poder Naval, para a consecução dos interesses e objetivos nacionais (LE MIÈRE, 2014 apud CHIOZZO, 2018).

Percebe-se que a diplomacia naval tem sido um instrumento de política dos Estados e que, além da responsabilidade das forças navais em defender a nação a partir do mar, o Poder Naval contribuiu de forma significativa e indispensável para os esforços diplomáticos e os interesses nacionais dos Estados em tempo de paz (CHIOZZO, 2018). Ainda segundo Le Mière (2014, citado por Till, 2018), a diplomacia naval é parte integrante de uma diplomacia marítima. Ao se valer de uma ampla variedade de recursos pertencentes ao poder marítimo de um país, pode-se também obter resultados diplomáticos favoráveis. Till (2018) também acrescenta que a diplomacia naval raramente é decisiva quando atuando isoladamente. O emprego diplomático da força naval pode compor um pacote diplomático maior.

A diplomacia naval possui o propósito de obter uma adequada influência política sobre os atores políticos do Sistema Internacional (SI). Isto posto, os alvos a serem atingidos são as mentes e percepções dos formuladores de políticas de poderes, sejam hostis ou amigáveis (WIDEN, 2011, apud CHIOZZO, 2018). Um conceito convergente nesse sentido, mostra que o propósito da diplomacia naval é obter um comportamento desejado de um Estado, influenciando seus decisores políticos por meio de forças navais. Ao final, o efeito desejado da diplomacia naval não é a vitória militar, mas sim um acordo político (RAZA, 1997). O objetivo é influenciar o comportamento de outras pessoas. Embora na diplomacia naval o poder seja o foco e não a força, pode-se pensar que certas ocasiões justifiquem uma ação física, até mesmo letal. A diplomacia naval possui uma gama tão ampla de propósitos e efeitos quanto qualquer outro instrumento de diplomacia (TILL, 2018).

Pode-se entender, à vista disso, que a diplomacia naval envolve o emprego do poder naval como instrumento de atuação diplomática, compondo uma diplomacia mais ampla, ou seja, a diplomacia marítima, que por sua vez é parte integrante de uma diplomacia em um sentido ainda mais amplo, ou seja, a diplomacia militar. Tal afirmação é corroborada por Till (2018), em suas análises sobre os estudos de Corbett (1911), em que alerta sobre uma melhor compreensão da diplomacia naval quando o mar é o fator importante na política

externa, posicionando a diplomacia naval como parte integrante da diplomacia marítima. A diplomacia naval é mais eficaz quando integrada com todos os outros aspectos da política externa de uma nação, especialmente os marítimos (CORBETT, 1911 apud TILL, 2018).

Mostra-se claro, por consequência, o posicionamento da diplomacia naval, integrando a diplomacia marítima e militar. Torna-se importante melhor defini-la e caracterizá-la, tendo em vista a ampla gama de interpretações e significados que surgem com seu emprego na política externa do Estado (MACEDO, 2013). A necessidade de melhor defini-la surge devido ao amplo espectro de ações possíveis de serem adotadas pela diplomacia naval no pós-Guerra Fria e que podem suscitar dúvidas se são, genuinamente, de emprego do poder naval (TILL, 2018). Por exemplo, devido à atual ampliação de conceitos sobre diplomacia naval e o amplo escopo de ações políticas a qual está submetida, observa-se que algumas vezes é usada para descrever a cooperação marítima entre dois países, aspecto esse que será analisado em capítulos posteriores (TILL, 2018 apud MACEDO, 2013).

A ampliação de conceitos também pode ser justificada pelas novas áreas de atuação. Como instrumento de política internacional, a diplomacia naval passou a incorporar novos fatores e características mais amplas, com novas funções a desempenhar, por exemplo, no campo da cooperação e da ajuda militar e humanitária. Tão grande é a importância desses temas nos dias atuais na política internacional que a diplomacia naval não somente passou a apoiar a política, como adquiriu certo protagonismo em algumas áreas (MACEDO, 2013).

O poder naval empregado diplomaticamente permite que o Estado disponha de uma ferramenta de sinalização política e militar que pode ser utilizada durante uma crise e impedir uma escalada à situação de conflito bélico. A sinalização é um mecanismo de persuasão e controle, e ocorre numa linha contínua que vai da 'demonstração de interesse' à 'demonstração de determinação' e culmina na 'demonstração de força'. Caso falhe, segue-se a 'política por outros meios', ou seja, a guerra (GOODALL, 1991; MACEDO, 2013).

Macedo (2013) ainda ressalta que, diante do novo espectro de atuação da diplomacia naval, acredita-se que a diplomacia coercitiva exercida pela antiga Diplomacia das Canhoneiras, de Sir. James Cable (1971), não se encaixa nos dias atuais. Quando o emprego de um meio naval usa uma força limitada, visando a produzir efeitos diplomáticos e obter resultados favoráveis, compromete a soberania de outra nação, será um ato de força. Porém, a diplomacia naval não considera as ações coercitivas que interfiram na soberania de outros países, pois não estaria preservando o sentido virtuoso da diplomacia.

Till (2018) não corrobora com essa análise e considera que a diplomacia naval pode sim, variar entre dois extremos: de um ataque militar limitado e compulsivo, passando pela dissuasão, até a cooperação totalmente amigável no outro. Não descarta as disputas e ataques limitados como método diplomático de uma força naval, entretanto ressalta que a prevenção de guerras e conflitos continua sendo sua principal tarefa. A diplomacia naval como forma de não guerra, com o intuito de resolver disputas internacionais, torna-se preferível para a solução, ou pelo menos a administração, de questões políticas conflitantes.

Ainda segundo Till (2018), a diplomacia naval, exercida por meio da presença de uma força naval, demonstra dois propósitos ou intenções: coercitivas ou colaborativas. A presença naval pode realizar três tipos de ações: (1) *coerção*, demonstrando intenções coercitivas; (2) *construção de coalizões*, demonstrando intenções colaborativas; e (3) *construção de cenários*, demonstrando intenções coercitivas e/ou colaborativas (FIG. 1), semelhante à proposta de Le Miére (2014) que classifica a diplomacia naval em *coercitiva*, *persuasiva* e *cooperativa* (TILL, 2013; LE MIÉRE, 2014 *apud* CHIOZZO, 2018).

A representação é a ação primordial da diplomacia tradicional, pois permite informar e negociar, sendo a característica mais simbólica da diplomacia naval. A ‘presença’ da força naval é uma manifestação simbólica e uma atividade de representação. Trata-se de uma atividade com importante significado: a presença de um meio naval com seu valor simbólico no ato de ‘mostrar bandeira’. A vocação simbólica inerente à diplomacia naval é, provavelmente, o mais importante atributo de que dispõe uma força naval (MACEDO, 2013).

2.3 A Força Naval no exercício da diplomacia: teorias e classificações

Diversas são as funções de uma Força Naval exercendo sua diplomacia. Torna-se importante contextualizar o emprego da Força Naval no âmbito da diplomacia. As classificações são diversas: (1) segundo as *funções* exercidas pelo Poder Naval; (2) pelos *tipos de emprego* da Força Naval; (3) pelo *papel das marinhas* na política externa; e (4) pelas vertentes de atuação. Logo, divide-se em *Diplomacia Permanente* e *de Crise* (COUTAU-BÉGARIE, 2010), exercida por uma força naval *Definitiva*, *Propositiva*, *Catalítica* ou *Expressiva* (CABLE, 1981) e por uma marinha com papel *militar*, *diplomático* ou *policia*l (BOOTH, 1977). Por fim, ainda se divide em: *diplomacia coercitiva* ou *cooperativa (colaborativa)*.

2.3.1 Funções do Poder Naval em proveito da diplomacia naval

Coutau-Bégarie (2010) descreve que o Poder Naval pode exercer quatro funções em prol da *diplomacia naval permanente*, quais sejam:

(1ª) *Diplomacia simbólica*, já que as forças navais possuem um forte simbolismo. O simples fato de um Estado possuir Marinha de Guerra contribui para a afirmação de sua hierarquia e dissuasão existencial. A existência de uma Marinha, por si só, proporciona efeito simbólico e diplomático importante, mesmo para Marinhas de pequeno porte;

(2ª) *Diplomacia de rotina*, cujas visitas, manobras e outras participações de meios navais proporcionam aos Estados efeitos diplomáticos relevantes para sua política externa. Visitas de meios navais aos portos de outro Estado funcionam como instrumentos de prestígio. Cable (1981) também ressalta que as visitas navais de rotina produzem impacto político e são exemplos de uso expressivo da força naval. Quando em rotina ou em exercícios, as visitas navais são eventos administrativos que geram impactos políticos por mero reflexo da relação geral entre os Estados envolvidos. Uma visita recusada gera resultados políticos mais intensos do que uma visita que ocorre. Manobras multinacionais possibilitam aos outros Estados observarem a qualidade do pessoal, equipamentos e as capacidades da Marinha na solução de eventual crise. A divulgação de atividades de rotina de uma força naval possui efeito diplomático e deve ser explorado (CABLE, 1981).

(3ª) *Diplomacia de defesa*, não se tratando de ações do Estado com o intuito de reforçar a defesa, e sim de atividades de defesa (não violentas) das forças armadas que contribuam para ampliar a influência e estabilidade do Estado a nível internacional. É realizada pelas instituições de defesa de um Estado e não somente pelas forças navais, envolvendo, por exemplo: a área de armamentos, luta contra a proliferação de armas nucleares, medidas de confiança e segurança, projeção de influência, atividades de cooperação militar no ultramar, exclusão de intervenções armadas, entre outras; e

(4ª) *Diplomacia econômica*, com a utilização da imagem da força naval para fins econômicos, como vitrine da capacidade da indústria militar do país. Possibilita ampliar as vendas de equipamentos e armamentos militares. Por ela, uma força naval, ao envolver-se na promoção comercial de produtos oriundos da indústria militar de um país, pode proporcionar efeito diplomático importante no campo econômico, contribuindo para as exportações de material bélico e para a capacidade técnica e industrial de suas fábricas.

Ainda segundo a conceituação de Coutau-Bégarie (2010), no que concerne à chamada *diplomacia de crise*, são quatro as funções que o poder naval pode exercer: (1ª) *Diplomacia humanitária* que envolve o emprego do poder naval em caráter de urgência em situações de calamidade natural, sanitária ou alimentária, bem como em situações de catástrofe política, guerra civil e genocídio; (2ª) *Diplomacia de proteção* que envolve o emprego do poder naval em situações em que a proteção e o bem-estar dos cidadãos (nacionais) e seus bens, se sobrepõem aos interesses políticos do Estado. Ocorre, por exemplo, em situações em que os nacionais se encontram em país estrangeiro em crise e necessitam de proteção. A diplomacia de proteção surge com o emprego do poder naval em missão política e diplomática de proteção, abrigo e evacuação; (3ª) *Diplomacia política e de potência*, com objetivos puramente políticos, envolvendo o emprego do poder naval em uma intervenção com fim político declarado e de obter ganhos políticos. Ou seja, envolve todas as categorias já citadas, exceto a diplomacia de proteção. Normalmente, exercida por grandes potências, porém países menores também podem realizá-la empregando a diplomacia naval; (4ª) *Diplomacia econômica de crise* que, diferentemente da *diplomacia econômica permanente*, envolve o emprego do poder naval em tempo de crise com o objetivo de obter a conclusão de tratados de comércio vantajosos (MACEDO, 2013).

2.3.2 Tipos de emprego da Força Naval em proveito da diplomacia naval

Considerando o Estado com a iniciativa das ações, Cable (1981) desenvolveu quatro tipos de emprego de forças navais que influenciam os métodos de atuação da diplomacia naval, quais sejam: (1) *Força Definitiva* ou Definidora, (2) *Propositiva* ou Proposital, (3) *Catalítica* ou Catalisadora, e (4) *Expressiva* (CABLE, 1981 apud RAZA, 1997).

É importante, primeiramente, compreender o conceito de força naval limitada. Segundo Cable (1981), é a aplicação do poder naval, seja pelo emprego ou simples ameaça de emprego de uma força naval com poder limitado em situações de não guerra, para alcançar os resultados pretendidos por um Estado, garantir uma vantagem ou evitar perdas em suas relações. O emprego da força pode ser limitado para quem a aplica, porém para as ‘vítimas’ pode ter outro significado, ou seja, a percepção pode não ser a mesma. Logo, a força aplicada deve ser a mínima necessária para se obter os resultados esperados, pois as percepções sobre o que é força e a tolerância a ela, podem ser diferentes.

Ao aplicar a força naval limitada, espera-se não ultrapassar o limite entre força e violência. O ato da força deve ter o caráter limitado e o dano infligido parecer desproporcional à vítima, porém tolerável. O excesso de força pode transparecer intenções de se chegar ao ato violento (guerra). Sobre força limitada, o autor ainda destaca:

[...] combinação ideal de força máxima e violência mínima [...] usada definitivamente para remover a causa da disputa em vez de persuadir alguém a fazê-lo [...] o objetivo daqueles que empregam a força deve ser reconhecido não apenas como limitado, mas também como tolerável. [...] (CABLE, 1981)

Retornando aos quatro tipos de emprego de forças navais em prol da diplomacia naval, tem-se: (1) *Força Definitiva*, como o emprego de uma força naval para produzir um fato consumado. A força definitiva é capaz de remover a causa do conflito ou disputa entre Estados (CABLE, 1981; TILL, 2018).

(2) *Força Proposital* que, segundo Cable (1981), é o emprego de uma força naval limitada com o propósito de mudar a política de um Estado ou grupo organizado estrangeiro, induzindo-os a tomarem decisões previamente calculadas e desejadas pelo Estado que aplica a força. Definição muito semelhante de Till (2018) como sendo o emprego do Poder Naval, propositalmente, para persuadir outras nações a mudarem sua política. Entretanto, Cable (1981) alerta que o emprego limitado e proposital da força é menos confiável, pois o resultado favorável ao Estado que aplica a força depende da decisão do Estado que recebe a força. A aplicação proposital e limitada da força não é definitiva, pois ainda deixa o poder de escolha e tomada de decisão pelos líderes dos Estados pressionados, mesmo sob coação.

(3) *Força Catalisadora* que, segundo Till (2018), envolve o envio de um meio naval ou uma força naval para uma região com o intuito apenas de influenciar os acontecimentos;

(4) *Força Expressiva* que, segundo Till (2018), é emprego de uma força naval apenas para enfatizar atitudes, sem outro objetivo em vista. À *força expressiva* acrescenta-se o propósito de “[...] dar verossimilhança a declarações de outra forma não convincentes ou para fornecer uma saída para a emoção.” (CABLE, 1981). A força naval limitada expressiva compara-se aos cerimoniais e representações das diplomacias e sua distinção em relação à *força proposital* e à *catalisadora* é vaga, e o resultado de seu emprego, incerto, devido suas características ambíguas. O objetivo único e específico de dar ênfase a uma ação, com o propósito de dissuadir, não oferece precisão no resultado, pois nem todas as mensagens ou gestos passados pela força naval são perfeitamente entendidos (CABLE, 1981).

2.3.3 A Teoria da “Trindade das Funções Navais”

Tendo como ponto central o uso do mar, Ken Booth (1977) apresentou o papel das Marinhas em três categorias identificadas nos lados de um triângulo. Cada lado representa uma das funções: *Militar*, *Diplomática* e *Policia* (FIG. 2). Essa representação tornou-se referência e foi detalhada por outros acadêmicos e Marinhas. Os três modos de ação que as Marinhas podem adotar no mar definem a trindade (GROVE, 1990).

O *papel militar*, base do triângulo, refere-se ao uso ou ameaça do uso da força, valendo-se da dissuasão, controle do mar, projeção de poder e outras ações navais de ataque e defesa, na paz e na guerra (BOOTH, 1977). É pré-requisito para que possam ocorrer as funções diplomática e policial (TILL, 2018). Configura-se como o principal propósito das forças navais, dividindo-se em *projeção de poder*, *controle do mar* e *negação do mar* (GROVE, 1990). Envolve ações de dissuasão e defesa convencionais para prover proteção aos cidadãos e aos interesses de um Estado no estrangeiro e em alto-mar, englobando também a manutenção da ordem internacional e de defesa do direito do mar (MACEDO, 2013).

O *papel diplomático* envolve o uso da força naval em apoio à negociação. Por essa função, o uso da Marinha no mar destina-se a negociar, apoiar Estados amigos, demonstrar poder, manter uma reputação e construir um prestígio internacional (BOOTH, 1977). O emprego da Marinha com o intuito de respaldar as negociações entre Estados, ou seja, de apoiar a política externa, proporcionando e conquistando prestígio e contribuindo para a projeção de uma imagem positiva do país (MACEDO, 2013). Pode ser dividido em: *diplomacia da canhoneira* e *mostrar a bandeira* (CABLE, 1981).

O *papel do policiamento* envolve a imposição legítima de uma lei, norma ou ordem universalmente reconhecida, e inclui tarefas costeiras e de vigilância, mais voltadas ao policiamento do que ao uso da força, com ações destinadas à boa ordem no mar, às questões sociais e humanitárias, fiscalização e apoio após desastres naturais (BOOTH, 1977), missões de polícia, de contribuição à construção do Estado-nação, à sua estabilidade interna e a seu desenvolvimento (MACEDO, 2013).

O triângulo de Ken Booth (1977) foi ampliado em um *diamante de quatro lados* por Le Mière, com um novo eixo para representar a *segurança marítima*, ligadas às atividades benignas (LE MIÉRE, 2014 apud TILL, 2018).

Till (2018) ressalta que as três funções são convergentes, especialmente em uma época atual de operações híbridas. Sobre esse entendimento, Grove (1990) propôs um novo modelo para o triângulo, cujas arestas possuem círculos, permitindo sobreposição dos papéis (FIG. 3). Um evento naval pertencente a uma função, pode ser comum em outra função, ou em todas elas. Nesse caso, são três círculos que representam o conflito, o interesse nacional e a lei e a ordem no mar, havendo áreas comuns de contato.

Moreira (1997) procurou *tropicalizar* o conceito, sugerindo ajustes no desenho clássico do triângulo de Booth. Seus parâmetros consideraram os países em desenvolvimento e um maior peso geoestratégico sul-americano. Levou em consideração, também, a crescente atuação das Marinhas em tempos de paz em contextos de não guerra, após o fim da Guerra Fria. Devido a essa maior participação das Marinhas de médio e pequeno porte em eventos e ações pacíficas não relacionadas ao uso da força, como as atividades e operações em tempos de paz, foi inserido um *quarto lado* na figura, representando o *papel pacífico*, tornando-o um trapézio (FIG. 4). O quarto lado, nas palavras do referido autor: “[...] parece ser o caso dos países emergentes localizados na região mais estável do Atlântico Sul, longe dos principais focos de conflito no mundo” (MOREIRA, 1997).

2.3.4 As duas vertentes da diplomacia naval: coercitiva e cooperativa

Segundo Raza (1997), a *diplomacia naval coercitiva* emprega o Poder Naval para forçar com que um país, caso não atenda às demandas impostas, perceba resultados desvantajosos à sua política externa. Portanto, a diplomacia naval coercitiva procura gerar um sentimento no Estado coagido de que não obterá bons resultados. Na *diplomacia naval cooperativa*, os efeitos sentidos por um Estado em uma negociação diplomática é o oposto. Uma adequada demonstração de força a partir do Poder Naval faz com que o oponente visualize e perceba resultados benéficos à sua política externa, caso aja apropriadamente (RAZA, 1997). Till (2018) reforça os aspectos positivos da diplomacia naval cooperativa ao destacar que a coercitiva pode ocasionar comportamentos desestabilizadores e conflituosos. Portanto, acredita que a maioria dos Estados empregam suas Marinhas para transmitir mensagens mais agradáveis e cooperativas, o que, para Chiozzo (2018), podem ser visitas a portos estrangeiros, exercícios conjuntos, treinamentos e capacitações de pessoal, missões de assistência humanitária, socorro em catástrofes, entre outras missões.

Segundo Till (2018), parece adequado correlacionar *diplomacia naval cooperativa* à *diplomacia naval colaborativa* e à *construção de coalizões*, todas influenciando o comportamento de aliados e Estados potencialmente amigáveis. A cooperação, colaboração ou construção de coalizão fazem parte da política de influência, de indução ou persuasão, e não de ameaça ou coerção, explícita ou implícita. Segundo Chiozzo (2018), a diplomacia cooperativa, ao enviar meios navais a um país anfitrião, não ocasiona o mesmo impacto que uma força terrestre em solo estrangeiro ou aeronaves sobrevoando o espaço aéreo. A diplomacia naval é mais facilmente implementada, pois a força naval possui melhor aceitabilidade e alcance diplomático e, segundo Goodall (1991), maior representatividade, mobilidade e facilidade em se posicionar e retirar-se do país anfitrião.

Macedo (2013) e Chiozzo (2018) ressaltam o potencial do Poder Naval como valioso instrumento diplomático, devido à maior representatividade e à habilidade intrínseca das Marinhas de fazer diplomacia, aspecto esse não encontrado, ou pouco encontrado, nas forças do exército e aeronáutica (ROWLANDS, 2012, apud MACEDO, 2013). Pode-se entender que a Marinha é a Força militar mais vocacionada à diplomacia. Um instrumento, por excelência, de uma política externa assertiva (CHIOZZO, 2018). Till (2018) adiciona a vantagem de um aspecto cultural: a interação das Marinhas no mar. Diariamente, há inúmeras interações entre as Marinhas em todo o mundo e, devido às normas internacionais de navegação e à cultura do homem do mar, são vocacionadas às relações e construção de um consenso marítimo, logo parecem mais vocacionadas à diplomacia (TILL, 2018).

2.4 Uma nova diplomacia no pós-Guerra Fria

Com o fim da Guerra Fria, a concentração de poder, a confrontação entre os Estados e o poder tido como a própria ameaça, deram espaço ao *jogo de soma positiva*. A hegemonia unilateral de poder foi cedendo espaço para as relações bilaterais e multilaterais, com foco em *segurança mútua ou coletiva*. As relações de poder político-militar cederam espaço para as relações econômicas, surgindo novos atores, com suas economias emergentes (MARTINS, 1999). A nova ordem internacional deixou os fatores geopolíticos e passou a ser regida por fatores geoeconômicos. Cresceu de importância a capacidade dos Estados de interagirem nessa nova ordem mundial (FRANCO, 1999). Cabe ressaltar a dissipação de poder econômico devido à expansão e internacionalização de mercados, com

novos atores realizando “*networks*” *transnacionais*, comportando-se a partir de uma lógica econômica distinta dos objetivos estratégicos dos Estados. Novos “*players*” (empresas transnacionais, operadores financeiros etc) com decisões privadas, afetando a estabilidade econômica internacional e a macroeconomia dos Estados (MARTINS, 1999).

No pós-Guerra Fria o poder econômico ascendeu como fonte de poder, porém mais difuso e como fonte de instabilidade do SI. A participação de países periféricos abriu espaço para uma nova ordem, com novos valores. Países esses com relevância econômica, ainda que pequena, se comportando a partir de uma lógica econômica não coincidente com o poder militar (FRANCO, 1999). A geoeconomia passou a ter relevância, devido às transações internacionais e a interpenetração das economias capitalistas, com o uso do poder econômico como fonte de ampliação do poder político (MARTINS, 1999).

Ainda segundo Martins (1999), o Estado ascende como ente heterogêneo, composto por interesses de classes sociais, grupos econômicos, estruturas corporativas etc., fundamentado na diversidade da sociedade. Tal diversidade verifica-se, por exemplo, pela presença de entes supranacionais (Anistia Internacional, Médicos sem Fronteira, Greenpeace etc.) que pressionam em temas antes limitados aos Estados, como: questão ambiental, comércio internacional, migrações, tráfico de drogas, direitos das minorias, direitos humanos etc., bem como pela formação de mercados regionais (ALCA, Nafta, Mercosul, União Europeia etc.) que reflete o regionalismo subnacional e a formação de blocos. A insegurança leva ao surgimento de instituições supranacionais envolvidas em segurança internacional, como a OTAN (MARTINS, 1999).

As transformações no pós-Guerra Fria e um novo quadro de relações internacionais abriram novas oportunidades e um importante papel para a diplomacia naval. Rowlands (2012, citado por Macedo, 2013) ressalta que a diplomacia naval não se tornou obsoleta nesse novo mundo. Ao contrário, se mostrou oportuna e importante instrumento de influência nos processos de negociação nesse multilateralismo emergente. A força militar na Guerra Fria cedeu espaço para a expressão militar portadora de *simbolismo* e a um poderoso instrumento de política externa: a *diplomacia*. No pós-Guerra Fria, Estados estabelecem um relacionamento de poder positivo e cooperativo e um sistema de segurança coletiva, e a anarquia no SI surge da incapacidade dos Estados em construir essa identidade positiva e cooperativa, e um sistema de segurança coletiva (WENDT, 1994; SARFATI, 2004), e é nesse novo ambiente internacional que se desenvolveu a ***nova diplomacia*** (grifo nosso).

2.5 Conclusão Parcial

Uma síntese conclusiva pode ser obtida a partir dos conceitos e teorias apresentados. A diplomacia envolve ações de *diálogo* e *negociação* adotados por um Estado. Um instrumento da política externa e ferramenta estratégica de projeção dos interesses nacionais. Uma ferramenta de gestão do Estado em suas relações internacionais para alcançar seus objetivos, influenciar comportamentos, obter apoio e chegar a um acordo. Ela permeia as relações bilaterais e multilaterais e é exercida em áreas como política, economia, comércio exterior, finanças, ciência, cultura etc. É um ato formal, legal, social, protocolar e possui forte *simbolismo*, contribuindo para a imagem do Estado no cenário internacional.

A diplomacia naval é um tipo de diplomacia. Envolve ações do Poder Naval em prol dos interesses nacionais. É o emprego do Poder Naval como instrumento diplomático, e faz parte da diplomacia marítima, que, por sua vez, faz parte da diplomacia militar, envolvendo outras forças. O Poder Naval, como instrumento diplomático, é uma ferramenta de *sinalização política e militar* capaz de *persuadir*, desde uma simples *demonstração de interesse* até a *demonstração de força*. A diplomacia naval pode agir de forma *coercitiva*, *persuasiva* ou *cooperativa/colaborativa*. Pode realizar ações de *coação*, *construção de cenários* ou *construção de coalizões*. Caso as ações interfiram na soberania de outros países, não se enquadram no *sentido virtuoso da diplomacia*, pois será um ato de força. A diplomacia naval possui *caráter simbólico*, pois a *presença naval* é uma *manifestação simbólica* e uma *atividade de representação*, de importante significado. A presença de um meio naval em outros países, por exemplo, tem alto *valor simbólico* ao *mostrar bandeira*.

As Marinhas podem exercer três papéis na política externa: *militar*, *diplomático* ou *policia*, não estanques entre si, permitindo a interseção ou superposição entre eles. Há, ainda, um quarto papel: o *papel pacífico*, levando à ideia do emprego pacífico das Marinhas, a partir de países em desenvolvimento, emergentes sul-americanos com maior peso geoestratégico, por Marinhas de médio e pequeno porte em ações pacíficas não relacionadas ao uso da força, e no Atlântico Sul, região estável e sem grandes conflitos.

A diplomacia naval pode ser exercida por uma força naval *Definitiva*, *Propositiva*, *Catalítica* ou *Expressiva*, e atuar em duas vertentes: *coercitiva* ou *cooperativa*. Sempre envolverá o *emprego limitado da força*, ou seja, o uso ou simples ameaça de uso de uma força naval com poder limitado em situações de não guerra. O emprego limitado da força

envolve uma *força mínima* para se obter os resultados esperados, não podendo ultrapassar a linha tênue que separa a *força máxima tolerável de persuasão ou coação*, e a *violência mínima que já caracterizaria a guerra*. A diplomacia naval exercida por meio de uma força naval é mais aceitável e tem maior influência internacional do que outras forças militares, pois possui maior representatividade e mobilidade, devido à facilidade em se posicionar e retirar-se de um país. O Poder Naval é um valioso instrumento de uso diplomático, destacando a Marinha como a força militar mais vocacionada à diplomacia.

Com o fim da Guerra Fria, encerra-se a bipolaridade e iniciam-se mudanças nas relações internacionais. Primeiro, observou-se o nascimento da hegemonia unilateral dos Estados Unidos da América (EUA) e, após, o atual multilateralismo no mundo globalizado, onde a economia assumiu papel importante, quando não preponderante, nas relações de poder. Surgiram novos atores ou “players”, como as empresas transnacionais e instituições extra estatais, tornando as relações difusas e incertas. *Países periféricos*, de baixa relevância militar, mas com relevância econômica, e instituições supranacionais, como o Greenpeace, os Médicos sem Fronteira e a OTAN, passaram a pressionar em pautas antes limitadas aos Estados. Surgiu a insegurança resultante de novas ameaças, tais como: fundamentalismo islâmico, terrorismo mundial, ressurgimento dos nacionalismos, questões ambientais, crimes transnacionais, pirataria, migrações, tráfico de drogas, direitos humanos, dentre outros.

Nesse ambiente, a diplomacia naval não é obsoleta e pode contribuir para um poder positivo e cooperativo, e um sistema de segurança coletiva. O simbolismo da diplomacia naval apresenta-se como instrumento na solução de desafios e oportunidades para as políticas externas dos Estados. Uma ferramenta estratégica de demonstração de força e projeção de poder, em situações de não guerra, levando Marinhas de países emergentes a desenvolver estratégias marítimas baseadas na influência de sua diplomacia naval.

Após esse suporte teórico sobre diplomacia, no sentido mais amplo, e sobre diplomacia naval, com o intuito de analisar a contribuição da *diplomacia naval cooperativa* para a *segurança marítima internacional*, faz-se necessário contextualizar o leitor sobre a importância dos oceanos, em especial do Atlântico Sul, suas divisões em subáreas marítimas de interesse nacional, os interesses econômicos na bacia sul-atlântica, no Entorno Estratégico brasileiro e na costa ocidental da África, em virtude do enorme potencial e riquezas existentes. Tais aspectos influenciarão as ações de diplomacia naval brasileira e, portanto, serão foco de estudo no próximo capítulo.

3 O ATLÂNTICO SUL E O ENTORNO ESTRATÉGICO DO BRASIL

Esse capítulo abordará a importância dos oceanos. Apresentará o valor do mar nas relações internacionais, destacando como condiciona a interação política entre os Estados soberanos. Particularmente, apresentará a importância conferida ao Oceano Atlântico Sul, região delimitada para o nosso estudo, apresentando seus limites e principais áreas de interesse geopolítico e geoeconômico. Destacará a bacia sul-atlântica, como valiosa fonte de poder e sua importância política e econômica, influenciando as ações de diplomacia naval.

A relação entre poder e oceano pode ser evidenciada em poucas palavras:

O continuum oceânico, que cobre aproximadamente 70% da superfície do planeta, tornou-se o meio por onde circulam bens, pessoas, conhecimento e, sobretudo, poder, em suas diversas expressões. (MOREIRA, 2018)

3.1 Os oceanos e sua importância política e econômica

Primeiramente, é necessário destacar a dificuldade em se estabelecer uma divisão geográfica bem definida em relação à soberania dos Estados sobre os oceanos. Segundo Monteiro (2019), a abordagem geopolítica conferida aos oceanos tornou-se semelhante à geopolítica dos espaços terrestres, pois os interesses sobre os mares impulsionaram os Estados a ampliarem suas fronteiras, avançando da terra para o mar. Entretanto, Monteiro (2019) ressalta a ideia de que a fronteira nos oceanos parece inadequada, pois não é possível observar uma linha limítrofe de forma clara e nítida nos oceanos. Tal ideia é corroborada por Filho (2015), ao destacar que as delimitações entre os Estados soberanos são claramente observáveis em terra, onde os limites territoriais de um país podem ser mais facilmente verificados, o que não é claramente possível nos oceanos. Destaca, também, que as fronteiras terrestres do Brasil definem os limites internacionais do país, sendo as linhas limítrofes e de separação em relação a outros países da América do Sul. No entanto, a delimitação de nossas fronteiras internacionais não é nítida nos oceanos (FILHO, 2015).

Segundo Filho (2015), os oceanos e mares funcionam como porta de entrada de um país em relação a outro, e é um ambiente de comunicação política e comercial. Monteiro (2019) ressalta que o oceano é um ambiente com duas características interessantes: um ambiente transnacional e altamente permeável. Acrescenta, ainda, que os oceanos deixaram de ser um espaço utilizado pelos Estados somente como via de comunicação de seus respectivos comércios exteriores. Deixaram de ser vistos como uma área complementar ao

espaço físico dos países, como um prolongamento de seus territórios, e que, atualmente, os oceanos e seus fundos marinhos assumiram grande importância econômica, como fonte de recursos naturais, sendo vistos como valiosa fonte de poder, instrumento de projeção de poder e ampliação de influência nas relações internacionais. Valença e Menezes (2019) reforçam sua importância política, pois nos oceanos os Estados estabelecem contatos entre si e desenvolvem suas políticas internacionais. Destacam que os oceanos se transformaram em espaços de interação política, e que seu potencial econômico o transformou em uma ferramenta estratégica para o Estado alcançar seus objetivos políticos.

Segundo Jahn (1999, citado por Valença e Menezes, 2019), o uso político dos oceanos está intrinsecamente relacionado às relações internacionais, pois nos oceanos ocorrem as conexões comerciais, os acordos, os tratados, a diplomacia, os exercícios militares conjuntos, etc. O mar funciona como o espaço de separação entre os Estados e, ao mesmo tempo, os aproxima, pois possibilita conexões, contatos, interações políticas e intercâmbio cultural entre as nações. Para Valença e Menezes (2019), sob a ótica da relação Estado-Estado, o mar assume interessante característica: a de elemento indutor da interação política entre os Estados. Sob a ótica da relação Estado-Oceanos, Monteiro (2019) destaca que os interesses geopolíticos nos oceanos decorrem da importância de seus Estados costeiros ou de seus objetivos políticos e não necessariamente pelas simples disputas pelos espaços marítimos.

3.2 O Atlântico Sul: importância, conflitos de interesse e áreas estratégicas

O Atlântico Sul envolve toda a massa líquida do Oceano Atlântico que interliga dois continentes: a América do Sul e a África. Como limite Leste, temos o meridiano 020° longitude E, que atravessa a Antártica, passando pelo Cabo das Agulhas (Sul da África), separando-o do Oceano Índico, e passando por toda a linha da costa ocidental do continente africano, tangenciando vinte e um países. Como limite oeste, o meridiano que atravessa a Antártica, passando pelo Cabo Horn (Sul da América do Sul), seguindo por toda a linha da costa oriental do continente sul-americano. Logo, o Atlântico Sul possui duas frentes opostas: uma sul-americana e outra africana (MARTINEZ, 2010). Essas frentes opostas encontram-se muito distantes, mas não desconectadas, pois o Atlântico Sul funciona como uma ponte de conexão, ligando o Brasil aos nossos vizinhos da outra margem (FILHO, 2015).

Encerrando a delimitação, no limite sul, tem-se o paralelo 060° Sul, onde aparece a Convergência Antártica (MARTINEZ, 2010), região de separação geoestratégica do Atlântico Sul e Antártica em dois subsistemas diferentes, e, no limite norte, pela Linha do Equador (Atlântico Sul geográfico)¹ (FIG. 5). No Atlântico Sul se desenvolvem as mais importantes ações da diplomacia naval brasileira.

3.2.1 A importância estratégica e econômica do Atlântico Sul

O Atlântico Sul apresenta grande importância para o Brasil, nos aspectos políticos, econômicos, culturais, estratégicos, de defesa e segurança internacional, diplomáticos, dentre outros. No passado histórico, representou muito para o Brasil, representa muito no presente e é fonte de prosperidade e crescimento no futuro, sendo vital para o desenvolvimento do país. Com o crescimento da economia brasileira e a projeção do país no cenário internacional, sua importância torna-se cada vez mais evidente (FILHO, 2015).

Neves (2015) ressalta que o Atlântico Sul é o ambiente de comunicação entre as cidades litorâneas do país, proporcionando excelente rota de escoamento de nosso comércio interno, bem como diversas rotas marítimas para o nosso comércio exterior, indispensáveis ao desenvolvimento econômico nacional (MATTOS, 1977 apud NEVES, 2015). Martinez (2010) acrescenta dois aspectos principais que caracterizam sua importância econômica para o Brasil: as rotas comerciais internacionais (transporte de longo curso) e nacionais (navegação de cabotagem), e as explorações de recursos minerais estratégicos, recursos vegetais e pesca. Trata-se de uma área marítima de grande valor e muito disputada devido aos interesses de outros Estados em busca de petróleo e campos de gás natural.

Fiori (2013, citado por Neves, 2015) destaca que os interesses sobre a bacia sul-atlântica também decorrem do potencial das crostas cobaltíferas e dos nódulos poli metálicos, contendo níquel, cobalto, cobre e manganês, e dos sulfetos poli metálicos, contendo zinco, prata, cobre e ouro, além dos depósitos de diamante, ouro, fósforo, entre outros minerais relevantes (FIG. 6). Também já foram identificadas grandes fontes energéticas e mineiras na região da Antártica (FIG. 7), reservas de gás e carvão na Namíbia e África do Sul (FIG. 8), e petróleo e gás natural na costa ocidental da África, sendo Angola e

¹ O limite Norte do Atlântico Sul geográfico (Linha do Equador) é diferente do limite Norte do Atlântico Sul definido pelo Livro Branco de Defesa (Latitude 16° N)

Nigéria as maiores produtoras (FIG. 9). Abdenur e Neto (2014) destacam a descoberta, em 2007, de campos de exploração de petróleo e gás na camada pré-sal² (FIG. 10). Martinez (2010) também reforça a variedade de nódulos metálicos e destaca que as duas margens possuem importantes áreas de biodiversidade e pesca. Segundo Neves (2015), o Atlântico Sul representa para o Brasil uma fonte importante de recursos econômicos, o principal meio de intercâmbio comercial com outros países e importante via de projeção de sua influência no continente africano. Martinez (2010) complementa que “O Atlântico Sul pode ser projetado como um espaço econômico que constitui um prolongamento natural dos países de ambas as costas. [...]”.

Segundo Paiva (2015), o Brasil possui o interesse em alcançar grande importância geopolítica global e na região do Atlântico Sul, logo é importante considerar essa região como decisiva para seu futuro, ficando atento às oportunidades de exploração de seus recursos marítimos, e buscando parcerias com os países africanos e outros sul-atlânticos. Trata-se de uma bacia marítima com fortes atrativos econômicos para outras potências e de grande competição pelo aproveitamento econômico. Lembrando que o comércio internacional de países não banhados pelo mar também depende de rotas marítimas internacionais e de portos situados nos países costeiros, logo, apesar do maior peso para os países costeiros, o oceano é um espaço geoestratégico de interesse de todos (PAIVA, 2015).

3.2.2 Conflitos de interesse no Atlântico Sul

Para Neves (2015) o Atlântico Sul é uma região valorizada pelos países ribeirinhos da América do Sul e da África ocidental e um oceano onde ocorrem divergências políticas entre os Estados por ele banhados, por ser um espaço marítimo onde convergem diferentes interesses estratégicos e econômicos. Segundo Vaz (2010, citado por Neves, 2015), é também um espaço de disputas territoriais, como, por exemplo, a questão de soberania entre Reino Unido e Argentina pelas Ilhas Malvinas e da Geórgia e Sandwich do Sul.

² A camada pré-sal é um enorme reservatório de petróleo e gás natural que fica debaixo de uma profunda camada de sal, com até 2 km de espessura e localizada entre 5 e 7 mil metros abaixo do nível do mar. Descoberta em 2006, está localizada nas Bacias de Santos (SP), Campos (RJ) e Espírito Santo (ES), chegando à Santa Catarina (SC). Ela é chamada de pré-sal, pois a camada de reserva de petróleo se formou antes (daí o termo “pré”) da outra rocha de camada salina, e foi encoberta por esta, milhões de anos depois. Disponível em <https://www.petroleoenergia.com.br/o-que-e-pre-sal/>, Portal Petróleo & Energia. Acesso em 03 abr.2023.

Os interesses dos diversos atores pelo Atlântico Sul têm ocasionado crescente atividade no campo da segurança e da defesa na bacia sul-atlântica. Tanto os países sul-americanos e africanos quanto outros externos ao Atlântico Sul, como os EUA e o Reino Unido, e mesmo organizações supranacionais, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), têm buscado efetivar ações estratégicas no campo da segurança marítima e de defesa nacional, devido à intensa confluência de interesses nessa região (NEVES, 2015). Ainda para esse autor, o Atlântico Sul vem passando por um processo de valorização político-estratégico que tem atraído cada vez mais os interesses e investidas de outros atores, motivados em ampliar sua presença e exploração econômica. A intensificação de ações nesse ambiente marítimo vasto e rico tem pressionado os Estados por ele banhados a ampliarem suas preocupações com a segurança marítima internacional.

A Plataforma Continental brasileira (PC)³ possui riquezas muito cobiçadas, logo torna-se importante obter e manter projeção de poder sobre essa área, a fim de assegurar que tais riquezas sirvam ao desenvolvimento do nosso país. Para assegurar nossos interesses e o domínio de extração de riquezas na PC brasileira, torna-se importante a presença ou o controle de posições geográficas e estratégicas nesse espaço marítimo (PAIVA, 2015).

3.2.3 Áreas estratégicas na bacia sul-atlântica

A importância do Atlântico Sul para o Brasil pode ser analisada a partir de uma divisão geográfica em áreas e subáreas do espaço marítimo contíguo à costa brasileira, assim divididas em função de aspectos geográficos e econômicos que mais se sobressaem em cada subárea e das condições geopolíticas reinantes. Portanto, primeiramente, destaca-se a região do **Saliente Nordeste** (FIG. 11) e Fernando de Noronha que possuem importância estratégica em caso de conflito no Atlântico Sul, devido ao *gargalo* formado entre essa região e a costa ocidental africana, na altura de Dacar, no Senegal, e pela vantagem militar

³ A Convenção da Nações Unidas para o Direito no Mar (CNUDM) estabelece o conceito de linhas de base a partir das quais passam a ser contados: o Mar Territorial (até 12 milhas náuticas), a Zona Contígua (até 24 milhas náuticas), a Zona Econômica Exclusiva (200 milhas náuticas) e o limite exterior da Plataforma Continental além das 200 milhas. Em seu artigo 76, a CNUDM estabelece: “a Plataforma Continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu Mar Territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do Mar Territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não ouviu essa distância”. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=en/node/126>, Portal Marinha do Brasil, Diretoria de Hidrografia e Navegação – LEPLAC - CNUDM. Acesso em 04 de abril de 2023.

no estabelecimento de uma base aeronaval por potências envolvidas em um possível contencioso. É importante o Brasil possuir poder militar suficiente para dissuadir intenções externas, e resistir à pressão, coação ou agressão de um Estado que intencione utilizar a região (PAIVA, 2015). Entre o Saliente Nordeste e a África Ocidental forma-se uma área geoestratégica relevante: a *Garganta Atlântica* (FIG. 11), uma passagem para o transporte de insumos vitais para as economias de todo o mundo (MARTINEZ, 2010).

Continuando a subdivisão, descendo o litoral brasileiro, chega-se à *Bacia de petróleo e gás no litoral Sudeste da PC brasileira* (FIG. 12), região que fornece a quase totalidade (90%) de nossas demandas de petróleo. Ações externas como bloqueio naval, ações ofensivas com danos às instalações, controle marítimo, seja a partir da ocupação física dessa região ou a partir de bases terrestres próximas, dentre outras, podem causar prejuízos à produção e distribuição do petróleo ali explorado, paralisando o país e gerando graves prejuízos à nação. Dois aspectos preocupam: primeiro, a Convenção das Nações Unidas para o Direito no Mar (CNUDM)⁴ reconheceu a soberania brasileira em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE)⁵ (FIG. 13), porém os EUA não ratificaram, e, em segundo, o pleito brasileiro sobre os limites da PC ainda não foi totalmente aceito, em toda a sua extensão, pela comissão de estudos da ONU (FIG. 13). Portanto, há possibilidade de o Brasil receber pressões de outros Estados para explorar a camada do *pré-sal* em áreas estratégicas e de interesse nacional (PAIVA, 2015). Essa preocupação é agravada, ainda segundo Paiva (2015), pois o Atlântico Sul vem ganhando mais relevância com essas descobertas de reservas petrolíferas no Brasil com enorme potencial de produção. Neves (2015) acrescenta as reservas de petróleo “*offshore*” na região do Golfo da Guiné, sobretudo na Nigéria, em Angola, no Congo, no Gabão e em São Tomé e Príncipe (FIG. 14), ampliando ainda mais os

⁴ A CNUDM, concluída em 10/12/1982, em Montego Bay, Jamaica, tem o propósito de regulamentar o uso e a navegação no mar, equacionando questões relativas ao Direito do Mar, objeto de disputas e conflitos armados até os dias de hoje. Em 16/11/1994, a Convenção entrou em vigor com a ratificação do 60º Estado. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/dhn/?q=en/node/126>, Portal Marinha do Brasil, Diretoria de Hidrografia e Navegação – LEPLAC - CNUDM. Acesso em 04 de abril de 2023.

⁵ A ZEE é a faixa situada além do Mar Territorial (MT), até o limite de 200 MN, sobre a qual o Estado costeiro exerce soberania, para fins de exploração, aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e outras atividades com vista à exploração e ao aproveitamento para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos. Além disso, o Estado costeiro exerce jurisdição à colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas, investigação científica marinha e proteção e preservação do meio marinho. Disponível em https://www.marinha.mil.br/cgcfm/amazonia_azul. Portal Marinha do Brasil, Comando do Corpo de Fuzileiros Navais. Acesso em 04 de abril de 2023.

interesses internacionais na bacia. Martinez (2010) acrescenta outro país próximo na América do Sul com reservas de petróleo: a exploração “*offshore*” na costa argentina, ao sul do Atlântico Sul. Prosseguindo mais ao sul, destaca-se a *Elevação do Rio Grande*⁶ (FIG. 15), com seus depósitos de crosta cobaltífera e potencial de extração de recursos minerais, e que vem despertando o interesse da Alemanha, Rússia, EUA e outras potências (PAIVA, 2015). Mais ao sul, observa-se a *Foz do Rio da Prata* (FIG. 16) com aspectos político-estratégicos e econômicos semelhantes à região marítima defronte à Venezuela, Guiana e Suriname, sendo a única diferença, uma possibilidade de ameaça ainda mais remota na região do Rio da Prata em relação à região do Norte do país. Argentina e Uruguai, bem como Venezuela, Guiana e Suriname, não são ameaças em si, mas podem ser caminhos para tal (PAIVA, 2015).

Na parte mais austral do Atlântico Sul destaca-se o continente Antártico, em uma subárea conhecida como *convergência antártica* (FIG. 16). A Antártica, localizada no espaço marítimo denominado *Área ou Espaço Comum*, é uma região onde não há soberania reconhecida a nenhum país (PAIVA, 2015). Os mares da convergência antártica são uma subárea marítima do Atlântico Sul de importância estratégica, geográfica, histórica e ecológica, pois é a principal rota de acesso ao continente Antártico. Países como a Rússia e a China, possuem interesse em prospectar minerais e explorar os recursos naturais na Antártica (ABDENUR; NETO, 2014). Martinez (2010) ressalta dois mares geoestratégicos ao sul da América do Sul e próximo à Antártica: a passagem ao sul da América do Sul, conectando o Atlântico Sul ao Oceano Pacífico, via alternativa ao Canal do Panamá, e a passagem do Cabo da Boa Esperança, conectando o Atlântico Sul ao Oceano Índico, melhor acesso marítimo à Antártica.

Afastando-se da costa brasileira, no sentido oeste-leste, ocupando uma subárea mais centralizada no Atlântico Sul, tem-se o *cordão de ilhas oceânicas britânicas* (FIG. 17), um corredor de ilhas da Grã-Bretanha (Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, estando as três últimas ocupadas). Tais ilhas possuem valor estratégico do ponto de vista militar, pela possibilidade de controle das rotas de navegação no Atlântico Sul, por meio de bases para apoio às operações navais em caso de

⁶ A Elevação do Rio Grande (ERG) é um planalto submarino localizado em águas internacionais no Atlântico Sul. Estudos recentes revelam que ela deve ter sido um arquipélago antes de afundar. A Elevação é a maior cadeia submersa da margem continental brasileira e tem cerca de 150.000 km², uma área equivalente a três vezes a do estado do RJ. Está distante 1.300 km de Porto Alegre. A profundidade varia de 700 a 3.000 metros. É uma região rica em cobalto, níquel, molibdênio, nióbio, platina, titânio, telúrio, etc. Disponível em <https://marsemfim.com.br/elevacao-do-rio-grande-e-perigos-da-exploracao-mineral/>, Portal mar sem fim.

conflito armado. Um conflito ou ação militar mais incisiva nessa região podem interferir nas rotas comerciais com a África e na ligação com a Antártica, e prejudicar a navegação e comércio marítimo internacional entre o Atlântico Sul e os oceanos Pacífico e Índico. Esse cinturão de ilhas cria um corredor oceânico estratégico, pois está próximo à passagem entre o Atlântico e o Pacífico, e defronta três continentes: a Antártica, a América do Sul e a África. A partir de bases instaladas nessas ilhas, pode-se controlar o tráfego marítimo no Atlântico Sul (PAIVA, 2015). Permanecem latentes velhas tensões entre Argentina e o Reino Unido em relação à soberania das ilhas Malvinas/Falklands, principalmente após as descobertas de petróleo e gás, aumentando o interesse político e estratégico na região (ABDENUR; NETO, 2014), o que eleva a preocupação dos Estados próximos e a necessidade de medidas em prol da paz e da cooperação no Atlântico Sul (PAIVA, 2015). Logo, essa e outras questões de disputas por soberania na bacia sul-atlântica, tornam importante a adoção de ações no campo da diplomacia, dissuasão e cooperação militar que possibilitem defender os interesses do Brasil, projetar poder e proporcionar segurança ao país (PAIVA, 2015).

Continuando no sentido Oeste-Leste, na direção Brasil-África, no espaço marítimo *Área*, além das diversas riquezas, apresenta a relevância de ser uma área livre para operações militares de forças oponentes, como ações de interdição ou controle do tráfego marítimo, proteção ou abrigo de forças inimigas, abastecimento de meios navais e aeronavais, testes com armamento, etc. Em suma, um espaço marítimo livre para ações bélicas, uma área onde operações militares de outros países são capazes de ocasionar grandes repercussões à segurança no Atlântico Sul e à soberania nacional (PAIVA, 2015).

3.2.4 A costa ocidental da África: vizinhos na margem oposta no Atlântico Sul

Em relação à parte mais a leste do Atlântico Sul, chega-se à *costa ocidental da África*, objeto de futura análise nos próximos capítulos, considerada como a margem oposta ao Brasil no Atlântico Sul, que apresenta um conjunto de países com relevância estratégica (FILHO, 2015). O litoral ocidental do continente africano possui áreas sensíveis e países com importância econômica e geoestratégica que influenciam a geopolítica do Atlântico Sul, tornando-se fator de preocupação aos interesses nacionais. Apesar de estar bastante afastada, e não estar debruçada sobre os nossos limites, é uma região que requer estratégias de defesa bem definidas, ações de política externa e projeção de poder, a fim de

garantir a segurança no oceano Atlântico Sul e interesses nacionais (PAIVA, 2015). Nessa região, destaca-se a importância de países, como a África do Sul, Namíbia, Angola, Congo, São Tomé e Príncipe, Nigéria, Guiné Bissau, Senegal e Cabo Verde (FIG. 18). Os mares do litoral ocidental da África sofrem com a pirataria marítima, que gera insegurança ao comércio marítimo. A segurança da navegação contra a pirataria nessa região pode ser obtida por meio de uma área de cooperação que possibilite iniciativas preventivas e repressivas contra essas agressões. A necessidade de cooperação surge pela incapacidade de alguns países limítrofes africanos em garantir a segurança à navegação, gerando insegurança ao tráfego marítimo na bacia do Atlântico Sul (PAIVA, 2015).

Segundo Abdenur e Neto (2014), após o término da Guerra Fria (1991), especialmente no período de 2003 a 2016, as relações Brasil-África assumiram grande importância no pensamento estratégico brasileiro, sendo ampliados os laços econômicos, políticos e de segurança com os países da costa ocidental da África, e uma diversificação de parcerias comerciais e investimentos com esses países. Portanto, a região da África subsaariana tornou-se importante para a política externa brasileira a partir de 2003, desenvolvendo-se uma Cooperação Sul-Sul. Com esse enfoque, especialmente a partir de 2003, o Atlântico Sul passou a ser visto com grande relevância estratégica para o Brasil, que adotou nova postura em sua política externa em relação aos Estados africanos, principalmente junto aos países da costa ocidental (FIORI, 2013 apud NEVES, 2015).

3.3 O Entorno Estratégico Nacional: definições, delimitações e importância

São três as áreas consideradas como estratégicas para o território brasileiro, sendo: (1ª) a Panamazônia, balizada pela linha de fronteira na região Amazônica (fronteiras terrestres da Região Norte do país) e envolve os países limítrofes a Norte e Noroeste do Brasil, incluindo a região do Caribe; (2ª) o território centro-sul brasileiro e do continente sul-americano balizada pela linha de fronteira a partir do limite inferior da Amazônia, prolongando-se para o sul do país, envolvendo os países limítrofes a Oeste, Sudoeste e Sul do Brasil; e (3ª) o Oceano Atlântico Sul, para Leste, em direção à África, incluindo os países de sua costa ocidental, e para o Sul, em direção à Antártica, a região oceânica austral, incluindo parte do território Antártico. Observa-se que as áreas estratégicas brasileiras não contemplam oceanos distantes, além do Atlântico Sul (FIG. 19) (FERNANDES, 2015).

Para Neves (2015), a Política Nacional de Defesa (PND)⁷ e a Estratégia Nacional de Defesa (END)⁸ de 2012, definem a intenção do Brasil em integrar uma nova política externa às ações diplomáticas, à defesa nacional e ao desenvolvimento econômico. Para tanto, nesses documentos, é estabelecido o conceito de Entorno Estratégico (FIG. 20). Paiva (2015) descreve sua delimitação, dentro da bacia do Atlântico Sul, no sentido Norte-Sul, desde a linha imaginária que interliga a Foz do Rio Amazonas à Guiné Equatorial na África, até a Antártica. No sentido Oeste-Leste, desde a América do Sul, cuja área setentrional é banhada pelo Atlântico Norte, até a costa ocidental da África, abrangendo a região subsaariana e alguns países banhados pelo Atlântico Norte. Inclui a América do Sul, a África Subsaariana, os países da costa ocidental da África, a Antártica e o Oceano Atlântico Sul. A região da América do Sul debruçada no Oceano Pacífico não é foco desse estudo. Ainda, segundo Neves (2015), é uma área importante ao desenvolvimento do país, à sua segurança e consolidação de sua hegemonia regional no Atlântico Sul. Que possui um propósito de orientar uma estratégia para a defesa nacional contra ameaças externas, possibilitar o aumento de influência no cenário internacional e garantir projeção de poder perante outras nações. Nele existem regiões com grande importância geoestratégica do ponto de vista militar e de alto valor econômico que têm atraído potências estrangeiras. A presença desses Estados no Entorno Estratégico gera reflexos para a segurança e defesa nacional (PAIVA, 2015).

Neves (2015) ressalta que se trata de uma região em que o Brasil tem a pretensão de ampliar sua influência e obter o protagonismo por meio de uma conduta política-militar pacífica e colaborativa. Paiva (2015) complementa que se trata de uma área marítima do Atlântico Sul considerada prioritária para política externa do país, devido à importância geopolítica e geoestratégica de suas subáreas sensíveis componentes. Uma região onde o país deve acompanhar os acontecimentos e as ações dos diversos atores internacionais e adotar estratégias para se sobrepôr aos desafios no campo político, militar, diplomático, comercial, econômico, entre outros, de forma a alcançar a tão desejada projeção internacional na bacia sul-atlântica (PAIVA, 2015).

⁷ PND - documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País, voltado prioritariamente para ameaças externas, estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em 21 de abril de 2023.

⁸ END - documento que orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que esses objetivos sejam alcançados. Define as estratégias que deverão nortear a sociedade brasileira nas ações de defesa da Pátria. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em 21 de abril de 2023.

Vaz (2010, citado por Neves, 2015), de forma semelhante, também ressalta que o Entorno Estratégico vem a reforçar a importância do Atlântico Sul como espaço vital para a segurança e a defesa do país, além de possibilitar sua projeção e protagonismo na bacia sul-atlântica. Ainda, conforme o entendimento de Paiva (2015), a importância geopolítica e geoestratégica do Entorno Estratégico deve-se ao potencial de recursos naturais que o Atlântico Sul proporciona e ao valor estratégico-militar da bacia sul-atlântica.

3.4 Conclusão parcial

Com base nos conceitos e análises apresentadas por diversos autores, pode-se concluir que os oceanos possuem importância vital para todos os países, sejam eles banhados, ou não. Seu valor deve-se ao fato de seu enorme potencial econômico e comercial, em virtude de suas valiosas fontes de riquezas e recursos naturais. Também por possibilitar a conexão entre os países por meio de rotas marítimas e permitir a interação política entre Estados. Devido sua importância econômica, transformou-se em uma valiosa ferramenta de projeção de poder. Os dois elementos, Estado e oceano, são interdependentes e influenciam-se entre si, sendo o oceano o elemento catalizador das relações políticas internacionais entre os Estados. E por não possuir fronteiras bem definidas, torna-se um espaço permeável e palco de diferentes interesses, sendo, portanto, espaço de conflitos que envolvam soberania e projeção de poder.

Sobre o Atlântico Sul, em médio e longo prazos pode se tornar uma zona de possíveis tensões devido à sua importância geopolítica, estratégica e econômica. A procura por recursos naturais nos faz olhar para o Atlântico Sul com grande apreensão. Alguns países não reconhecem as decisões estabelecidas pela CNUDM sobre os direitos no mar, como os EUA e a China, e desejam ter liberdade de ação e não ficarem limitados somente ao Mar Territorial de 12 milhas náuticas. O Brasil tem toda a possibilidade de ser uma potência terrestre e marítima, devido às suas dimensões nesses dois ambientes com suas respectivas riquezas e potencialidades. Pode-se observar que a nossa fronteira marítima é a que apresenta a maior possibilidade de ocorrerem problemas com países extra-América do Sul, ainda mais devido às recentes disputas marítimas, no cenário internacional, por exploração de recursos marítimos, como a pesca e hidrocarbonetos. Cabe ressaltar que as maiores reservas de petróleo e gás natural do Brasil encontram-se no mar, em nosso Entorno Estratégico, além

de vários recursos naturais no solo e subsolo marinho a serem explorados em nossas águas jurisdicionais, como a bacia de petróleo e gás no litoral Sudeste da PC, com suas camadas do Pré-sal, e as crostas cobaltíferas da Elevação do Rio Grande (ERG). Soma-se a capacidade de pesca em nossa ZEE e de mais de 90% do nosso comércio exterior ocorrer pelo Atlântico Sul e com intensa rota comercial em nosso Entorno Estratégico.

Do ponto de vista militar, conclui-se que o Entorno Estratégico possui áreas sensíveis que oferecem vantagem militar e projeção de poder ao Estado que sobre elas tiver controle, podendo afetar a economia e a segurança do Brasil. Áreas como o saliente nordestino e a garganta atlântica (*gargalo* com costa ocidental africana, passagem necessária para o transporte de insumos vitais para as economias de todo o mundo), o cordão de ilhas oceânicas britânicas (corredor oceânico estratégico, próximo à passagem entre o Atlântico e o Pacífico, que defronta três continentes: a Antártica, a América do Sul e a África) e a convergência antártica (principal rota de acesso ao continente Antártico e passagem de rotas comerciais, conectando, ao sul, os Oceanos Atlântico Sul ao Pacífico e Índico)

Enfim, após os estudos sobre a importância do Atlântico Sul, torna-se vital que se tenha uma estratégia marítima brasileira adequada às nossas possibilidades, de forma a dissuadir possíveis agressões, assegurar a soberania no mar e os interesses nacionais. Torna-se importante a participação do Brasil em esforços multinacionais para a paz e segurança mundiais. Torna-se fundamental ao Brasil envidar esforços pela cooperação ou colaboração regional sul-sul, possibilitando destacar-se como Estado protagonista no Atlântico Sul, de forma que tal status contribua para a dissuasão de agressões externas em nosso Entorno Estratégico, para a segurança e defesa nacional e para a preservação de nossas riquezas.

Portanto, em complemento à importância dos oceanos, em especial, do Atlântico Sul, dentro do Entorno Estratégico do Brasil, analisado nesse capítulo, torna-se importante prosseguir com o estudo, observando os aspectos pertinentes à segurança marítima internacional e a cooperação regional na bacia sul-atlântica, chegando-se à sua relação com a diplomacia naval, temas esses que serão foco dos próximos capítulos.

4 SEGURANÇA MARÍTIMA E COOPERAÇÃO REGIONAL NO ATLÂNTICO SUL

Como explorado anteriormente, o Atlântico Sul é estratégico para o Brasil, devido à extensão da costa brasileira, suas riquezas, o pré-sal rico em petróleo e outros minerais, a pesca, cerca de 95% do comércio exterior brasileiro realizado pelo mar, dentre outros recursos que se estendem até a costa ocidental africana. Uma via de comunicação com os países ao Norte e Centro da bacia sul-atlântica, com a costa ocidental da África, com o Norte da Antártica, e os vizinhos sul-americanos. Neves (2015) ressalta a importância do controle da navegação no oceano Atlântico Sul, pois possibilita a articulação com diversos países.

Crises e tensões entre Estados podem ter como ponto de partida a utilização do mar e o direito de exploração de seus recursos marinhos. Esse capítulo se propõe, portanto, a abordar as ameaças ao Brasil existentes em sua fronteira oriental, ou seja, o Atlântico Sul. Será abordada também a importância das ações que se contraponham às chamadas *novas ameaças* aos países costeiros do Atlântico Sul, por meio de arranjos de cooperação entre Estados na bacia sul-atlântica, visando ao fortalecimento das ações securitárias no ambiente marítimo. Esse capítulo apresentará a relevância da segurança marítima para o Brasil e os países da costa ocidental da África, e da formação de um ambiente de cooperação regional no Atlântico Sul, propício para o exercício da diplomacia brasileira, preventiva e colaborativa.

4.1 As chamadas novas ameaças

As ameaças à segurança nos oceanos se materializam em quatro tipos: as *erosivas*, que corroem a segurança das regiões costeiras e prejudicam os interesses nacionais, tais como o tráfico de drogas, a imigração ilegal, o contrabando de armas, a pesca ilegal e a pirataria. As *sistêmicas*, que alteram o padrão da ordem internacional sob uma nova lógica, mudando o comportamento do Estado alvo ou de todo o sistema internacional, tal como o terrorismo internacional. As *militares*, uma forma convencional, pois envolve uma força naval a serviço de um Estado, visando a afirmar seus interesses políticos e estratégicos sobre outro Estado, dificultando-lhe o uso do mar, controlando regiões marítimas ou mesmo ameaçando-lhe a integridade territorial. E as *patrimoniais*, resultantes de acidentes naturais ou de negligência humana, degradando a segurança da vida humana, do meio ambiente e dos bens materiais do Estado, e que implicam ações de salvaguarda (RIBEIRO, 2019).

A percepção sobre segurança internacional sofreu transformações com o surgimento de uma nova natureza de ameaças, tais como: guerra química ou bacteriológica, crime organizado em escala internacional, narcotráfico, comércio ilegal de armas, lavagem de recursos financeiros, terrorismo, entre outros (FRANCO, 1999). Pode-se incluir pirataria, tráfico de pessoas e bens ilícitos, pesca ilegal, crimes ambientais, acidentes e desastres marítimos (SANTOS, 2019). Também, outras ameaças não convencionais, tais como: atos de espionagem, guerrilha, desastres ambientais, políticas econômicas unilaterais etc. (NEGRETE; PEREIRA, 2020). A atual denominação é acrescida do termo *ameaças assimétricas*⁹, caracterizadas por mudanças nas formas de atuação das ameaças convencionais. As atuais ameaças, conflitos ou tensões estão se afastando da ideia da ameaça convencional militar oriunda dos conflitos entre Estados. Os conflitos atuais ocorrem em uma zona cinzenta, envolvendo uma *guerra híbrida*¹⁰, tornando-se complicada a identificação dos fenômenos clássicos da guerra convencional, e difícil de distinguir os limites e diferenças entre guerra e paz (NEGRETE; PEREIRA, 2020).

As ameaças convencionais entre Estados cederam espaço para ameaças híbridas, envolvendo conflitos civis e étnicos, terrorismo transnacional, crimes transnacionais e outras violências assimétricas, aumentando a importância de ações securitárias no ambiente marítimo, em especial devido à pirataria, que impacta as relações econômico-comerciais entre os países e levanta questões relacionadas à soberania (NEGRETE; PEREIRA, 2020). O terrorismo também gera fortes impactos nas questões político-estratégicas dos Estados, pois prejudicam a exploração de recursos naturais e restringem o comércio marítimo. A pirataria e o terrorismo na costa de um país, gera prejuízos econômicos e pode criar vácuos de segurança, ordem, poder e soberania nas águas jurisdicionais do Estado afetado, importando problemas ainda maiores, como a presença de potências externas em suas águas, sob pretexto de prover a segurança internacional (NEGRETE; PEREIRA, 2020).

⁹ As ameaças assimétricas envolvem uma nova tendência mundial em que os conflitos são caracterizados pela presença de insurgentes, milícias e atores armados não estatais, desenvolvendo ações de combate mescladas e não-convencionais, empregando armas, técnicas, meios ou métodos não ortodoxos, que incluem terrorismo, ataques cibernéticos, armas não convencionais, convencionais avançadas, e até armas de destruição em massa, a fim de obter um resultado desproporcional e com capacidade de enfraquecer o poder do Estado.

¹⁰ Guerra Híbrida é uma estratégia militar que mescla táticas de guerra política, guerra convencional, guerra irregular, e ciberguerra com outros métodos de influência, tais como desinformação, diplomacia, lawfare e intervenção eleitoral externa. Consiste em um esforço conjunto para explorar setores vulneráveis de uma nação, com foco nos segmentos econômicos, psicológicos, militares e políticos relacionados ao inimigo em questão. Considerada uma guerra não-convencional, a guerra híbrida atua por meio de infiltrados. Eles exploram o território e desestabilizam governos, de acordo com as características e fragilidades detectadas.

Para se contrapor às *novas ameaças*, alguns autores sugerem uma nova forma de atuação dos Estados para fortalecer a segurança marítima. Franco (1999) ressalta a necessidade de uma cooperação internacional. Negrete e Pereira (2020) reforçam as parcerias estratégicas com países detentores de tecnologia sensíveis, fortalecendo as ligações entre os envolvidos e criando um ambiente de apoio mútuo e segurança coletiva de áreas estratégicas. Ainda, segundo Negrete e Pereira (2020), devido à *guerra irregular*¹¹, é importante que as Forças Armadas (FA) atuem de forma combinada com um número maior de agências governamentais e de segurança. Ressaltam uma guerra disforme que exige uma Grande Estratégia Nacional, utilizando diversos elementos do Poder Nacional¹² nos mais diversos campos, como o diplomático, militar, econômico, informacional etc.

Ribeiro (2019) também destaca a necessidade da cooperação internacional para fortalecer os Estados no combate às novas ameaças, e considera três desafios a serem vencidos para fortalecer a segurança internacional nos oceanos: a incapacidade dos Estados costeiros falidos¹³, a utilização globalizada do mar e seus recursos, e a cooperação internacional deficiente. A incapacidade dos Estados costeiros falidos traduz-se pela falta de governança política-administrativa de alguns Governos, facilitando o surgimento de ameaças às atividades marítimas na costa do Estado. A cooperação internacional deficiente pode ser observada pela ausência de medidas colaborativas que fortaleçam a vigilância marítima, o controle do tráfego marítimo, a aplicação do Direito Internacional e da Legislação nacional no uso do mar, e o emprego conjunto de meios navais em regiões onde o Estado costeiro exerce soberania e jurisdição (RIBEIRO, 2019).

¹¹ As guerras irregulares não utilizam a confrontação militar formal. Por exemplos: terrorismo, guerrilha, insurreição, movimentos de resistência e conflitos assimétricos em geral. Consiste na utilização de forças irregulares, empregando métodos não convencionais e meios para subverter, desgastar e cansar o adversário, ou torná-lo irrelevante, em vez de derrotá-lo pela confrontação militar direta convencional. Muitas vezes envolve uma abordagem indireta, procurando vencer os adversários física e psicologicamente. Ao contrário da guerra convencional, que se concentra em derrotar as forças militares do adversário ou apoderar-se de terreno chave, o foco da guerra irregular é corroer o poder do inimigo, sua influência e vontade combater.

¹² O Poder nacional – soma de todos os recursos disponíveis para uma nação em busca de objetivos nacionais.

¹³ Estado falido, estado falhado, estado frágil ou estado fracassado são termos políticos que designam um país no qual o governo é ineficaz e não mantém de fato o controle sobre o território, o que resultaria em altas taxas de criminalidade, corrupção extrema, um extenso mercado informal, poder judiciário ineficaz, interferência militar na política, além da presença de grupos armados paramilitares ou organizações terroristas controlando de fato parte ou todo o território. Estados que vivem sob tensão permanente, em profundo conflito e guerras civis, sendo contestados por facções contrárias. Países que apresentam fraquezas e vulnerabilidades políticas, sociais, estruturais e econômicas. Estados que apresentam dificuldades em exercer suas soberanias em seus respectivos territórios, com alto grau de vulnerabilidade diante de conflitos, guerras externas ou internas e desagregação socioeconômica de seus habitantes, sendo comum em países recentemente independentes ou pertencentes a regiões completamente frágeis politicamente, tais como a África Subsaariana, o Oriente Médio, a América Latina e outros. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/estados-falidos.htm>.

4.2 Segurança marítima internacional

Os ambientes marítimos internos (costeiros) dos Estados possuem desafios à segurança, que devem ser vencidos de forma que o país consiga realizar suas atividades no mar e usufruir de seus recursos naturais e riquezas econômicas (RIBEIRO, 2019).

Segundo Santos (2019), não há um consenso internacional sobre a definição de segurança marítima, pois diversos autores abordam diferentes conceitos, alguns de caráter mais amplo ou internacional, outros de caráter apenas regional, alguns incluindo as questões dos transportes marítimos e portos, outros envolvendo os diferentes métodos de controle do mar, outros ainda abordando as ações de proteção contra atos criminosos no mar etc. Em suma, a segurança marítima é um tema que envolve diferentes atores, como autoridades portuárias, guarda costeira, busca e salvamento, Marinha, Ministérios, indústria pesqueira, serviços alfandegários, polícia, controle de fronteiras, dentre outros (SANTOS, 2019).

Pode-se entender a segurança marítima a partir de pequenos conceitos distribuídos em quatro dimensões, representados, graficamente, em uma matriz: a *matriz de segurança marítima*, uma ferramenta simples para visualizar e compreender os diferentes conceitos existentes, como se relacionam, se sobrepõem e permeiam as quatro dimensões. O termo “segurança marítima” situa-se no centro da matriz, onde orbitam outras questões a ela relacionadas, ao longo de quatro quadrantes, representando campos específicos a se preocupar: segurança nacional (Seapower), segurança do ambiente marinho (Marine Security), segurança para o desenvolvimento econômico (Economia Azul) e segurança humana (Resiliência), exemplificados na (FIG. 21) (BUERGER, 2015 apud BEIRÃO, 2019).

As definições sobre segurança marítima são distintas, conforme o entendimento de diferentes autores. No entanto, todas envolvem dois aspectos: um subjetivo – a sensação ou percepção de segurança dos indivíduos da região ameaçada, e, outro objetivo – as ações colocadas em prática que mitiguem as ameaças identificadas. No mar, por não serem nítidas as fronteiras e claramente definidos os territórios, torna-se complicado criar um conceito universalmente aceito sobre segurança em um ambiente tão permeável e fluido. Pode-se categorizar o conceito em duas ideias centrais: a Segurança-Safety, relacionada à garantia da navegação e à integridade física dos navegadores, e a Segurança-Security, relacionada à proteção contra ameaças e ações violentas no mar. Entretanto, diversos autores corroboram a dificuldade de um conceito preciso (BEIRÃO, 2019).

Beirão (2019) também ressalta que a segurança marítima é um conceito *complexo, convergente e divergente*. Complexo pois envolve percepções em quatro esferas: *universais, regionais, nacionais e intraestatais*, ou seja, analisada em quatro níveis: (1º) universal e abrangente, ao ser tratada por organismos internacionais e globais, como ONU e IMO; (2º) regional, ao ser tratada por organismos multilaterais de arranjos regionais, como OTAN, União Africana e União Europeia; (3º) nacional, ao ser tratada pelos Estados, como pelas potências EUA, Reino Unido e China, por meio de suas estratégias de segurança marítima; e (4º) institucional ou intraestatal, ao ser tratada por instituições internas como a Marinha de Guerra, Guarda Costeira e outras instituições intranacionais (FIG. 22) (BEIRÃO, 2019).

Convergente porque pequenos conceitos, como paz universal, boa ordem no mar ou liberdade de navegação, convergem para o conceito de segurança marítima. Observa-se que ações de Segurança-Safety convergem e influenciam ações de Segurança-Security. Conceitos distintos e relativizados, conforme abordagem (estatal, regional etc) ampliam por demais o conceito final sobre segurança marítima, porém quando convergem, pode facilitar acordos em função de interesses similares entre os Estados (BEIRÃO, 2019). A abordagem convergente pode ser visualizada pela (FIG. 22), onde se demonstram diferentes conceitos que convergem para o conceito maior de segurança marítima.

Finalizando, valendo-se do conceito elaborado por Buerger (2015), Beirão (2019) apresenta o conceito divergente, descrevendo temas que se distanciam das ações marítimas típicas da navegação, mas que pertencem ao amplo conceito de segurança marítima, todos permeando os quatro quadrantes: segurança estatal (*national security*), segurança humana (*human security*), meio ambiente (*marine environment*) e uso econômico dos mares (*economic use of the sea*) (FIG. 23) (BEIRÃO, 2019).

Nos quatro quadrantes ou dimensões que representam os quatro temas orbitando em volta da questão central (segurança marítima), observam-se diversas outras sub-temáticas. Suas posições nos quadrantes indicam o quanto efetivamente são casos típicos de “*maritime security*”. Quanto mais próximo do centro, maior relação com ações relacionadas à segurança marítima. No entanto, novas temáticas são cada vez mais inseridas no debate internacional, como a exploração de recursos vivos (pesca e bioprospecção), a exploração dos fundos marinhos, a poluição dos mares, os acidentes naturais e decorrentes de ações humanas com consequências graves, e mesmo as mudanças climáticas. Essas sub-temáticas, ainda que afastadas do centro, possuem relação com “*maritime security*” (BEIRÃO, 2019).

4.2.1 Segurança marítima: análise dos níveis e tipos observados

Segundo Beirão (2019), conforme o tipo de ameaça, observa-se um tipo de ação para contrapô-la. Ações contra a exploração da bioprospecção, por exemplo, são distintas de ações contra o tráfico de drogas. Algumas ameaças ocorrem de forma localizada, com repercussões em uma região específica. Por exemplo, a pesca ilegal e o tráfico de armas que afetam a área onde ocorrem e tendem a ser um problema praticamente atinente ao Estado costeiro onde ocorrem, sem influência global generalizada. Porém, outras ameaças configuram-se como globais, pois demandam ações não somente de um Estado, mas da comunidade internacional. Por exemplo, o fluxo migratório e tráfico de humanos no Mar Mediterrâneo, e a pirataria na costa leste e oeste africana (Golfo da Guiné), são regiões que atraem a opinião pública internacional. Portanto, os enfrentamentos serão distintos, alguns com maior engajamento internacional, outros de respostas mais nacionais (BEIRÃO, 2019).

Nesse sentido, considerando somente a bacia do Atlântico Sul, observam-se ameaças de forma localizada e repercussões regionalizadas. Logo, buscando delinear quais ameaças mais afligem os países do Atlântico Sul, realizou-se um mapeamento das maiores ameaças a nível global (FIG. 24), a partir da tipologia proposta (complexa, convergente e divergente) (BEIRÃO, 2019). O resultado destacou ameaças (quadros) em mais de um dos quadrantes, às vezes mais permeáveis, outras vezes menos. Quanto mais preocupante a ameaça, mais próxima do centro, ou seja, mais relacionada às ações típicas de segurança no mar (ponto central). O tamanho das ameaças corresponde à sua maior incidência (BEIRÃO, 2019). Em seguida, realizou-se o mapeamento das maiores ameaças a nível regional, considerando os Estados costeiros do Atlântico Sul e suas percepções em relação à segurança marítima¹⁴. A amostra (Estados da bacia sul-atlântica) garantiu que houvesse disparidade dentre os Estados, seja por tamanho, poder econômico, localização (sul-americana ou africana) e de identidades culturais, possibilitando validar a análise. O resultado demonstrou o somatório de interesses e anseios nacionais na região. Portanto, assim como feito com os interesses globais, é possível construir a ilustração gráfica da resultante média dos interesses e maiores preocupações nacionais da região, conforme a (FIG. 24) (BEIRÃO, 2019).

¹⁴ “Foi utilizado o mapeamento das maiores ameaças a nível global pelo método da abordagem complexa, e, posteriormente, consolidada a nível regional, considerando os Estados costeiros do Atlântico Sul, mediante uma aferição das percepções nacionalizadas em relação à maritime security de (17 dos 24) Estados pertencentes à ZOPACAS.” (BEIRÃO, 1999, p. 166-7)

Em suma, foram obtidos, como resultado, as percepções de ameaças globais e regionais, nesse caso do Atlântico Sul, por meio de duas abordagens (global e regional), demonstrando percepções diferentes sobre o que é ameaça e em que grau cada ameaça é percebida por cada ator. Por fim, visando conjugar os conceitos de segurança marítima complexa (quatro níveis) e convergente (diferentes conceitos) com a divergente (quatro quadrantes), abordando as principais ameaças do ponto de vista global e regional (Atlântico Sul), é possível obter a sobreposição em um único gráfico (FIG. 25) (BEIRÃO, 2019), representando as maiores preocupações dos Estados sobre segurança marítima. Quanto mais ao centro se encontrar um quadro (ameaça), e quanto maior o seu tamanho, maior será o engajamento do Estado, direto ou por meio de cooperação. Porém, uma ameaça pode não ser o foco de engajamento de países sul-atlânticos por não se tratar de uma preocupação premente na região, como, por exemplo, os desafios da mudança climática resultantes de ações marítimas. Em outros casos, como a pirataria, trata-se de uma ameaça coincidente para diversos Estados da costa ocidental africana, porém não é a única e a maior demanda para outros países sul-atlânticos, com preocupações como a exploração sustentável de seus recursos no mar (pesca, petróleo, gás natural etc) (BEIRÃO, 2019).

Portanto, a representação esquemática é uma forma de auxílio na identificação das maiores ameaças e contribuiu para uma priorização de medidas e planejamento estratégico para o engajamento com ações mais assertivas ou de cooperação (preventivas, colaborativas e conjuntas) para uma maior segurança marítima no Atlântico Sul (BEIRÃO, 2019).

4.3 Cooperação regional: uma estratégia para a segurança marítima no Atlântico Sul

O Atlântico Sul oferece desafios e oportunidades, impondo reflexões sobre segurança e defesa nacional. Surge a necessidade de uma conduta cooperativa da política externa brasileira com outros atores internacionais para melhor se contrapor às ameaças, que têm forçado o debate estratégico sobre segurança e cooperação no Atlântico Sul, entre o Brasil e os países da costa ocidental da África (FILHO, 2015). O Atlântico Sul possui importância estratégica para o Brasil devido à extensa dimensão marítima do país, sujeito às *novas ameaças*, tais como o tráfico de drogas e a pirataria, essa última ainda restrita ao Golfo da Guiné, mas com possibilidade de estender-se a outras áreas (ABDENUR; NETO, 2014).

O Atlântico Sul é um espaço marítimo que exige ações em proveito da segurança e defesa de seus países ribeirinhos. Para o Brasil, a estabilidade na bacia sul-atlântica torna-se vital para o seu desenvolvimento econômico, principalmente após a descoberta das reservas do pré-sal, possibilitando novas cadeias produtivas e o aumento de atividades marítimas na região (NEVES, 2015). A descoberta das reservas do pré-sal próximas ao litoral, capazes de colocar o Brasil entre os maiores produtores de petróleo do mundo, amplia as necessidades de ações de defesa que proporcione segurança à bacia petrolífera. Em torno de 90% do petróleo brasileiro possui origem a partir de cerca de 130 plataformas petrolíferas dentro dos limites marítimos nacionais, com a maior parte concentrada no litoral Sudeste. Uma vulnerabilidade diante de uma eventual ameaça externa (PAIVA, 2015).

No Atlântico Sul, destaca-se o espaço marítimo Amazônia Azul¹⁵ (FIG. 26), um conceito político-estratégico, lançado em 2004, que define a área marítima contida no Entorno Estratégico e contígua ao litoral brasileiro, com diversos recursos naturais, alguns poucos explorados (pesca e mineração submarina) e outros essenciais ao país e ao mundo (petróleo). Com uma área de 5,7 milhões de km², contígua ao litoral de 7.941 km, na Amazônia Azul existem as gigantescas reservas de petróleo do pré-sal (FILHO, 2015). É uma iniciativa da Marinha do Brasil (MB) para concretizar a consciência marítima e a identidade sul-atlântica nacional, e legitimar ações em defesa no Atlântico Sul (ABDENUR; NETO, 2014).

Com o objetivo de preservar tais riquezas, afastar ameaças, convencionais ou não, e fortalecer a segurança marítima e a defesa do território, a cooperação regional entre os Estados do Atlântico Sul pode ser uma valiosa estratégia. Tal cooperação, segundo Keohane (1988), ocorre a partir de uma convergência de interesses comuns e da percepção de ganhos mútuos, sendo necessária, em contrapartida, uma mudança no comportamento dos Estados com quem se pretende estabelecer um acordo. Em uma cooperação são considerados os benefícios resultantes de uma relação colaborativa, em que o Estado mais fraco responderá positivamente às demandas do Estado mais forte, ao passo que obtenha, em contrapartida, vantagens do acordo colaborativo.

¹⁵ Amazônia Azul® - região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da PC. Pela Amazônia Azul, mais de 95% de nosso comércio exterior trafega e cerca de 95% do petróleo nacional é extraído. Acervo de incontáveis recursos vivos, minerais e sítios ambientais, com a existência de estratégicos portos, centros industriais e de energia. Conceito político-estratégico que remete à importância do Poder Marítimo ao Brasil. Patrimônio nacional, fonte de riqueza e cobiça, a ser protegido, preservado e explorado, com sustentabilidade, que deve ser interpretada sob quatro vertentes: econômica, científica, ambiental e da soberania. Disponível em https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/. Acesso em 05 de maio de 2023.

Além disso, para países sem grande expressão no cenário internacional, com poucos recursos, ou poder político-econômico e militar sem a capacidade de coerção, uma estratégia eficaz a ser adotada é a neutralidade. É natural que esses países entrem em alianças internacionais, evitando ameaças externas e se beneficiando de uma assistência mútua em caso de se envolverem em conflitos ou outras tensões militares (WALKER, 2015).

Portanto, observa-se que é interessante ao Brasil optar pela cooperação em prol da defesa e segurança do país, adotando status pacífico na bacia do Atlântico Sul, por meio do entendimento mútuo e alianças junto aos outros Estados. Os esforços de cooperação sobre temas de segurança e defesa entre os atores internacionais contribuiu para afastar o conflito armado e para a solução pacífica das dissidências. A cooperação, como estratégia em proveito da segurança, fomenta a confiança mútua. Os acordos bilaterais formalizam a política cooperativa ou colaborativa. A cooperação entre países costeiros sul-americanos e africanos pode ser um excelente mecanismo para fortalecer as relações externas Sul-Sul no campo político, social, diplomático, econômico e militar, contribuindo para a segurança internacional e a defesa nacional desses países. Uma ferramenta para as nações do Atlântico Sul e que contribui para a garantia dos interesses estratégicos da nação (MARTINEZ, 2010).

O Brasil prioriza o relacionamento internacional cooperativo. Atualmente, não possui ameaça militar latente e premente. Tal fato não impossibilita de ter uma ameaça militar no futuro próximo, portanto o Poder Naval brasileiro¹⁶, nas palavras de Roth (2010):

[...] deve ter capacidade de dissuadir as possíveis ameaças, de impor nossas leis e de defender nossos bens econômicos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), de garantir a segurança do tráfego marítimo de interesse do Brasil, [...], de participar de [...] coligações com aliados, e de influenciar as marinhas lindeiras do Atlântico Sul. (ROTH, 2010, p.89 e 91)

É possível observar, claramente, importantes características em um campo muito propício para a atuação da diplomacia brasileira, notadamente, por meio da diplomacia naval, em meio a um ambiente de acordos, negociações e parcerias estratégicas, com foco na defesa e segurança do Entorno Estratégico brasileiro, no âmbito do Atlântico Sul.

¹⁶ Poder Naval - meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; infraestruturas de apoio; e estruturas de comando e controle, logística e administrativa que uma Marinha possui. Poder Marítimo - todos os meios materiais e imateriais ligados ao mar (mentalidade marítima, iates clubes, marinhas mercante e de guerra, portos, agência marítimas etc.) que um Estado detém. Poder Naval é o braço militar do Poder Marítimo, operacionalizado pela Marinha de Guerra. Poder Marítimo é a projeção do Poder Nacional resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social [...]" Disponível em https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html. Acesso 08 mai.2023.

Tal sistema de parcerias e cooperação aproxima os Estados lindeiros do Atlântico Sul e contribui para uma identidade comum regional Sul-Sul (ABDENUR; NETO, 2014). A cooperação favorece o estabelecimento de um **cinturão de boa vontade** (grifo nosso) no Atlântico Sul (AMORIM, 2012). Segundo o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim:

[...] A estratégia brasileira combina cooperação e dissuasão. [...] Desejamos criar uma comunidade sul-americana em que a guerra seja uma solução impensável para as eventuais disputas entre Estados. Isso é uma tarefa da diplomacia. Mas é também uma tarefa da Defesa, [...]. Apoiamos iniciativas e projetos que reforcem a Defesa e consolidem a segurança de nossos vizinhos. [...]. Criamos um verdadeiro cinturão de boa vontade em nosso entorno imediato, cujo reforço deve ser preocupação permanente. Esse cinturão de boa vontade permite ao Brasil maior liberdade para uma política externa universalista, sem as amarras que a eventual presença de ameaças em suas fronteiras ensejaria. Essa percepção estende-se progressivamente à África. Desejamos contribuir particularmente para a segurança de nossos parceiros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Necessitamos dos países africanos para garantir que esse oceano seja uma via segura de comércio, livre de ações de pirataria e de crime organizado. (AMORIM, 2012, p.37)

Beirão (2019) ressalta que a busca pela identidade regional leva a algumas iniciativas de segurança marítima no Atlântico Sul. Do ponto de vista global, destacam-se as iniciativas da ONU, no combate às ameaças no Golfo da Guiné, e da International Maritime Organization (IMO)¹⁷, na segurança do tráfego marítimo da região. Do ponto de vista regional, apesar das iniciativas de cooperação, não se verifica o fortalecimento de um arranjo regional. Há um esvaziamento das parcerias, não se concretizando uma cooperação efetiva. Acrescenta que a maior parte das iniciativas sul-americanas se referem ao controle de áreas marítimas e monitoramento do tráfego marítimo, devido à preocupação com as riquezas da Amazônia Azul. Destaca iniciativas nacionais, em acordos de cooperação com os Estados africanos. Tais acordos não estão sendo efetivos para a segurança no Atlântico Sul. Ações intraestatais e institucionais estão obtendo melhores resultados, como as operações combinadas multinacionais, mostrando presença, controlando áreas marítimas e aumentando a interoperabilidade. Pode-se citar os Exercícios no Golfo da Guiné: OBANGAME EXPRESS, desde 2010, liderado pelo Comando dos EUA; GRAND AFRICAN NEMO, desde 2013, pela Marinha Francesa, e GUINEX, desde 2021, pelo Brasil, que incrementam a capacitação para respostas rápidas contra ameaças assimétricas e de combate a ilícitos no mar, possibilitando, também, o desenvolvimento da diplomacia naval entre os participantes.

¹⁷ Organização Marítima Internacional (IMO) - agência da ONU responsável pela segurança e proteção da navegação e pela prevenção da poluição marinha e atmosférica por navios. Disponível em <https://www.imo.org/>. Acesso em 08/06/2023. Criada em 1948, com sede em Londres, Inglaterra, conta com 169 Estados Membros e três Membros Associados. Sua Convenção foi ratificada pelo Brasil em 17/03/1957.

4.4 Conclusão Parcial

As ameaças militares convencionais, relacionadas aos conflitos armados entre Estados, cederam espaço para uma nova natureza de ações criminosas, conhecidas como *novas ameaças*, a saber: tráfico de drogas, de pessoas e bens ilícitos, imigração ilegal, contrabando de armas, pescas ilegais, pirataria, terrorismo internacional, acidentes naturais ou por negligência humana, guerra química ou bacteriológica, crime organizado em escala internacional, lavagem de recursos financeiros, crimes ambientais, atos de espionagem, guerrilhas, desastres ambientais, políticas econômicas unilaterais, dentre outras. Essas ameaças têm ocorrido devido à incapacidade de alguns Estados costeiros, considerados *falidos ou frágeis*, de se contrapor, em virtude de sua falta de governança política-administrativa. A percepção sobre segurança internacional sofreu transformações com o surgimento dessa nova natureza de ameaças, surgindo uma zona cinzenta onde ocorrem *ameaças híbridas*, envolvendo conflitos civis e étnicos, terrorismo transnacional, crimes transnacionais e outras formas de *violência assimétrica*. A guerra convencional cedeu espaço a uma *guerra irregular* e disforme, crescendo de importância o fortalecimento de ações securitárias no ambiente marítimo.

A preocupação com essas novas ameaças presentes no Atlântico Sul, analisada nesse capítulo, aliadas às novas tendências contemporâneas sobre o uso do mar como fonte de poder econômico e projeção de poder, analisado no capítulo anterior, fazem o Brasil olhar com grande apreensão para o Atlântico Sul. O desafio brasileiro passa a ser a capacidade de realizar suas atividades marítimas de forma pacífica e de melhor explorar as riquezas do mar. Para isso, deve focar na segurança de seu ambiente marinho (Marine Security), na segurança de seu desenvolvimento econômico (Economia Azul) e na segurança de seus recursos humanos que atuam no mar. Em suma, torna-se importante a garantia da navegação e da integridade física dos navegadores (Segurança-Safety), bem como a proteção contra ameaças e ações violentas no mar (Segurança-Security).

Enfim, a estabilidade da bacia sul-atlântica torna-se vital para o desenvolvimento econômico do Brasil. Os desafios e as oportunidades oferecidas pelo Atlântico Sul para o país impõem reflexões sobre Defesa e Segurança Nacional. Portanto, é importante a adoção de ações que mitiguem as ameaças identificadas, o que pode ser alavancado por um forte sistema de cooperação regional, ainda considerado deficiente nos dias atuais. Por meio de

associações e parcerias estratégicas entre os Estados que mais sofrem com esses crimes transnacionais, criam-se melhores condições para se contrapor às chamadas *novas ameaças*. A cooperação internacional, com foco no Atlântico Sul, pode se configurar como importante estratégia de arranjos colaborativos para fortalecer a segurança da bacia sul-atlântica e a defesa nacional de cada país afetado. Logo, ressalta-se de importância a adoção de uma conduta cooperativa ou colaborativa pela política externa brasileira nas relações com outros atores internacionais, especialmente entre o Brasil e os países da costa ocidental da África, ou junto a outros países extrarregionais, mas com interesse na bacia sul-atlântica.

Conclui-se que ocorrem melhores resultados em segurança marítima no Entorno Estratégico brasileiro a partir do emprego combinado da Força Naval e da diplomacia naval brasileira nos acordos e parcerias estabelecidos com outros Estados lindeiros do Atlântico Sul, notadamente, com os países da costa ocidental da África e Golfo da Guiné. A diplomacia cooperativa pode reforçar o compromisso mútuo com a segurança marítima internacional.

A cooperação pode funcionar como mecanismo de fomento da confiança mútua entre Estados, favorecendo o surgimento de uma identidade comum regional na bacia sul-atlântica e o fortalecimento das relações externas de seus países. Portanto, trata-se de valiosa ferramenta para a diplomacia brasileira no fortalecimento, por exemplo, da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), um conceito de espaço de paz, segurança e cooperação regional no Atlântico Sul, onde se destaca uma série de ações da diplomacia naval brasileira. Portanto, com o suporte teórico apresentado sobre diplomacia naval, e com a contextualização sobre a importância do Atlântico Sul, da segurança marítima internacional e da necessidade de cooperação regional entre os Estados costeiros da bacia sul-atlântica, torna-se viável prosseguir os estudos, avaliando se a construção de uma *coalizão regional securitária e com fins pacíficos*, como a ZOPACAS, se consolidou como instituição permanente, por meio da diplomacia naval, um dos principais mecanismos ou ferramentas que dispõe a política externa brasileira para a sua diplomacia internacional.

Apesar dos melhores resultados obtidos a partir de iniciativas cooperativas, tem-se a percepção do não atendimento das expectativas pela eliminação completa das ameaças. E apesar do conceito de formação de uma identidade regional securitária e pacífica sul-atlântica – ZOPACAS –, tem-se a percepção de que ela não se fortaleceu como instituição permanente. E é sobre essa questão que o próximo capítulo se propõe a analisar: se a ZOPACAS se fortaleceu e se a diplomacia naval contribuiu para o seu fortalecimento?

5 A DIPLOMACIA NAVAL NA ZOPACAS

Não interessa ao Brasil que outros atores influenciem o Atlântico Sul com o aumento da militarização. Tal receio pode se concretizar devido às disputas geopolíticas pelas riquezas do oceano e recursos naturais na costa ocidental africana. A pirataria na costa africana também contribui para a militarização da área, pois impulsiona governos fora da área estratégica do Brasil a enviarem meios militares, visando proteger seus interesses econômicos¹⁸. O Brasil apoia a consolidação da ZOPACAS como área de cooperação multilateral, livre de armas nucleares e outras de destruição em massa, devendo prevalecer a paz e a diplomacia, minimizando a presença de atores externos na região (NÓBREGA, 2018). Nesse sentido, o Brasil tem desenvolvido diversas ações diplomáticas e de Defesa e Segurança, com o intuito de fortalecer o conceito de paz e cooperação no Atlântico Sul.

5.1 A importância da ZOPACAS para o Brasil.

A ZOPACAS é um foro de diálogo e cooperação entre nações sul-americanas e africanas banhadas pelo Atlântico Sul. Foi criada em 27 de outubro de 1986, por meio da Resolução 41/11, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Possui a finalidade de promover a cooperação regional, a integração multilateral, a manutenção da paz e da segurança no entorno dos seus 24 países integrantes, constituindo-se no principal mecanismo de articulação entre esses países no Atlântico Sul¹⁹.

No contexto geopolítico da Guerra Fria, os EUA encontravam-se preocupados em controlar as Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) no Atlântico Sul, diante de uma ex-URSS em processo de consolidação de alianças com novos governos revolucionários na África Ocidental. Isso significava uma ameaça a ser combatida por meio de um plano defensivo de militarização no Atlântico Sul aos moldes da OTAN, surgindo, portanto, a ideia da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) (NÓBREGA, 2018). A ZOPACAS possui, portanto, suas origens a partir de uma iniciativa do Brasil, com o apoio da Argentina, em resposta à crescente ação dos soviéticos no Atlântico Sul, e à intenção das Forças norte-

¹⁸ Disponível em <https://www.atitoxavier.com/post/a-import%C3%A2ncia-da-zopacas-para-o-brasil-quando-iremos-tratar-com-seriedade-essa-quest%C3%A3o>. Acesso em 19 de junho de 2023.

¹⁹ Disponível em <https://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9322/zopacas-amorim-propoe-acoes-para-fortalecer-cooperacao-em-defesa/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

americanas em criar a OTAS²⁰. Novelli e Pereira (2020) ressaltam que o projeto OTAS não era bem-visto pelo governo brasileiro, pois acreditava-se que as relações entre o Ocidente e a África ficariam abaladas pela presença de uma organização externa à região do Atlântico Sul.

A iniciativa pela criação deve-se, também, pela preocupação com a instabilidade e nuclearização na região, fruto da competição entre as duas potências antagônicas à época. Sua criação recebeu, por conseguinte, voto contrário dos EUA²¹. Logo, trata-se de um projeto originado durante a Guerra Fria, para o estabelecimento de um espaço de paz e cooperação, onde as tensões e rivalidades Leste-Oeste não viessem a afetar as relações econômicas e políticas na região²², constituindo-se em clara oposição à militarização e à presença de armas nucleares no Atlântico Sul.

Entretanto, durante a criação da ZOPACAS, no que tange ao relacionamento entre as áreas militar e diplomática do país, Penha (2011, citado por Pimentel, 2016) resalta que ocorreram conflitos de interesses entre a MB e o Itamaraty, devido às diferentes visões dos objetivos a serem estabelecidos para a Zona. Havia o dilema *desmilitarização X não-militarização* do Atlântico Sul, interpretados de formas distintas por esses dois setores do Governo. Prevaleceu a posição dos militares por uma versão flexibilizada da não-militarização, considerando que os países limítrofes do Atlântico Sul deveriam se afastar da corrida armamentista, porém deveriam manter suas capacidades de desenvolvimento bélico. Essa contradição é ressaltada por Pimentel (2016) ao destacar que a ZOPACAS tinha o propósito de alcançar a paz sul-atlântica, porém não excluía a necessidade do desenvolvimento bélico de seus países integrantes. O autor também destaca que a MB reconheceu a capacidade dissuasória que a ZOPACAS poderia causar às potências extrarregionais, entretanto manifestou preocupação pelo afastamento do Brasil de cooperações com as Marinhas dos países desenvolvidos.

Apesar das preocupações, a adesão ocorreu por considerável número de países, pois nenhum daqueles banhados pelo Atlântico Sul possuía instrumentos para manter a defesa e soberania da região por meio do “*hard power*”²³, especialmente o nuclear (NÓBREGA, 2018).

²⁰ Disponível em <https://www.defesanet.com.br/newsletter/noticia/9354/dn-zopacas-ou-mare-brasilis-lula-e-o-md/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

²¹ Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2021/01/12/analise-o-atlantico-sul-na-competicao-entre-as-grandes-potencias/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

²² Disponível em <http://www.abc.gov.br/zopacas/default.aspx>. Acesso em 19 de jun. 2023.

²³ Segundo Nye (2013, *apud* Violante, 2017), “Hard power é caracterizado por ser um poder coercitivo envolvendo o poder econômico e militar”.

Logo, a ZOPACAS passou a ser composta por 24 países (FIG. 27), sendo três da América do Sul (Argentina, Brasil e Uruguai) e 21 da África, sendo: África Meridional (África do Sul, Angola e Namíbia), África Equatorial (Camarões, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe), África Ocidental (Benin, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal, Serra Leoa e Togo)²⁴. Além de tentar evitar a militarização do Atlântico Sul, a ZOPACAS constitui-se no ambiente propício para o Brasil tentar ser o protagonista regional²⁵.

Desde sua criação, ocorreram oito reuniões de cúpula ou ministeriais. A cada dois anos seus objetivos devem ser endossados por resoluções da AGNU²⁶, entretanto ocorreram alguns longos períodos sem reuniões. As reuniões ocorridas foram: **1ª Reunião**/Rio de Janeiro, Brasil (1988); **2ª Reunião**/Abuja, Nigéria (1990); **3ª Reunião**/Brasília, Brasil (1994); **4ª Reunião**/Somerset West, África do Sul (1996); **5ª Reunião**/Buenos Aires, Argentina (1998); **6ª Reunião**/Luanda, Angola (2007); **7ª Reunião**/Montevidéu, Uruguai (2013); e **8ª Reunião**/Mindelo, Cabo Verde (2023)²⁷. (grifo nosso)

O Brasil considera importante a consolidação do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação²⁸ e sua valorização como patrimônio comum e elo entre a África e a América do Sul, congregando países africanos e sul-americanos. E a ZOPACAS é o foro privilegiado para os acordos de cooperação entre os países da região (NÓBREGA, 2018). Um ambiente de entendimento, integração, cooperação regional²⁹ e parcerias nas áreas comercial, científica, política, diplomática³⁰, de desenvolvimento econômico e social, de proteção dos recursos naturais vivos e meio-ambiente marinho³¹, além do potencial de aproximar as duas margens, pela cooperação técnica e fortalecimento de instituições nacionais (NÓBREGA, 2018).

²⁴ Disponível em <https://www.atitoxavier.com/post/a-import%C3%A2ncia-da-zopacas-para-o-brasil-quando-iremos-tratar-com-seriedade-essa-quest%C3%A3o>. Acesso em 19 de junho de 2023.

²⁵ Disponível em <https://www2.unesp.br/porta1#!/noticia/14853/paises-do-atlantico-sul-reunem-se-por-uma-regiao-sem-conflito/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

²⁶ Disponível em <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2010/12/07-unodc-participa-de-reuniao-preparatoria-da-zopacas-em-brasilia.html>. Acesso em 19 de junho de 2023.

²⁷ Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>. Acesso em 19 de junho de 2023.

²⁸ Disponível em <https://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9322/zopacas-amorim-propoe-acoes-para-fortalecer-cooperacao-em-defesa/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

²⁹ Disponível em <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2010/12/07-unodc-participa-de-reuniao-preparatoria-da-zopacas-em-brasilia.html>. Acesso em 19 de junho de 2023.

³⁰ Disponível em <https://www2.unesp.br/porta1#!/noticia/14853/paises-do-atlantico-sul-reunem-se-por-uma-regiao-sem-conflito/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

³¹ Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2021/01/12/analise-o-atlantico-sul-na-competicao-entre-as-grandes-potencias/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

5.2 A ZOPACAS avançou?

A ZOPACAS foi contestada já na sua criação, pois apesar do apoio de 124 Estados-membros da ONU, os EUA votaram contra, e Alemanha, Bélgica, França, Itália, Holanda, Portugal, Luxemburgo e Japão, optaram pela abstenção, temendo a restrição da liberdade de navegação no Atlântico Sul (ROSA, 2006)³². Novelli e Pereira (2020) definem cinco períodos de tentativa de desenvolvimento da ZOPACAS como um projeto de construção de uma região comum no Atlântico Sul, os quais somam-se às duas últimas Reuniões Ministeriais (2013 e 2023), totalizando **sete períodos: 1º Período (1986 a 1988): surgimento até a I Reunião Ministerial; 2º Período (1989 e 1990): fortalecimento da iniciativa;** de 1991 e 1992 (inatividade); **3º Período (1993 e 1994): necessidade de superação de pautas políticas e atualização de objetivos para preservação de sua relevância; 4º Período (1995 a 1998): fracasso do projeto, seguido de abandono;** de 1999 a 2006 (inatividade); **5º Período (2007): VI Reunião/Luanda, Angola, retomada, revitalização ou ressurgimento;** de 2008 a 2012 (inatividade); **6º Período (2013): VII Reunião/Montevidéu, Uruguai;** de 2014 a 2022 (inatividade); e **7º Período (2023): VIII Reunião/Mindelo, Cabo Verde.** (grifo nosso)

Observa-se que a década de 90 foi marcada pelo esforço em manter a relevância da ZOPACAS – o que sugere que a iniciativa ainda não se encontrava fortalecida – seguido de um fracasso, abandono e grande período de inatividade (1999 a 2006). Após sua criação e expectativas por maior integração sul-atlântica, o que se viu foi o seu enfraquecimento, devido aos problemas econômicos e políticos dos países sul-americanos e africanos, na década de 90 (PIMENTEL, 2016). Foram oito reuniões em 32 anos de existência, sendo que a quantidade poderia ser o dobro atualmente, considerando a premissa de encontros bianuais. O baixo índice de reuniões vem a corroborar com o enfraquecimento do projeto.

Para Abdenur e Neto (2014), apesar das iniciativas brasileiras em criar e desenvolver a ZOPACAS, respectivamente, nas décadas de 80 e 90, foi somente a partir dos anos 2000 que o Brasil assumiu certo protagonismo e ocorreu um melhor desenvolvimento do projeto, especialmente após as iniciativas de Angola, em 2007, para a revitalização do processo, e a partir de 2010, com o crescente interesse da OTAN pelo Atlântico Sul, principalmente após a divulgação do *NATO 2020 Assured Security Dynamic Engagement* (OTAN 2020: Segurança

³² Embaixador Manuel Amante da Rosa, Conselheiro do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde.

Assegurada, Envolvimento Dinâmico)³³. Entretanto, Novelli e Pereira (2020) possuem opiniões distintas quanto ao período áureo de investimentos e ações efetivas do Brasil pela ZOPACAS, chegando a questionar se a iniciativa se configura como um projeto de construção regional de origem brasileira, e se o Brasil atuou como um “*region-builder*” no Atlântico Sul.

No geral, a construção de uma identidade sul-atlântica enfrentou, e ainda enfrenta, muitos desafios, que, segundo Abdenur e Neto (2014), são explicados por quatro motivos: (1) a complexidade das relações entre os países da região; (2) a presença de atores externos; (3) a dinâmica de relações de poder entre atores internos e externos à região; e (4) a existência de pontos de instabilidade e fragilidade no Atlântico Sul que limitam a capacidade brasileira de consolidar um projeto regional. Porém, a construção da identidade regional no Atlântico Sul deve ser perseguida, pois amplia as condições do Brasil em projetar influência. A preocupação em relação a tal protagonismo é que poderia gerar novas tensões ou ampliar as já existentes, devido aos interesses preexistentes na região (ABDENUR; NETO, 2014).

5.2.1 Primeira fase da ZOPACAS (1986 a 2006): desenvolvimento, regressão e inatividade

Segundo Novelli e Pereira (2020), a criação da ZOPACAS ocorreu com foco na segurança regional, em um momento histórico da Guerra Fria. Entretanto, seu desenvolvimento e fortalecimento inicial foi marcado por pautas políticas das décadas de 80 e 90 no cenário regional e internacional. Observou-se um desengajamento multilateral e a tentativa de estabelecer parcerias seletivas no espaço sul-atlântico, na década de 90. Destacam-se, por exemplo, as crises políticas e econômicas em vários de seus Estados-membros na costa ocidental africana, como a independência da Namíbia e o declínio do *Apartheid* na África do Sul, ocasionando drásticas mudanças no contexto político regional. Protestos populares ocorreram, nesse período, devido às dificuldades econômicas e ao descontentamento com o sistema de partido único. Portanto, a instabilidade política, os problemas sociais e econômicos, e as tensões raciais, enxergaram na ZOPACAS uma primeira oportunidade para parcerias políticas e econômicas junto ao novo governo que se firmava.

³³ Documento expedido em 2010, com análise e recomendações em um novo conceito estratégico para OTAN e que menciona a possibilidade de cooperação com países não pertencentes ao limite geográfico da atuação da Aliança do Atlântico Norte. Disponível em https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_63654.htm. Portal OTAN. Publicado em 17 de maio de 2010. Acesso em 27 de julho de 2023.

Além disso, alguns governos se valeram da ZOPACAS como suporte às suas políticas externas, como foi o caso da Argentina em relação ao Reino Unido, após o conflito das Malvinas/Falklands (1982). Embora o Brasil reconhecesse a legitimidade das demandas de soberania argentinas, considerava que a ZOPACAS não poderia ser empregada de forma unidimensional, ou seja, para tratar de temas unilaterais. O Brasil, como principal liderança, possuía postura contrária à instrumentalização da ZOPACAS (NOVELLI; PEREIRA, 2020).

Novelli e Pereira (2020) destacam, ainda, que a independência da Namíbia (1990) e o fim do *Apartheid* na África do Sul (1991), aliados ao término da Guerra Fria (1991), alteraram o cenário político africano e afastaram a confrontação ideológica, militar e estratégica entre EUA e ex-URSS da pauta nas relações internacionais. Com isso, em 1993 e 1994, foi necessária uma atualização de objetivos, de forma a preservar a relevância e evitar o esvaziamento da ZOPACAS, devido à superação da pauta securitária de sua agenda original. Logo, o ano de 1994 representou o *relançamento da ZOPACAS*, sendo adotado um propósito diferente de quando foi inicialmente concebida. O Brasil passou a dar ênfase à preservação do meio ambiente marinho. A reunião extraordinária de 1993 abordou quatro pontos principais: (1) a cooperação ambiental (tema de destaque e primeiro ponto citado); (2) a manutenção do Atlântico Sul como zona não nuclear; (3) o *South Atlantic Games* (evento esportivo entre os Estados-membros); e (4) o Brasil como sede da III Reunião.

Porém, entre os anos de 1995 a 1998 ocorreu um crescente descrédito da ZOPACAS, afetada pela indiferença de seus membros, fruto da conjuntura econômica adversa de muitos países da costa ocidental da África naquele período. Muitos dos compromissos assumidos não foram postos em prática pelo Brasil, devido às dificuldades econômicas e pela falta de interesse de alguns setores do Governo. Os discursos focaram nos aspectos econômicos e de cooperação comercial, sugerindo que a ZOPACAS poderia servir como estratégia de superação da crise econômica de seus Estados-membros, contribuindo em áreas prioritárias de seus Governos, e com possibilidade de atender as atividades econômicas, comerciais e de industrialização de seus países. A falta de financiamento e os desafios econômicos e comerciais esfriaram o projeto. Logo, observou-se uma exaustão da agenda original e um aparente fracasso da ZOPACAS (NOVELLI; PEREIRA, 2020).

Novelli e Pereira (2020) destacam, ainda, que as expectativas por ações efetivas não se concretizavam entre uma reunião e outra e que, na segunda metade da década de 90, tornou-se recorrente o cancelamento das Reuniões Ministeriais. Por exemplo, a IV Reunião

prevista para 1995, na África do Sul, ocorreu um ano após, em 1996. A V Reunião prevista para 1996, na Argentina, conseqüentemente, foi postergada para 1998. E a VI Reunião prevista para 1997, no Benin, após vários cancelamentos, foi transferida para Angola, ocorrendo apenas dez anos após, em 2007. Penha (2011, citado por Pimentel, 2016) também destaca os poucos avanços nos anos 80 e 90, apenas assinaturas de declarações de desnuclearização e promessas de cooperação ambiental e comercial. O enfraquecimento da iniciativa causou reflexos negativos, como o enfraquecimento do comércio da região e o fechamento de embaixadas brasileiras na África (PIMENTEL, 2016).

5.2.2 Diplomacia naval durante a regressão e inatividade da ZOPACAS (1995 a 2006)

Pimentel (2016) apresenta algumas causas para a perda de relevância e estagnação da ZOPACAS na década de 90, e o desengajamento dos países componentes. A Defesa e Segurança do Atlântico Sul deixou de ser prioridade devido: (1) à diminuição da relevância geopolítica e estratégica do Atlântico Sul no pós-Guerra Fria, esvaziando o propósito original para o qual a Zona foi concebida; (2) à hegemonia dos EUA no pós-Guerra Fria, alterando o foco da segurança das ameaças tradicionais para os novos temas, como o combate às drogas; e (3) ao crescimento de questões domésticas de segurança, violência étnica e guerras civis na África, resultantes da desagregação de instituições e de Estados frágeis.

Apesar do período de fracasso (1995 a 1998) seguido de inatividade (1999 a 2006), Pimentel (2016) destaca iniciativas multilaterais Brasil-África nos anos 90, tais como: (1) a cooperação Brasil-Namíbia (Acordo de Windhoek, 1994) estabelecido pela MB e renovado por duas vezes (2001 e 2009) para formar Oficiais e possibilitar a criação de um Ministério da Defesa naquele país. Foi o primeiro movimento da MB na África, em busca de parcerias de cooperação bilateral; e (2) a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, estreitando os laços culturais e diplomáticos com os países africanos.

Lima (2015) também ressalta um aspecto contraditório, pois apesar da estagnação da ZOPACAS na década de 90, a cooperação em Defesa aumentou consideravelmente, fato esse verificado com base nos diversos acordos bilaterais estabelecidos nessa década e no início dos anos 2000, tais como: (I) 1993 - criação, pela MB, no bojo da ZOPACAS, da Operação ATLASUR, com a participação de África do Sul, Argentina, Brasil e Uruguai; (II) 1994 - Acordo de Cooperação Militar com Cabo Verde (ampliada em 2014); (III) 1996 - Acordo de

Cooperação Militar com o Mali; (IV) 1996 - participação de tropas brasileiras na missão de paz UNAVEM I, em Angola; (V) 2000 - criação do Exercício Felino, composto pelos países da CPLP; (VI) 2003 - Acordo de Cooperação Militar com a República Democrática do Congo; (VII) 2003 - Acordo de Cape Town em Matéria de Defesa, com a África do Sul; (VIII) 2003 - participação de tropas brasileiras na missão de paz do Congo; (IX) 2004 - criação do exercício naval multilateral *Atlantic Tidings*, entre Brasil, Angola, África do Sul, Namíbia e República Democrática do Congo; (X) 2005 - criação do exercício naval multilateral IBSAMAR, transcendendo os limites do Atlântico Sul ao juntar Índia, Brasil e África do Sul; e (XI) Cooperação, por meio da Escola Naval (EN) e do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), na formação de mais de 1.800 Oficiais da Namíbia, e outros 139³⁴ de Moçambique, Angola, África do Sul, Cabo Verde, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Senegal, dentre outros.

Observa-se, portanto, importantes ações e eventos que denotam grande atuação da diplomacia do Estado brasileiro e da diplomacia naval brasileira, tendo em vista o considerável e importante engajamento da MB com os países costeiros da África em matéria de Defesa nos anos 90 e início dos anos 2000, apesar da hibernação dos projetos previamente estabelecidos pela ZOPACAS no mesmo período. Tal percepção é corroborada por Pimentel (2016) ao ressaltar as ações proativas da diplomacia naval brasileira e a estratégia da MB em não se limitar à cooperação no âmbito ZOPACAS. O autor reforça que a estratégia brasileira no Atlântico Sul se materializa em uma **estratégia de presença** (grifo nosso), ainda que menor em relação às outras potências e países emergentes.

5.2.3 Ressurgimento estratégico do Atlântico Sul e tentativas de revitalização da ZOPACAS (2007 a 2013)

A partir de 2007, a ZOPACAS ganhou nova perspectiva e importância. Em sua VI Reunião Ministerial, em Angola, iniciou-se um período de iniciativas com o objetivo de revitalizá-la e de melhor se contrapor às ações e interesses externos. Foi promulgado o Plano de Ação de Luanda e a Declaração Final de Luanda, com maior foco em Defesa e Segurança na agenda. Tais documentos firmavam compromissos entre os Estados-membros, referentes à: (1) prevenção de crimes transnacionais; (2) paz, estabilidade e prevenção de

³⁴ Dados referentes ao ano de 2015.

conflitos; (3) ampliação de operações de paz; e (4) intensificação da cooperação regional (VAZ; MIGON, 2013). Logo, as iniciativas brasileiras em cooperação militar e revalorização do fórum assumiram novo discurso no campo político e diplomático. A estratégia do governo brasileiro voltou-se para a construção de um *cinturão de boa vontade*, e não mais somente para a área de segurança e defesa, além de incluir países externos à bacia sul-atlântica e potenciais contestadores dos interesses brasileiros (ABDENUR; NETO, 2014).

Portanto, a partir de 2007, o Brasil mudou sua estratégia e o enfoque em relação à ZOPACAS, o que veio em momento oportuno, em meio ao aumento de investidas de atores externos, que já vinham demonstrando interesse pelo Atlântico Sul, colocando-o como um ambiente de desordem e sem segurança regional firmemente estabelecida³⁵ (GOMES, 2005). Em 2007, por exemplo, os EUA criaram o *United States Africa Command* (US AFRICOM), com os meios navais da VI Esquadra, para emprego na costa atlântica africana. Em 2009, reativaram a IV Esquadra, subordinada ao *United States Southern Command* (US SOUTHCOM), para atuar na área de responsabilidade do Atlântico Sul e do Caribe. Em 2010, a OTAN expediu o novo conceito estratégico NATO 2020, reforçando sua estratégia para o Atlântico Sul, fato que o Ministro da Defesa, Nelson Jobim criticou, comparando-a a uma *carta branca* para justificar intervenções em qualquer lugar do mundo³⁶.

O ministro mostrou-se preocupado com a equivocada percepção que atores externos estavam tendo sobre a diferença de segurança entre os Atlânticos Norte e Sul. Como exemplo, Portugal e Espanha chegaram a propor uma cooperação política entre os países da Europa, África e América do Sul em prol do Atlântico Sul. Entretanto, Nelson Jobim considerava inapropriado o aumento de atividade da OTAN no Atlântico Sul e se posicionava contrário a uma agenda comum entre os Atlânticos Sul e Norte por considerá-los regiões distintas³⁷ (ABDENUR; NETO, 2014). Até mesmo a forma de atuação entre OTAN e ZOPACAS mostram-se distintas, pois enquanto a ZOPACAS está focada em *paz e cooperação no Atlântico Sul*, a OTAN está centrada em *defesa coletiva e a segurança do Atlântico Norte*, realizando a *cooperação política e militar* (EDWARDS; DE CARVALHO, 2020).

³⁵ Segundo o Almirante português Fernando Melo Gomes, 2º Comandante do Comando Aliado Conjunto da OTAN, durante a III Conferência Internacional, FLAD-IPRI, 10 a 11 de novembro de 2005, Lisboa, Portugal.

³⁶ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/politica/otan-ganhou-carta-branca-para-intervir-em-qualquer-lugar-diz-jobim-2799889>>. Acesso em 25 de junho de 2023.

³⁷ O ministro Jobim afirmou que o discurso constituía visão de caráter pessoal a respeito do tema, não constituindo posição oficial do governo brasileiro. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/2010/mes09/o_futuro_da_comunidade.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2023.

O aumento de interesse e a presença de atores externos no Atlântico Sul, também pode ser observada pela vertente asiática, com a aproximação cada vez maior da China (ABDENUR; NETO, 2014), investindo em sua capacidade marítima global (navios e portos), de forma a garantir o fluxo de comércio, tornando-se o maior parceiro comercial da África por dez anos consecutivos. Pela vertente europeia, observa-se as narrativas advindas de Portugal, um país marítimo do Atlântico Norte, mas que possui relação histórica e cultural com os países das duas margens do oceano sul-atlântico, e que vem tentando inserir o Atlântico Sul como um eixo estratégico da OTAN. Os exercícios euro-atlânticos na costa africana aumentaram com a presença dos países europeus na região (SANTOS, 2011).

Logo, percebe-se, no período de 2007 a 2010, a crescente renovação de interesse de grandes potências pelo espaço geográfico Atlântico Sul, disputando uma liderança regional. Não coincidentemente, o Brasil lança sua Estratégia de Defesa Nacional (EDN) em 2008, materializando sua preocupação com a Defesa e Segurança no Atlântico Sul.

Entretanto, apesar dos discursos de renovação, o que se pode observar, após a reunião de 2007, é outro período de inatividade da ZOPACAS (2008 a 2012), talvez com certa anuência do Brasil, pois, segundo Pimentel (2016), após análise de alguns telegramas diplomáticos, pode-se depreender que houve certa hesitação brasileira em retomar o projeto. O autor sugere a existência, apenas, de uma retórica de cooperação e uma atuação cautelosa da diplomacia brasileira para a retomada da iniciativa. Tal aspecto contribuiu para a ausência de institucionalização da ZOPACAS como organismo permanente. Pimentel (2016) ainda levanta a hipótese de que a diplomacia brasileira não pretendia gerar expectativas nos países africanos, provavelmente porque o Brasil não estaria disposto a assumir a liderança na bacia sul-atlântica, evitando realizar patrulhamento na costa ocidental africana.

A análise de Pimentel (2016) sobre os documentos diplomáticos brasileiros revela uma contradição entre o discurso brasileiro sobre cooperação e integração regional e a realidade. Demonstra intenção em não se comprometer com uma estratégia naval e diplomática de longo prazo, de não consubstanciar um engajamento multilateral de longo prazo. O autor sugere que a não institucionalização da ZOPACAS e sua consequente estagnação por certos períodos, também podem ter ocorrido por desinteresse brasileiro, não sendo avaliado, nesse caso, os reais motivos para tal.

Entretanto, mesmo não tendo ocorrido encontros entre os Chefes e representantes de Estado de 2008 a 2012, ocorreram encontros menores. Logo, apesar do terceiro período

de esvaziamento da ZOPACAS (1º período de inatividade em 1991/1992, 2º período de inatividade de 1999 a 2006, e 3º período de inatividade de 2008 a 2012), Novelli e Pereira (2020) acrescentam que, em reuniões ministeriais, foram ressaltadas as conexões históricas e culturais entre as duas costas do Atlântico Sul, a necessidade de cooperação para o desenvolvimento dos Estados-membros e o fortalecimento da paz e segurança. Os autores destacam que os debates envolveram temas como: (1) gestão cooperativa dos recursos do mar (pesca no Atlântico Sul); (2) aproveitamento de riquezas energéticas do Atlântico Sul; e (3) combate ao crime organizado, tráfico de drogas e armas de pequeno porte.

Por exemplo, em dezembro de 2010, representantes dos 24 países membros da ZOPACAS, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)³⁸ para o Brasil e o Cone Sul e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA)³⁹ e da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI)⁴⁰ se reuniram, no Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, com o intuito de: (1) compartilhar experiências; (2) identificar áreas com grande potencial para cooperação; e (3) debater temas sobre defesa, segurança marítima e combate a crimes transnacionais. Os assuntos foram discutidos com enfoque no Mapeamento e Exploração dos Fundos Marinhos, Cooperação na Área Ambiental e Cooperação na Área Marítima e Portuária⁴¹.

³⁸ O UNODC centraliza os esforços de combate às drogas ilícitas, crime organizado transnacional, terrorismo e corrupção. Responsável pela: Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC) e seus três Protocolos (contra o tráfico de pessoas, o contrabando de migrantes e o tráfico de armas de fogo); Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC); e as três Convenções internacionais de controle de drogas. Atua nas áreas: Crime Organizado e Tráfico; Prevenção do Crime e Reforma da Justiça Criminal; Prevenção do Abuso de Drogas e Saúde; e Prevenção ao Terrorismo. Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-viena/missao-permanente-onu-viena/unodc>. Portal MRE/gov.br); e <https://www.unodc.org/unodc/index.html>. Nações Unidas/Escritório de Drogas e Crime. Acesso 04 de jul.2023.

³⁹ A ISA - organização internacional autônoma estabelecida ao abrigo da CNUDM (UNCLOS) de 1982 e do Acordo de 1994, relativo à Implementação da Parte XI da UNCLOS, por meio da qual os Estados Partes da UNCLOS organizam e controlam as atividades relacionadas aos recursos minerais na Área para o benefício da humanidade. Visa a garantir a proteção do ambiente marinho contra efeitos nocivos de atividades relacionadas ao fundo do mar. Sede em Kingston, Jamaica, criada em 16/11/1994. A 1/05/2020 tinha 169 membros.

⁴⁰ O COI da UNESCO (IOC/UNESCO) promove a cooperação internacional em ciências marinhas para melhorar a gestão do oceano, costas e recursos marinhos. Permite que seus 150 Estados Membros trabalhem juntos coordenando programas de desenvolvimento de capacidade, observações e serviços oceânicos, ciência oceânica, alerta de tsunamis e alfabetização oceânica. Contribui para a missão da UNESCO de promover o avanço da ciência e suas aplicações para desenvolver conhecimento e capacidade, chave para o progresso econômico e social, base da paz e do desenvolvimento sustentável. É responsável pela coordenação da Década das Nações Unidas da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável 2021-2030, a “Década dos Oceanos”. Disponível em <https://www.ioc.unesco.org/en>. Portal UNESCO. Acesso em 04 de julho de 2023.

⁴¹ Disponível em <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2010/12/07-unodc-participa-de-reuniao-preparatoria-da-zopacas-em-brasilia.html>. Acesso em 04 de julho de 2023.

5.2.4 VII Reunião Ministerial da ZOPACAS (2013): tentativa isolada de renovação

Após cinco anos de estagnação (2008 a 2012) foi realizada a VII Reunião Ministerial da ZOPACAS (2013), em Montevideu, Uruguai, sendo expedida a Declaração de Montevideu, cuja principal pauta foi a defesa, com foco na situação da República Democrática do Congo e Guiné-Bissau. Também foi reafirmada uma agenda de trabalho em quatro áreas de cooperação: (1) mapeamento e exploração dos fundos marinhos; (2) cooperação na área ambiental (oceanografia, pesca e outros); (3) segurança (defesa, segurança marítima e combate a ilícitos transnacionais); e (4) transportes (portos, transportes marítimos e aéreos). Foi debatida, inclusive, a necessidade de retomada das reuniões bianuais e que Cabo Verde sediar a próxima reunião, em 2015 (PIMENTEL, 2016), o que não foi cumprido, demonstrando, novamente, o descrédito e esvaziamento da ZOPACAS, apesar dos esforços do Brasil em diplomacia naval, nesse mesmo período, visando ao estreitamento diplomático e ao incremento da segurança no Atlântico Sul, como será abordado ainda neste capítulo.

A reunião contou com a presença de todos os ministros de defesa dos países membros, primeira vez em que todos comparecem. O Ministro da Defesa, Celso Amorim, propôs iniciativas para o fortalecimento das parcerias. O evento ocorreu em um contexto de maior preocupação com a Defesa e Segurança, sendo dada maior atenção a temas como pirataria, tráfico de drogas e pessoas, e terrorismo internacional. O Ministro destacou:

Hoje vivemos uma realidade em que é muito difícil dizer exatamente onde, como e quais serão as intervenções externas dos conflitos que poderão surgir. [...]. Esses fatos tornam ainda mais **importante e vital a manutenção da nossa zona de paz e cooperação**. [...]. atividades ilícitas podem atrair, de maneira negativa para nossa área, a presença de intervenções externas. [...]. **Se nós não nos ocuparmos da paz e segurança no Atlântico Sul, outros vão se ocupar**. E não da maneira que nós desejamos: com a visão de países em desenvolvimento que repudiam qualquer atitude colonial e neocolonial. (AMORIM, 2013)⁴² (grifo nosso)

O Ministro Celso Amorim não se restringiu somente a abordar o combate aos crimes no Atlântico Sul. Reforçou, também, a necessidade de ampliar a cooperação bilateral e multilateral em defesa em outras áreas. Amorim (2013) destacou a necessidade de maior compartilhamento da experiência brasileira em áreas como: (a) levantamento de PC; (b) capacitação em salvamento e resgate no mar (SAR); (c) operações de paz e vigilância marítima pelos centros que utilizam a tecnologia *“Long Range Identification and Tracking”*

⁴² Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2013/10/16/amorim-reforca-compromisso-do-brasil-de-manter-o-atlantico-sul-como-zona-de-paz/>. Acesso em 04 de julho de 2023.

(LRIT); e (d) inclusão, no Plano de Ação, de seminários sobre esses e outros assuntos de defesa. A necessidade de intensificar a cooperação também foi ressaltada pela Diplomacia Brasileira, pelo Ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, que cobrou a intensificação dos contatos e ações bilaterais e multilaterais entre os Estados-membros⁴³.

Ainda em 2013, ocorreu o *I Seminário ZOPACAS – Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo, Busca e Salvamento*, em Salvador-BA, sob coordenação do Ministério da Defesa (MD) e apoio do MRE e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)⁴⁴, dando continuidade ao Plano de Ação de Montevideu⁴⁵, e contou com militares, brasileiros e estrangeiros, Oficiais superiores em funções técnicas e operativas em Segurança do Tráfego Marítimo e SAR. O foco foi o intercâmbio de experiências e procedimentos bem-sucedidos entre os países. Na ocasião, o Ministro da Defesa, Celso Amorim, salientou a importância de “[...] fortalecer as capacidades conjuntas [...] Quanto mais cooperarmos, menos espaços teremos para interferências externas [...]”⁴⁶ (AMORIM, 2013). Seguiram-se nove anos de inatividade (2014 a 2022) e um evento: a *jornada de Diálogos de Río Grande - Argentina*, em agosto de 2014, entre os membros, representantes da ONU, diplomatas e políticos⁴⁷. Após, como evento de peso, somente a VIII Reunião Ministerial, em Mindelo, Cabo Verde, em abril de 2023.

Para Pimentel (2016) as tentativas de retomada em Luanda (2007) e Montevideu (2013) foram incipientes, porém formaram uma agenda própria para o Atlântico Sul, não permitindo o esvaziamento total do tema cooperação. Apesar de incipiente, permitiram ao Brasil desenvolver excelentes relações diplomáticas e de defesa com seus vizinhos no Atlântico Sul e maior influência sobre os outros Estados-membros. As relações Sul-Sul e os constantes debates por uma zona de paz e cooperação parecem ter contribuído para evitar interferências militares externas à bacia sul-atlântica, além de passarem a integrar a agenda diplomática e de defesa do país (EDWARDS; DE CARVALHO, 2020).

⁴³ Disponível em <https://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9322/zopacas-amorim-propoe-aco-es-para-fortalecer-cooperacao-em-defesa/>. Portal defesanet. Publicado em 17 jan. 2013. Acesso em 04 jul. 2023.

⁴⁴ A ABC do MRE - criada em 1987 para planejar, coordenar, negociar, executar, acompanhar e avaliar no âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica pelo desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do País para o exterior e do exterior para o País, sob os formatos bilateral, trilateral ou multilateral. [...] Disponível em <http://www.abc.gov.br/sobreabc/introducao>. Portal ABC Agência Brasileira de Cooperação/ MRE. Acesso em 04 de julho de 2023.

⁴⁵ Disponível em <https://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/12511/representantes-da-zopacas-debaterao-trafego-busca-e-salvamento-maritimos-em-evento-do-md/>. Publicado 03 out. 2013. Acesso em 04 de jul. 2023.

⁴⁶ Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2013/10/16/amorim-reforca-compromisso-do-brasil-de-manter-o-atlantico-sul-como-zona-de-paz/>. Portal Poder Naval. Publicado 16/10/2013. Acesso em 04 jul. 2023.

⁴⁷ Disponível em <https://www.ippri.unesp.br/#!/noticia/214/paises-do-atlantico-sul-reunem-se-por-uma-regiao-sem-conflito/>. Portal UNESP. Publicado em 18 ago. 2014. Acesso em 04 de julho de 2023.

5.3 O comportamento da diplomacia brasileira no contexto político de 2003 a 2018

Considerando o recorte temporal de 2003 a 2018, dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), observa-se que o Brasil adotou a estratégia do multilateralismo, incentivando parcerias no eixo Sul-Sul. A intenção era reduzir assimetrias da política externa brasileira perante potências do hemisfério Norte e incrementar o protagonismo internacional. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), tal estratégia caracterizava a *autonomia pela diversificação*. Segundo o Ministro Celso Amorim (2003), a política externa brasileira buscava ampliar a cooperação e apoio técnico com os países sul-americanos e africanos, com prioridade para Angola e Moçambique. Ainda segundo o Ministro, o Brasil continuaria priorizando o sistema multilateral de comércio, a segurança coletiva e a cooperação internacional, inclusive financiando projetos na África Ocidental, como Nigéria, Guiné Bissau, Cabo Verde e Serra Leoa por meio de recursos do orçamento nacional, do Fundo de Alívio à Pobreza do IBAS⁴⁸ e PETROBRÁS (AMORIM, 2010).

A política externa multilateral do Governo Lula passa a atuar com foco na cooperação Sul-Sul e ampliação da diplomacia na África. Consequentemente, percebe-se que, no período de 2003 a 2018, o Brasil intensificou seus projetos de cooperação na área de Defesa e Segurança com países da costa ocidental africana, assinando acordos com a África do Sul, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Camarões, dentre outros, aproveitando-se da experiência bem-sucedida com a Namíbia, desde a década de 90 (ABDENUR; NETO, 2014). Para Ferreira (2019), o ponto alto desses acordos ocorreu em 2013, no primeiro mandato do Governo Dilma Rousseff, com 45 países africanos envolvidos em projetos de cooperação técnica com o Brasil, além do aumento de investimentos de empresas brasileiras e do comércio. Entretanto, o autor destaca que no segundo mandato de Dilma Rousseff, a América do Sul passou a ser o foco da integração, pois o cenário era de crise econômica e escassez de recursos orçamentários, levando à redução dos intercâmbios, acordos de cooperação e investimentos na África.

⁴⁸ Fundo IBAS para o Alívio da Pobreza e da Fome – estabelecido no âmbito do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), obtido a partir de contribuições anuais feitas pelas Partes, com o objetivo de financiar projetos de Cooperação Sul-Sul para o benefício de populações de países em desenvolvimento. Disponível em https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/acordo-entre-o-governo-da-republica-da-india-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-da-africa-do-sul-sobre-o-fundo-ibas-para-o-alivio-da-pobreza-e-da-fome. Portal MRE (www.gov.br). Acesso em 14 jul. 2023.

O Brasil conseguiu expandir sua rede diplomática em 37 embaixadas em 2015, mais que o dobro da quantidade em 2003, início do recorte temporal desse estudo. O então Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (2015), destacou a necessidade de se manter a cooperação com países da África e da capacitação naval de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola na repressão à pirataria marítima, visando à estabilidade do Atlântico Sul, espaço de ligação com a África, e pelo fortalecimento da ZOPACAS (VIEIRA, 2015).

A partir de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, a política externa brasileira abandonou as diretrizes anteriores, e a diplomacia brasileira afastou-se da cooperação Sul-Sul. No entanto, ficou registrado no período de mandatos anteriores (2003 a 2015), um aumento e um ápice de investimentos empresariais e cooperação comercial com a África, período em que também ocorreram a 6ª e 7ª reuniões da ZOPACAS (2007 e 2013), com a assinatura do Pacto de Luanda e a Declaração de Montevideu, respectivamente, além de diversas iniciativas de cooperação naval Brasil-África, como será analisado nas próximas seções desse estudo. Entretanto, apesar dos investimentos, acordos de cooperação naval e reuniões de 2007 (Angola) e 2013 (Uruguai), a credibilidade ZOPACAS continuou afetada e sem ações efetivas para o seu fortalecimento, muito devido à falta de orçamento e pessoal dedicado aos seus propósitos (ABDENUR; MATTHEIS; SEABRA, 2016).

5.4 A diplomacia brasileira sob perspectiva da Política e Estratégia Nacionais de Defesa

Analisando a Política Nacional de Defesa - PND⁴⁹ (antiga Política de Defesa Nacional-PDN), observa-se que o nível político orienta a diplomacia brasileira a envidar esforços de articulação diplomática-militar, de forma a contribuir para a paz e a segurança nacional. Nela, ressalta-se o posicionamento brasileiro em seguir os princípios constitucionais e atuar, prioritariamente, de forma diplomática em suas relações externas (BRASIL, 2020). Portanto, a diplomacia brasileira atua segundo os princípios constitucionais brasileiros previstos, observando o estabelecido no Artigo 4º da Constituição: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade

⁴⁹ PND 2020 (antiga PDN) - documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País. Voltado prioritariamente para ameaças externas, estabelece objetivos para o preparo e o emprego das expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. Aprovada, em 1996, a PDN foi a primeira iniciativa para orientar os esforços da sociedade brasileira no sentido de reunir capacidades em nível nacional, e criar condições para garantir a soberania do País, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais. Em 2012, passou a ser PND. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em 03 de julho de 2023.

entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político (BRASIL, 2020). Princípios esses, também reforçados por outro documento condicionante de alto nível: a Estratégia Nacional de Defesa (END)⁵⁰. Nela observa-se que:

O Brasil rege suas relações internacionais, entre outros fundamentos, pelos princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos. Essa vocação para a convivência harmônica com outros países é parte da identidade nacional e constitui valor a ser conservado pelo povo brasileiro. (BRASIL, 2020, p. 31)

Em sua introdução, a PND (2020) destaca que o Brasil privilegia a paz e defende o diálogo e as negociações para a solução das controvérsias entre os Estados. Esse posicionamento orienta a diplomacia brasileira em fóruns regionais, como a ZOPACAS, e globais, como a ONU. Conforme a PND (2020), a diplomacia contribui para a paz e segurança nacional, e projeção do país no cenário internacional. Uma maior articulação diplomática-militar contribui para uma maior representatividade em fóruns multilaterais. A conjugação de três aspectos: **projeção internacional**, **representatividade multilateral** e **articulação diplomática** (grifo nosso), contribui para um maior poder de dissuasão⁵¹. A Concepção Estratégica de Defesa da END (2020) destaca a necessidade de o país possuir capacidade de dissuasão para inibir eventuais ameaças (BRASIL, 2020), o que não resulta somente da prontidão de meios e de ações militares contra agressões, mas também de ações diplomáticas, antes do emprego da força, para desestimular ações hostis, reestabelecer a paz e segurança e solucionar conflitos. A articulação diplomática deve ser, portanto, a primeira estratégia para a defesa da nação. Logo, apesar de distintas, ações diplomáticas e de Defesa possuem o mesmo objetivo em sua essência (BRASIL, 2020).

⁵⁰ END – documento que orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que os objetivos da PND sejam alcançados. É, portanto, o vínculo entre o posicionamento do País nas questões de Defesa e as ações necessárias para dotar o Estado da capacidade para atender seus interesses. Fundamentada na PND, a END define, as estratégias que deverão nortear a sociedade brasileira nas ações de defesa da Pátria. Trata das bases sobre as quais deve estar estruturada a defesa do País, assim como indica as articulações que deverão ser conduzidas, no âmbito de todas as instâncias dos três Poderes e a interação entre os diversos escalões condutores dessas ações com os segmentos não governamentais do País. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Portal Ministério da Defesa (Gov.br). Acesso em 03 de julho de 2023.

⁵¹ Dissuasão - atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desestimular possíveis agressões, desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos. O mesmo que DETERRÊNCIA. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Portal Ministério da Defesa (Gov.br). Acesso em 03 de julho de 2023.

A END (2020) ainda acrescenta que o Brasil deve manter o diálogo e a convivência harmoniosa e cooperativa entre os povos, e contribuir para a paz mundial, participando de ações humanitárias e missões de paz. Reforça que o país pode ser demandado a participar de arranjos de defesa coletiva e de operações internacionais, em favor da estabilidade mundial, e que deve possuir influência e projeção internacional mínima para manter seus interesses e princípios básicos de sua política externa. Prevê, também, as Ações Estratégicas de Defesa (AED) a serem adotadas pelas FFAA, e, naturalmente, pela MB, para fortalecer a diplomacia e amplificar seus resultados (BRASIL, 2020). As AED são reunidas em Estratégias de Defesa (ED) e se destinam a alcançar os Objetivos Nacionais de Defesa (OND)⁵², previsto na PND. Em todos os casos, parece apropriada a atuação da diplomacia naval brasileira.

Em suma, a END prevê AED diplomáticas que possibilitam o estreitamento de laços de amizade e conhecimento mútuo, proporcionam um ambiente de confiança e cooperação, impulsiona os esforços conjuntos para solução de problemas comuns, facilita a integração e estabilidade regional, fortalece o princípio do multilateralismo, facilita a discussão de temas de interesse global, proporciona maior legitimidade às decisões do Estado em organismos internacionais, contribui para a paz e a segurança, fortalece a capacidade de dissuasão e projeção do país, e a área de Defesa e Segurança. A atuação do Brasil em foros internacionais e a participação da MB em missões humanitárias e de operações de paz também se configuram como excelentes ambientes para a diplomacia naval (BRASIL, 2020).

A relação END-PND, o *binômio AED-ED* e o *trinômio AED-ED-OND*, no que tange à diplomacia, encontram-se ilustrados (QUADRO 2), onde pode ser visualizada a *relação final de cada AED (END) com os OND (PND)* estabelecidos na área de Defesa e Segurança e Diplomacia. As AED descrevem a necessidade de **intensificação, estímulo, incremento, aperfeiçoamento** ou **desenvolvimento** (grifo nosso) de pontos importantes para a diplomacia, como: salvaguarda de pessoas e bens no exterior, participação em exercícios e operações internacionais, identidade sul-americana de defesa, adestramento de civis e militares para operações internacionais, participação em organismos e fóruns multilaterais, dentre outros. Entretanto, em outros pontos, percebe-se de forma muito mais clara e direta

⁵² OND – Condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito de Defesa. Enquanto a PND apresenta os pressupostos básicos do País em relação à sua defesa e estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), a END estabelece as Estratégias de Defesa (ED), cada uma com suas Ações Estratégicas de Defesa (AED), e orienta todos os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas a serem implementadas para se atingir os objetivos nacionais estabelecidos.

a possibilidade de atuação da diplomacia naval, tais como: **ações diplomáticas relacionadas à Defesa, parcerias estratégicas, intercâmbios e acordos na área de defesa, capacidade de dissuasão, ações de presença naval, estabilidade, confiança mútua e integração regional, cooperação, paz e segurança internacionais e arranjos de defesa regional** (grifo nosso). Essa última importante para este estudo, pois possui relação com a ZOPACAS.

5.5 A diplomacia naval na ZOPACAS sob perspectiva da Política e Estratégia Nacionais de Defesa

A PND estabelece o Entorno Estratégico (América do Sul, oceano Atlântico Sul, países da costa ocidental da África e a Antártica) como área prioritária, sendo o Atlântico Sul já declarado pela AGNU como região de paz e cooperação, logo uma prioridade nos esforços de cooperação, segurança marítima, defesa e diplomacia brasileira (BRASIL, 2020). A END destaca a necessidade de fortalecimento da ZOPACAS e o posicionamento do Brasil como protagonista na bacia sul-atlântica, minimizando interferências externas no Atlântico Sul e possibilitando maior segurança marítima em seu Entorno Estratégico (BRASIL, 2020).

Analisando a PND, observa-se que sua Concepção Política de Defesa destaca três aspectos que devem ser explorados para se obter e garantir a Defesa e Segurança nacionais: **Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa** (grifo nosso), sendo Diplomacia entendida como a *conjugação dos interesses conflitantes de países* (BRASIL, 2020). A negociação diplomática de conflitos, transformando-os em interesses comuns, ajuda a manter a bacia sul-atlântica como uma zona de paz e cooperação e favorece a integração regional. A integração e a cooperação regional são importantes para a capacidade de dissuasão contra ameaças de atores externos, capazes de afetar a paz, segurança e defesa nacionais. (BRASIL, 2020)

Pela PND, a diplomacia brasileira possui relação direta com dois dos oito OND. A Diplomacia poderá:

- VII - Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais. [...], [participando de] **mecanismos de resolução de controvérsias** no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas **relações com toda a comunidade mundial**, na **busca de confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação** em assuntos de Segurança e Defesa"; e
- VIII - Incrementar a **projeção do Brasil** no concerto das Nações e sua **inserção em processos decisórios internacionais**. [...] pelas ações no sentido de incrementar a participação do Brasil em organismos e fóruns internacionais, em operações internacionais e na **cooperação com outros países**, visando a auferir maior influência nas decisões em questões globais. (BRASIL, 2020, p. 25) (grifo nosso)

E pela END, em sua Concepção Estratégica, temos:

O fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – Zopacas contribuirá para a consolidação do **Brasil como ator regional relevante**, aumentando sua **influência no entorno estratégico** e minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul. O **Atlântico Sul é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil**. [...]. **A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica** a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais. A exploração e exploração da Amazônia Azul® e a utilização das linhas de comunicação marítimas do Atlântico Sul continuarão a ser vitais para o desenvolvimento do Brasil, exigindo a intensificação das **capacidades de prover Segurança Marítima**. Para o incremento dessa segurança, é importante a ampliação de um **ambiente de cooperação com países liminhos do Atlântico Sul**, principalmente por meio de suas Marinhas. (...) Deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicação marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente no **Atlântico Sul, buscando mantê-lo como zona de paz e cooperação**. (BRASIL, 2020, p.33 e 34) (grifo nosso)

Percebe-se um ambiente amplo e fértil para a condução de ações ou atividades genuinamente diplomáticas. Aspectos como: **mecanismos de resolução de controvérsias, relações com toda a comunidade mundial, busca de confiança mútua, colaboração nos interesses comuns, projeção do Brasil, inserção em processos decisórios internacionais e cooperação com outros países** (grifo nosso) são excelentes oportunidades de atuação da diplomacia brasileira, e, notadamente, da diplomacia naval na ZOPACAS.

É possível, ainda, extrair mais um OND em que a diplomacia pode atuar indiretamente, obtendo resultados importantes. Trata-se de um OND voltado às questões securitárias relacionadas ao cidadão brasileiro, e aos recursos e bens da nação no exterior:

V - Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior. Significa proporcionar condições de segurança aos brasileiros no exterior, **assegurando o respeito aos direitos individuais ou coletivos, privados ou públicos**; e o **cumprimento de acordos internacionais**, de modo a **zelar também pelo patrimônio, pelos ativos econômicos e recursos nacionais existentes fora do Brasil**, de acordo com o ordenamento jurídico internacional. (BRASIL, 2020, p. 25) (grifo nosso)

Para esse último OND, aspectos como: **cumprimento de acordos internacionais, assegurando o respeito aos direitos individuais ou coletivos, privados ou públicos de cidadãos brasileiros no exterior**, assim como **bens e outros interesses nacionais** (grifo nosso), também sugerem um ambiente propício à diplomacia brasileira e, em especial, à diplomacia naval, devido à característica diplomática intrínseca do meio naval, dotado das quatro capacidades: *mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade*, já analisados no Capítulo 1. Um acordo diplomático, por exemplo, pode resultar na evacuação de nacionais e seus bens por navio, a fim de garantir a segurança de brasileiros no exterior.

5.6 Ações diplomáticas da Marinha do Brasil na ZOPACAS de 2003 a 2018

Conforme a Doutrina Militar Naval (DMN-2017), o Poder Naval deve apoiar à política externa por meio da diplomacia naval (BRASIL, 2017), que pode ser exercida por meio de atividades genuinamente diplomáticas ou que tangenciem aspectos diplomáticos, realizando ou participando de: (I) Operações Conjuntas Internacionais ou Missões de Paz; (II) ação de presença da Força Naval (visitas a portos e demonstrações), mostrando bandeira com os meios navais, verdadeiros *embaixadores* do Brasil em portos estrangeiros; (III) exercícios, jogos de guerra e encontros bilaterais e multilaterais, aprimorando a interoperabilidade com Marinhas Amigas (MA); (IV) reuniões de Estados-Maiores, Comitês e Conferências Navais, nos níveis estratégico, operacional e tático, como é o caso das Reuniões Ministeriais da ZOPACAS; (V) aquisições e vendas de equipamentos e meios navais (diplomacia econômica); (VI) assistência técnico-militar com FA estrangeiras (cursos, estágios, conclaves, simpósios, seminários, fóruns acadêmicos, intercâmbios, inspeções técnico/administrativas etc); (VII) Acordos de Cooperação Naval (Técnica e Profissional); (VIII) Diplomacia Preventiva, com atividades que previnam disputas entre as partes, dentre outros.

Cabe ressaltar que diversas são as ações estratégicas adotadas pela MB no âmbito do Golfo da Guiné, tais como: (1) enviar Equipes de Instrução de Grupo de Visita e Inspeção, Grupo de Presa e de Operações Especiais (GVI/GP), para países que estejam recebendo navio; (2) oferecer às Marinhas a instalação de uma Missão Naval Brasileira, incluindo Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN); (3) oferecer intercâmbios e embarques em navios; (4) ceder vagas previstas nos Cursos e Estágios do Sistema de Ensino Naval (SEN); (5) disponibilizar a instalação do Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM); (6) conceder a presença de técnicos nos centros de tráfegos marítimos locais; (7) propor adesão ao Centro de Dados LRIT⁵³; (8) sugerir a realização de levantamentos hidroceanográficos; (9) apoiar a sinalização náutica, dentre outros (BRASIL b, 2019).

⁵³ Long-Range Identification and Tracking (LRIT) - Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância – exige o envio de informações sobre o posicionamento de navios para os Centros de Dados do Sistema LRIT. O Centro de Dados Nacional LRIT (CDNLRIT) encontra-se no Comando de Operações Marítimas e de Proteção da Amazônia Azul (COMPAAz), antigo Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR), funcionando independente do Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM). Acompanha os navios mercantes brasileiros, sujeitos à regulamentação da *Safety of Life at Sea* (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar – SOLAS) e permite o intercâmbio de informações do controle do tráfego marítimo dos países signatários da Convenção SOLAS para uso em seu sistema SAR. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/salvamarbrasil/Sistema/Lrit>. Portal Salvamar Brasil. Acesso em 07 jul. 2023.

A MB já possuía tradição em diplomacia de defesa, pois a exercia antes do período selecionado para este estudo (2003 a 2018), como no caso de sua participação na Missão de Paz em Angola ou mesmo pela visita oficial da Fragata Independência a Cape Town, primeiro navio de guerra brasileiro a atracar na África do Sul, após o término do Apartheid, gesto de diplomacia naval carregado de forte simbolismo (PINTO, 2015; FERREIRA, 2019).

Nas próximas seções serão analisadas as principais atividades diplomáticas, em tempo de paz, desenvolvidas pela MB na ZOPACAS, de 2003 a 2018, à luz dos conceitos e definições já apresentados. Para tal, será dado destaque às ações de Cooperação Naval (técnica e profissional) em prol da Segurança Marítima no Golfo da Guiné, abordando, adicionalmente, outros exemplos de ações no âmbito da diplomacia naval, como visitas institucionais a portos e exercícios navais combinados multilaterais.

5.6.1 Presença naval na ZOPACAS: as visitas navais

As visitas de meios navais a portos estrangeiros configuram-se como ações de presença, a fim de **mostrar bandeira**⁵⁴ (grifo nosso), característica básica da diplomacia naval. Busca-se um efeito desejado no campo político e estratégico, alcançando os objetivos da política externa e os interesses do Estado. Tais visitas também ocorrem por interesses da MB em manter tradições históricas ou adestramentos combinados, exigindo, portanto, a combinação dos interesses da política externa com os da defesa. Ferreira (2019) apresenta o número de visitas realizadas pelos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais aos portos estrangeiros, com base em sua análise dos Memorandos expedidos pelo Comandante da Marinha, com a aprovação do Programa de Viagens ao Exterior de Navios e Forças, no período de 2006 a 2018, onde pode-se extrair uma evolução gráfica, tanto no Entorno Estratégico, com fora dele, em portos na América do Norte e Europa (GRÁF. 1).

Como conclusão, percebe-se que a política externa brasileira procurou manter presença no Entorno Estratégico, aí incluída a costa ocidental da África, estabelecendo, portanto, uma curva crescente de visitas durante o 2º mandato do Governo Lula (2007-2010), atingindo seu ápice em 2010, com quase 50 visitas. Em 2011, a situação mudou, pois com a participação da MB na *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL), cresceu de

⁵⁴ Emprego do Poder Naval em atividade de diplomacia por meio de visita a portos estrangeiros, exercícios com outras marinhas e operações em áreas de interesse, de forma a demonstrar interesse, reafirmar laços de amizades e alianças ou para dissuadir. (BRASIL, 2017)

importância a necessidade de atracação em portos europeus, durante a travessia para a área de operações no Mar Mediterrâneo, com o intuito de reabastecimento e manutenção. O nível de recursos repassados ao MD para atender ao novo compromisso internacional da UNIFIL também impulsionou o aumento de visitas a portos europeus e fora do Entorno Estratégico, reduzindo o foco na costa ocidental africana (FERREIRA, 2019). O autor destaca, também, a participação de navios da MB, como observadores, nos eventos da Comissão Hidrográfica das Ilhas e África Austral (Southern Africa & Islands Hydrographic Commission – SAIHC)⁵⁵, em 2009, no 2º mandato do Presidente Lula, e, em 2013, no 1º da Presidente Dilma, como exemplos de diplomacia naval pela presença.

Destacam-se, também, como ação de *mostrar bandeira*, as visitas do Navio Escola Brasil e do Navio Veleiro Cisne Branco. Importantes vetores de apoio à política externa brasileira que, quando em passagem a portos estrangeiros, proporcionam o estreitamento e fortalecimento de laços de amizade entre os países e a cultura de seus povos, aprofundamento de laços diplomáticos e novas oportunidades de relações político-estratégicas e econômicas junto aos países visitados.

5.6.2 Exercícios navais combinados e multilaterais na ZOPACAS

Ferreira (2019) apresenta nova compilação de dados, referentes ao período de 2006 a 2018, em que se pode depreender que o Entorno Estratégico foi palco de uma maior quantidade de exercícios navais combinados. Tais exercícios contribuem para incrementar a interoperabilidade entre as Marinhas e reforça os laços de amizade com os países da costa ocidental africana, contribuindo para a segurança marítima da região, o fortalecimento da ZOPACAS e o protagonismo do Brasil em seu Entorno Estratégico, o que se encontra perfeitamente alinhado à PND e à END, já analisadas em seções anteriores. Observa-se a prioridade dada aos países do Entorno Estratégico, quando comparado à quantidade de exercícios realizados em outras áreas de interesse (GRÁF. 2).

Portanto, conclui-se que foi dada ênfase ao Atlântico Sul por meio de exercícios combinados com países da ZOPACAS, favorecendo um ambiente de estreitamento de laços,

⁵⁵ Comissão criada em 1996 – iniciativa regional para a melhoria da hidrografia na região. Conta com a participação da Angola, França, Quênia, Maurícias, Moçambique, Noruega, República da África do Sul, Ilhas Seychelles, Reino Unido, além de membros associados: Comores, Índia, Madagascar, Malawi, Namíbia, Portugal, Tanzânia. Disponível em <https://iho.int/en/southern-african-and-islands-hc>. Portal International Hydrographic Organization (IHO). Atualizado em 04 mai. 2023. Acesso em 14 de julho de 2023.

troca de experiências e aperfeiçoamento operacional conjunto. Tais exercícios forneceram um campo propício para o desenvolvimento da diplomacia naval. No que se refere ao Golfo da Guiné, as principais atuações da MB ocorreram a partir de 2014 até 2021, período que se destaca pela intensificação da presença naval brasileira em exercícios navais combinados, evidenciando-se três muito importantes e responsáveis pela aproximação do Brasil com países do Golfo da Guiné: (1) Exercício *Obangame Express* (QUADRO 3), organizado pelos EUA; (2) Exercício *Grand African Nemo*, pela França; e (3) Operação GUINEX, pelo Brasil.

Segundo Dias (2022), os exercícios no Golfo da Guiné têm como objetivos: (1) capacitar suas marinhas na repressão contra pirataria, tráfico de drogas e armas, sequestro, pesca ilegal e outros ilícitos; (2) melhorar a aplicação da legislação marítima internacional na região; e (3) aprimorar o sistema de segurança marítima dos Centros Regionais dos países signatários do Código de Conduta Yaoundé⁵⁶. Em paralelo, ações diplomáticas são realizadas por meio de visitas a portos, adestramentos à Guarda Costeira, atividades SAR e apoio médico. Em determinados anos houve a participação de até 32 países, sendo, além dos integrantes do Golfo da Guiné, alguns externos, como: EUA, França, Itália, Bélgica, Portugal, Espanha, Alemanha, Turquia, Reino Unido e Dinamarca, além de organizações regionais (ECCAS e ECOWAS)⁵⁷. Somam-se, ainda, a ATLASUR, desde 1995, exercício entre Brasil, África do Sul, Argentina e Uruguai, e o Exercício IBSAMAR, a cada dois anos, desde 2008, entre a Brasil, Índia e da África do Sul, com participação de meios navais brasileiros (QUADRO 4) e que contribuem para a interoperabilidade, presença e segurança no Atlântico Sul.

⁵⁶ Plano para prevenir e reprimir atos de pirataria e roubo armado contra navegações, criado durante a Cúpula de Yaoundé, Camarões (2013), pelas Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS) e Comissão do Golfo da Guiné (GGC). A Arquitetura Yaoundé compreende o Centro de Coordenação Inter-regional (ICC), estrutura que liga o Centro Regional de Segurança Marítima para a África Central (CRESMAC) e o Centro Regional de Segurança Marítima para a África Ocidental (CRESMAO). A zona costeira é dividida em cinco áreas onde as atividades são coordenadas por cinco Centros de Coordenação Marítima Multinacionais (MMCC). A nível nacional, os Centros Operacionais Marítimos (COM) em cada país reúnem suas marinhas e os atores envolvidos: polícia marítima, alfândegas, pescas e proteção ambiental. Disponível em https://icc-gog.org/?page_id=1704&lang=pt. Acesso em 24 de julho de 2023.

⁵⁷ ECCAS - Comunidade Econômica dos Estados da África Central – visa a desenvolver capacidades para manter a paz, a segurança e a estabilidade [...] para o desenvolvimento econômico e social; integração física, econômica e monetária; uma cultura de integração humana e estabelecer um mecanismo de financiamento autônomo. Disponível em <https://ecfr.eu/special/african-cooperation/eccas/>. ECOWAS (CEDEAO) - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental - promover cooperação e integração para: estabelecer união econômica na África Ocidental, elevar o padrão de vida de seus povos, aumentar a estabilidade econômica e relações dos Estados Membros, e contribuir para desenvolvimento do continente africano. Disponível em <https://ecowas.int/about-ecowas/>. Acesso em 24 de julho de 2023.

5.6.3 Cooperação naval entre Brasil e África na ZOPACAS

Como já abordado anteriormente, a política externa do Governo do Presidente Lula (2003-2006, e 2007-2010) adotou como prioridade a África. Logo, foram muitos os investimentos realizados, gerando reflexos para a diplomacia naval com inúmeros acordos e visitas. Como já analisado, as relações Sul-Sul reduziram o ritmo no segundo mandato do Governo Dilma Rousseff (2015 a 2016), porém a diplomacia naval ainda se fez presente, reforçando os vínculos de confiança. Como *vertente da diplomacia naval brasileira na África*, destaca-se a *cooperação naval*. Quando estabelecida uma cooperação naval, por meio de acordos bilaterais ou plurilaterais, cria-se um campo propício para a diplomacia entre os Estados. Nesse caso, a cooperação naval estabelecida junto aos países da costa ocidental da África, constituiu-se em um campo fértil para a diplomacia naval, especialmente nos acordos firmados na área de Defesa e Segurança. Logo, analisando algumas ações de cooperação naval do Brasil junto a alguns países da África litorânea e pertencentes à ZOPACAS, constata-se a presença da diplomacia naval em favor da segurança e defesa da bacia sul-atlântica, o que contribui para um ambiente seguro e estável na ZOPACAS.

Velloso (2014) destaca, por exemplo, a cooperação naval do Brasil junto à Angola e Namíbia. A relevância da cooperação com Angola, integrante do Golfo da Guiné, justifica-se também pela sua importância geoeconômica, pois ocupava a 2ª colocação entre os maiores produtores de petróleo da África, revezando tal posição com a Nigéria, maior produtora à época (1ª posição em 2021), estando Angola à frente em 2022⁵⁸. Além disso, Angola é um país lusófono, membro da CPLP⁵⁹, possuindo fortes relações com o Brasil desde sua independência, já que o Brasil foi o primeiro país a reconhecê-la. Em 2010, ambos assinaram a Declaração de Parceria Estratégica, que previa o alinhamento político, a integração

⁵⁸ Disponíveis em <https://exame.com/economia/os-20-paises-que-lideram-a-producao-de-petroleo-no-mundo/>; <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/moiores-produtores-mundiais-de-petroleo-em-2020/>; e <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/angola-e-o-maior-produtor-de-petroleo-em-africa/>. Acesso em 04 de julho de 2023.

⁵⁹ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – países com laços históricos e afinidades culturais com o Brasil - foro multilateral para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Criada em 17/07/1996, com personalidade jurídica e dotada de autonomia financeira. Objetivos gerais: a concertação político-diplomática entre seus estados membros, para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa. Disponível em <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>. Portal CPLP/ Objetivos. Acesso em 04 de julho de 2023.

econômica por meio de uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a cooperação técnica, essa envolvendo a MB. Quanto à Namíbia, também merece destaque quando se trata de cooperação brasileira com as marinhas africanas, pois muito antes, em 1994, foi criado o Acordo de Cooperação Naval junto àquele país e cursos foram realizados no Brasil para atender a formação de seus militares (Oficiais e Praças), sendo que, em 2001 e 2009, o Brasil renovou o Acordo. Dois fatores em comuns destacam-se na cooperação naval brasileira com Angola e Namíbia: (1) o levantamento da PC pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON); e (2) o exercício multinacional “Atlantic Tidings 2015”, no treinamento contra as “novas ameaças”, especialmente contra crimes transnacionais, no caso, contra a pirataria (VELLOSO, 2014).

Lima *et al* (2015) apresenta, em uma linha de tempo, os acordos bilaterais de defesa, de 1994 a 2015, firmados com países africanos membros da ZOPACAS, observando-se um ápice de cooperação a partir de 2010, final do 2º mandato do Presidente Lula, sendo assinados acordos de cooperação com a Guiné-Bissau, Namíbia, Nigéria, Senegal, Angola e Guiné Equatorial (QUADRO 1). Nesses e em outros casos de cooperação naval Brasil-África, a diplomacia naval permeou acordos, resoluções, negociações e ações militares. É a diplomacia naval em sua vertente cooperativa ou colaborativa junto às marinhas africanas, contribuindo para as relações externas entre esses Estados, para securitização do Atlântico Sul, e, conseqüentemente, para a segurança na ZOPACAS e Entorno Estratégico brasileiro. A diplomacia naval, por meio da cooperação naval, fortalece as ações no campo da Defesa e Segurança no Atlântico Sul e a posição do Brasil como líder regional na bacia sul-atlântica.

5.6.4 Cooperação naval e segurança marítima no Golfo da Guiné

A cooperação naval entre o Brasil e os demais Estados-membros da ZOPACAS, na área da segurança marítima, destaca-se como excelente campo de atuação da diplomacia naval. A cooperação naval nas áreas de Salvamento e Resgate (SAR) no mar, Patrulha e Inspeções Navais (PATNAV e INSPNAV), Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo⁶⁰ e Operações de Paz (OpPaz), por exemplo, para serem operacionalizadas, necessitam de intensa rodada de negociação, acordos multilaterais, sistemas de compensação mútua, e o

⁶⁰ Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2013/10/02/representantes-da-zopacas-debaterao-trafego-busca-e-salvamento-maritimos/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

atendimento de interesses comuns. Pode-se considerar, portanto, que a cooperação multilateral em Defesa e Segurança entre os Estados-membros da ZOPACAS confunde-se com as ações de diplomacia naval (VAZ, MIGON, 2013). Tais cooperações envolvem, inclusive, a formação técnica e profissional de recursos humanos dos países africanos membros da ZOPACAS, capacitando-os nas tarefas de monitoramento do tráfego marítimo, patrulhamento naval e abordagem de embarcações suspeitas. Os países africanos têm se mostrado interessados, devido à capacidade que navios, escolas e demais organizações militares brasileiras podem proporcionar a seus oficiais e subalternos⁶¹.

Como exemplos de cooperação naval na ZOPACAS, destacam-se: (I) a cooperação Brasil-Namíbia, desde 1994, com o GAT-FN, em Walvis Bay, sede do Comando da Marinha da Namíbia, e, posteriormente, em 2009, com a criação da Missão Naval, onde militares da MB auxiliaram na formação de integrantes do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia e prestaram assessoria técnica na estruturação administrativa e operacional daquela Marinha (BOTTENTOUIT, 2018); (II) a cooperação Brasil-Cabo Verde, também iniciada em 1994, com a assinatura do Acordo Bilateral de Cooperação Técnico-Militar, e aprofundada em 2013, com o Núcleo da Missão Naval do Brasil naquele país, para estruturar e capacitar a Guarda Costeira na repressão à pirataria, pesca ilegal e tráfico de drogas e pessoas no Atlântico Sul, além de formação de oficiais e praças em Forças Armadas brasileiras⁶²; (III) a cooperação Brasil-São Tomé e Príncipe, iniciada em 2010, e que deu origem ao Núcleo da Missão Naval e do GAT-FN, em 2014, para auxiliar na formação da Guarda Costeira daquele país, provendo, também, a capacitação de oficiais no Curso de Comunicações no CIAW, além de doações de uma lancha, fardamento, armamento e munição⁶³; (IV) a cooperação Brasil-Nigéria em Defesa, intensificada a partir de 2010⁶⁴, além de interesses de Angola, Camarões, Gabão, Benin e Mauritânia, dentre outros.

A cooperação naval em prol da segurança marítima com os países sul-atlânticos africanos também pode ser observada pelas passagens dos *navios-patrolha oceânicos Amazonas, Apa e Araguari* por países como Senegal, Gana, Angola e Namíbia, em seus

⁶¹ Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2015/02/24/pirataria-no-golfo-da-guine-mantem-marinhas-africanas-atreladas-ao-apoio-do-brasil/>. Acesso em 27 de julho de 2023.

⁶² Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/21-11-2013-defesa-brasil-inaugura-missao-naval-e-aprofunda-cooperacao-com-cabo-verde>. Acesso em 27 jul. 2023.

⁶³ Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/defesa-doa-lancha-de-patrolha-para-guarda-costeira-de-sao-tome-e-principe>. Acesso em 27 de julho de 2023.

⁶⁴ Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-federal-da-nigeria>. Acesso em 27 de julho de 2023.

trajetos em direção ao Brasil. Trata-se de embarcações adquiridas pela MB junto à empresa britânica BAE Systems. Durante as passagens, foram realizados exercícios militares em conjunto com as marinhas locais, em ações direcionadas ao combate a atividades ilícitas⁶⁵.

Outro exemplo clássico de *atuação da diplomacia naval por meio da cooperação naval em segurança marítima* são as participações de meios da MB em exercícios navais no Golfo da Guiné, na repressão a crimes transnacionais marítimos, destacando-se o combate à pirataria⁶⁶, com o apresamento de embarcações suspeitas, cooperação na fiscalização e monitoramento de áreas de risco. Devido à conformação geográfica do Golfo da Guiné e a proximidade entre seus Estados, a pirataria ultrapassa as jurisdições marítimas entre os Estados. Logo, existe uma grande necessidade de coordenação e cooperação mútua durante as ações de repressão, contando, inclusive, com a participação de organismos regionais e internacionais, e países não integrantes daquele Golfo, mas interessados na segurança marítima dessa região. Destacam-se a participação da União Africana, das Nações Unidas, da União Europeia, dos EUA, do Reino Unido, da IMO, dentre outros (OSINOWO, 2015).

Nesse ambiente, onde se exige coordenação, integração e cooperação entre as marinhas, não se destacam somente as operações navais de policiamento dos mares, mas também a diplomacia naval, durante a celebração de acordos, no respeito às regras de comportamento operativo, em cumprimento às legislações internacionais e regionais, na ação de presença dos meios navais brasileiros e no relacionamento com diferentes culturas.

Lessa (2019) destaca que a pirataria, em alta no Sudeste Asiático e Somália (costa oriental da África/Chifre da África), passou a ocorrer na costa ocidental da África, destacando-se os casos na Nigéria, país com as maiores reservas petrolíferas da África Subsaariana e um dos principais exportadores de petróleo ao Brasil⁶⁷.

⁶⁵ Disponível em <https://www.defesanet.com.br/naval/noticia/10977/apos-jornada-na-africa-navio-patrolha-da-marinha-chega-ao-rio/>. Acesso em 04 de julho de 2023.

⁶⁶ O Artigo 101 da CNUDM (1982) define pirataria marítima como: a) o ato ilícito de violência ou de detenção ou todo ato de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra: i) um navio ou uma aeronave em alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos; ii) um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado; b) todo ato de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de fatos que dêem a esse navio ou a essa aeronave o caráter de navio ou aeronave pirata; c) toda a ação que tenha por fim incitar ou ajudar intencionalmente a cometer um dos atos enunciados nas alíneas a) ou b). Portal Câmara dos Deputados/Legislação. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 de julho de 2023.

⁶⁷ Também disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2015/02/24/pirataria-no-golfo-da-guine-mantem-marinhas-africanas-atreladas-ao-apoio-do-brasil/>. Acesso em 04 de julho de 2023.

Conforme estudos elaborados por Lessa (2019) e com base em relatórios do *International Chamber of Commerce* (ICC), emitidos pelo *International Maritime Bureau* (IMB)⁶⁸, entre 1995 e 2017 pode-se observar fortes variações na quantidade de ataques piratas no Golfo da Guiné, destacando-se os picos de 2003, 2008 e 2012 (GRÁF. 3). Em todo o mundo, de 2013 para 2014, os ataques caíram de 264 para 245 ocorrências, com 41 ataques somente no Golfo da Guiné (sem considerar as ocorrências não notificadas)⁶⁹.

Lessa (2019) ressalta, no entanto, a dificuldade metodológica do ICC-IMB em consolidar os casos, pois os alvos são em geral petroleiros, barcos de apoio logístico às unidades de extração e plataformas “*off-shore*” de petróleo localizadas nas águas territoriais da Nigéria, que, inclusive, segundo Osinowo (2015), a partir de 2010, já possuía a maior economia no Golfo da Guiné e abrigava a maioria dos piratas atuando na região. Em 2012 os prejuízos já eram da ordem de US\$ 7 a 12 bilhões à economia global, segundo o relatório da *One Earth Future (OEF) Foundation*⁷⁰. Logo, grandes preocupações emergiam no campo da segurança no Atlântico Sul.

A partir de 2014, como visto acima, percebe-se uma redução contínua do número de ataques, porém a quantidade de reféns, com casos mais violentos, havia aumentado, indicando mudanças nos “*modus operandi*” dos piratas, segundo os relatórios do ICC-IMB⁷¹. A queda no número de ocorrências pode ser atribuída aos esforços de coordenação e cooperação internacional, envolvendo a mobilização conjunta de forças navais de diferentes países membros da ZOPACAS. Medidas de fiscalização, patrulhamento e vigilância marítima foram tomadas em prol da segurança nas rotas marítimas que cruzam o Golfo da Guiné. Como exemplo, em 2014, os governos das nações da África Ocidental, Central e do Conselho

⁶⁸ O International Maritime Bureau (IMB) - divisão especializada da Câmara de Comércio Internacional (ICC) e organização sem fins lucrativos, criada em 1981 para atuar como um ponto focal na luta contra todos os crimes e más práticas marítimas. Objetivo: atuar no combate aos crimes relacionados ao comércio e transporte marítimo, principalmente pirataria e fraude comercial, e na proteção das tripulações dos navios oceânicos.

⁶⁹ Dados obtidos: Relatórios Anuais ICC IMB - PIRACY AND ARMED ROBBERY AGAINST SHIPS. <https://www.icc-ccs.org/reports/2022%20Annual%20IMB%20Piracy%20and%20Armed%20Robbery%20Report.pdf>. (definir o ano); e também em <https://www.naval.com.br/blog/2015/02/24/pirataria-no-golfo-da-guine-mantem-marinhas-africanas-atreladas-ao-apoio-do-brasil/>. Acessos em 04 de julho de 2023.

⁷⁰ No final de 2010, cerca de 500 marítimos de mais de 18 países foram mantidos como reféns por piratas, afetando a maior indústria de transporte comercial do mundo. A One Earth Future (OEF) Foundation conduziu um estudo para quantificar o custo da pirataria como parte de seu projeto *Oceans Beyond Piracy* (2010), e emitiu o relatório “*The Economic Cost of Maritime Piracy*”, apresentando que a pirataria marítima custou à economia internacional entre US\$ 7 e US\$ 12 bilhões em 2012. Portal One Earth Future. Disponível em <https://oneearthfuture.org/publication/economic-cost-maritime-piracy-2010>. Acesso em 29 de julho de 2023.

⁷¹ Disponível em <https://maritimecyprus.com/2023/01/15/icc-imb-annual-report-2022-world-wide-incidents-of-piracy-and-armed-robbery-against-ships/>. Portal www.MaritimeCyprus.com. Acesso em 04 jul. 2023.

do Golfo da Guiné ativaram o Centro de Coordenação Inter-Regional da Segurança Marítima no Golfo da Guiné, e, em 2015, a Nigéria comissionou quatro navios de guerra para a sua Marinha, designando-os para o patrulhamento do litoral nigeriano⁷².

Vaz e Mignon (2013) ressaltam que, em 2015, o Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, destacou que não tinha a intenção de empregar a MB no combate direto às ações criminosas na costa africana. O Ministro reforçou que o Brasil poderia contribuir na capacitação das forças navais daqueles países, por meio de acordos de cooperação multilateral, os quais possibilitariam a realização de operações navais conjuntas, envolvendo pessoal e meios navais de diferentes países. Seria uma iniciativa que possibilitaria o aumento da capacidade de vigilância marítima, proporcionaria a aproximação dos países membros da ZOPACAS com o Brasil e abriria caminho para maiores investimentos em equipamentos de Defesa, como por exemplo, para a aquisição de meios navais de defesa.

Consequentemente, pode-se depreender que os acordos diplomáticos de cooperação multilateral podem propiciar o incremento da indústria brasileira de defesa, pois a partir do estreitamento de laços e das iniciativas de cooperação em vigilância marítima, surgem novas possibilidades de desenvolvimento no campo da Defesa e Segurança. Como exemplo, pode-se destacar as tratativas para a venda de uma corveta brasileira da classe Barroso para a Guiné-Equatorial, em 2010, e a sondagem do Ministro da Defesa da Libéria sobre a aquisição de equipamentos militares brasileiros (VAZ, MIGON, 2013).

Voltando aos casos de pirataria, o último relatório anual do ICC-IMB registrou 115 incidentes contra navios em 2022, tendo ocorrido 132 casos em 2021, com metade deles ocorrendo em águas do Sudeste Asiático, no Estreito de Cingapura, onde os incidentes continuam a subir. No Golfo da Guiné, os casos caíram de 35 (2021), para 19 (2022)⁷³. Segundo Guastini (2020), ainda que as ocorrências de pirataria tenham reduzido, continuam afetando a estabilidade política de muitos países do Golfo da Guiné, devido à capacidade limitada de agir contra esses ilícitos transnacionais. A constante atividade de pirataria na região gera impactos negativos às LCM, prejudicando o comércio exterior, pois passa-se a observar, por exemplo, o aumento nos valores dos seguros pagos pelas companhias

⁷² Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2015/02/24/pirataria-no-golfo-da-guine-mantem-marinhas-africanas-atreladas-ao-apoio-do-brasil/>. Acesso em 04 de julho de 2023.

⁷³ Disponível em <https://maritimecyprus.com/2023/01/15/icc-imb-annual-report-2022-world-wide-incidents-of-piracy-and-armed-robbery-against-ships/>. Acesso em 04 de julho de 2023.

marítimas. Tal aspecto leva a uma crescente atuação de potências extrarregionais, com destaque para os EUA, a China, a União Europeia (UE) e a Rússia.

A presença de potências militares no Entorno Estratégico pode impactar os interesses políticos, estratégicos e econômicos do Brasil. Pode-se citar, como exemplo, o caso da Dinamarca, 5ª maior potência de marinha mercante do mundo, ao enviar, no final de 2021, uma fragata com 175 militares para combater a pirataria no Golfo da Guiné contra seus navios mercantes. Conforme anunciado pela ministra da Defesa, a Dinamarca estaria dando o primeiro passo e acreditava que outras nações a seguissem⁷⁴. Foi enviada a fragata *HDMS Esbern Snare* (F342) da classe “*Absalon*” e, após uma ação contra piratas, quatro foram mortos, quatro presos a bordo e a embarcação pirata afundou, fato considerado um marco na evolução da pirataria no Golfo da Guiné, pois foi a primeira vez que suspeitos de pirataria foram mortos por um navio de Marinha internacional operando na região⁷⁵. Outro exemplo impactante é a iniciativa de Portugal em criar o *Centro para Defesa do Atlântico* (CeDA)⁷⁶ ou “*Atlantic Centre*” (Centro de Excelência da OTAN), com 16 países da Europa, África e Américas e, segundo o Ministro da Defesa de Portugal, João Gomes Cravinho, representa:

[...] uma nova frente de apoio à paz e à estabilidade no oceano Atlântico [...] uma instituição pioneira, que, pela primeira vez na história, reúne os países atlânticos em torno daquilo que os une: o oceano Atlântico [...] Aquilo que estamos a propor aqui é, na realidade, uma nova perspectiva, uma nova frente de apoio à paz e à estabilidade no oceano Atlântico, que é tão importante para nós e para tantos outros países [...]. O centro vai permitir um diálogo político que nunca aconteceu [...]. (CRAVINHO, 2021)⁷⁷

A diplomacia naval se faz presente participando com representantes e conferencistas em cursos e seminários, como no primeiro curso cujo tema foi *A Segurança Marítima para o Golfo da Guiné*, com a participação de autoridades civis e militares de 13 nacionalidades.

⁷⁴ Disponível em <https://observador.pt/2021/03/17/dinamarca-envia-fragata-e-175-marinheiros-para-combater-pirataria-no-golfo-da-guine/>. Acesso em 13 de julho de 2023.

⁷⁵ Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2021/11/27/forcas-navais-dinamarquesas-matam-4-piratas-no-golfo-da-guine/>. Acesso em 13 de julho de 2023.

⁷⁶ O CeDA possui o objetivo de promover o reforço das capacidades de defesa do Atlântico enquanto Centro Multilateral de Excelência. Acolhido por Portugal, visa fomentar a participação de vários especialistas militares e civis nacionais, dos países da bacia atlântica e parceiros. Disponível em <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac>. Acesso em 30 de julho de 2023.

⁷⁷ O Centro do Atlântico (*Atlantic Centre*) foi criado por meio de uma declaração conjunta assinada por 16 países: Alemanha, Angola, Brasil, Cabo Verde, Espanha, Estados Unidos da América, França, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Marrocos, Portugal, Reino Unido, São Tomé e Príncipe, Senegal e Uruguai. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=centro-do-atlantico-constituído-por-16-paises>. Portal República Portuguesa/XXI Governo(www.portugal.gov.pt). Publicado: 14 mai. 2021. Acesso em 13 de julho de 2023.

Guastini (2020) também reforça a crescente presença de potências militares extrahemisféricas na África, inclusive em obras de infraestrutura e vendas de armamentos (FIG. 28). Essa maior aproximação de atores externos, presença militar e investimentos na região, torna-se desafiador ao Brasil. Nesse sentido, a diplomacia naval brasileira pode contribuir para o incremento da presença do Brasil na bacia sul-atlântica, ampliando a capacidade do país em projetar-se na região por meio de um “*softpower*” perante esses atores externos.

5.7 Conclusão parcial

Após a análise das principais atividades que envolvem a diplomacia naval exercida pela MB no âmbito da ZOPACAS, desde sua criação (1986), mas com enfoque no período de 2003 a 2018, observa-se que a cooperação naval foi um dos pilares para se atingir o propósito da identidade regional entre as nações sul-americanas e africanas do Atlântico Sul. Entretanto, percebe-se que a iniciativa ZOPACAS evoluiu pouco, com algumas tentativas de revitalização após longos períodos de estagnação. Independente das fases de inatividade, a diplomacia naval sempre esteve presente por meio de acordos bilaterais com os países da costa ocidental da África, no período de 1986 a 2002. Foi importante analisar o período que antecede o recorte temporal do estudo (2003 a 2018), pois se comportou como uma preparação e, de 2003 a 2018 os acordos de cooperação foram fortemente intensificados, devido à política externa que estabeleceu prioridade para a África. Foram diversos acordos de cooperação militar na área de defesa com diversos países africanos integrantes da ZOPACAS, e alguns da CPLP. Os exercícios navais multilaterais combinados reforçaram o apoio mútuo e o ambiente cooperativo e de integração, como *Atlantic Tidings* e IBSAMAR, e outros mais recentes, como o *Obangame Express*, *Grand African Nemo* e GUINEX.

Em 2007, o propósito de segurança no Atlântico Sul ressurgiu com o foco nas *novas ameaças*. Após um período de inatividade (1999 a 2006), os discursos da ZOPACAS passaram a abordar a importância da cooperação regional em diversas áreas: militar, técnica-científica, cultural, econômica, desenvolvimento social, ambiental, segurança, etc. Tentou-se revitalizar a ZOPACAS, com foco em prevenção de crimes transnacionais, ampliação de OpPaz e intensificação da cooperação regional, justamente em um período em que a diplomacia naval tornava-se mais intensa. Porém, apesar desses discursos de renovação, o que se viu foi

outro período de inatividade da ZOPACAS (2008 a 2012), em que ocorreram apenas pequenos debates sobre gestão cooperativa dos recursos do mar, combate aos crimes transnacionais, mapeamento dos Fundos Marinhos, e cooperação ambiental, marítima e portuária. Em meio aos debates, foram 05 anos de estagnação, quando, em 2013, ocorreu a 7ª Reunião, no Uruguai, sendo pautados: mapeamento dos fundos marinhos, cooperação ambiental, combate a ilícitos transnacionais, transportes, capacitação em SAR, OpPaz, entre outros. Portanto, ao longo de 15 anos (2003 a 2018) observou-se apenas duas Reuniões de Cúpula (2007 e 2013), que estão compreendidas no recorte temporal do estudo (2003 a 2018).

De 2006 a 2014, a cooperação em defesa ocorreu com maior intensidade, com o ápice de acordos em 2013, no primeiro mandato do Governo Dilma Roussef, com 45 países africanos envolvidos em projetos de cooperação técnica com o Brasil. No que tange às visitas de meios navais a portos estrangeiros, ocorreu um aumento no 2º mandato do Governo Lula (2007-2010), atingindo seu ápice em 2010, com quase 50 visitas. As embaixadas chegaram a 37 em 2015, mais que o dobro em 2003. Como já explicado, houve aumento de prioridade política conferida a África pelos Governos Lula (2003-2006; 2007-2010) e Dilma (2011-2014; 2015-2016)⁷⁸. Porém, o final do período (2015-2018)⁷⁹ foi marcado pelo início de uma terceira fase de inatividade da ZOPACAS (2014 a 2022), sendo realizada a 8ª Reunião em Mindelo, Cabo Verde, somente neste ano (2023), ressaltando que as tentativas de retomada da ZOPACAS (2007 e 2013) já tinham sido incipientes para fortalecer o projeto como instituição permanente. A cooperação naval estabelecida entre as Marinhas parece ter obtido melhores resultados no campo do fortalecimento de uma identidade regional comum, entretanto ainda não suficiente para consolidá-la como organismo permanente de segurança no Atlântico Sul. Percebe-se que os motivos para o não fortalecimento não possuem origem nas operações navais combinadas e na cooperação naval. As análises mostram que a diplomacia naval parecer ter feito sua parte e ter contribuído para um projeto de arranjo regional comum no Atlântico Sul. Conclui-se que a diplomacia naval contribuiu, no mínimo, para evitar o esvaziamento total das pautas sugeridas pela ZOPACAS, mantendo-a, pelo menos, viva e latente nas políticas externas de seus Estados-membros.

⁷⁸ O 2º mandato do Governo Dilma (2015 a 2018) foi marcado pelo afastamento da política externa em relação à África, devido ao cenário de crise econômica, levando à redução dos acordos de cooperação e investimentos.

⁷⁹ A América do Sul passou a ser o foco da integração. Além disso, em 2016, ocorreu o impeachment de Dilma Roussef, podendo ser considerado, na prática, o marco final deste estudo.

6 CONCLUSÃO

O estudo mostrou a atuação da diplomacia naval na ZOPACAS, por meio da cooperação naval, junto a alguns de seus Estados-membros. A análise abordou o período de 2003 a 2018, porém não excluiu o anterior (1986 a 2002), pois as ações da diplomacia naval naquela época influenciaram a conduta posterior da MB. Por meio de um encadeamento lógico, partiu-se da percepção ampla dos oceanos, seguiu-se para o estudo do Atlântico Sul e o Entorno Estratégico, identificou-se as ameaças nesses ambientes, e chegou-se à análise específica sobre segurança marítima no Atlântico Sul. A resultante desse encadeamento apontou para a *cooperação regional* no Atlântico Sul, entre os Estados-membros da ZOPACAS, como o fator a ser analisado. Logo, a diplomacia naval no âmbito da ZOPACAS foi analisada a partir da sua relação com as ações de cooperação naval com países da África.

Como ponto inicial, foi identificada a relevância dos oceanos para a política externa dos Estados. Um espaço onde se desenvolvem as relações internacionais, as conexões comerciais, acordos, tratados, interações políticas e intercâmbio cultural. Um amplo campo para a diplomacia naval. Foi verificada a importância geoestratégica, econômica e militar do Atlântico Sul, atraindo o interesse de outras potências. Uma via de projeção do Brasil na costa ocidental africana, onde os mares sofrem com a pirataria, gerando insegurança ao comércio marítimo local e ao Atlântico Sul. O estudo mostrou que a segurança naquela região pode ser obtida por uma *área de cooperação*, com iniciativas preventivas e repressivas, para cobrir a incapacidade dos Estados falidos em garantir a segurança em suas águas jurisdicionais, que geram insegurança ao tráfego marítimo na bacia do Atlântico Sul. Além disso, mostrou que o Entorno Estratégico possibilita maior influência do país no Atlântico Sul e no continente africano, logo a necessidade de o Brasil se projetar e exercer protagonismo na bacia sul-atlântica, por meio de uma conduta pacífica e colaborativa, sendo uma oportunidade para a diplomacia naval preventiva, por meio da “cooperação naval”.

As *novas ameaças* (tráfico de drogas, contrabando de armas, pesca ilegal, pirataria, crime organizado internacional, terrorismo, etc.) corroem a segurança das regiões costeiras. Um conjunto de violências assimétricas, em especial a pirataria, que restringem o comércio marítimo, impactam a economia e criam vácuos de soberania nas águas jurisdicionais do Estado afetado, atraindo potências externas, sob pretexto de provê-la. Nesse ponto, identifica-se a *cooperação regional* como forma de fortalecer a segurança marítima, criando

um ambiente de apoio mútuo e segurança coletiva, e exigindo que as Marinhas atuem de forma combinada. Logo, a cooperação é uma valiosa estratégia, pois possibilita a assistência mútua, cobre vácuos de capacidades, aproxima os Estados lindeiros e contribui para uma identidade regional Sul-Sul. Um campo propício para a atuação da diplomacia naval.

A busca pela cooperação e identidade regional começou em 1986, com a criação da ZOPACAS, um foro de diálogo entre nações sul-americanas e africanas do Atlântico Sul, para promover a cooperação regional, a paz e segurança na bacia sul-atlântica. Em 37 anos a evolução desse projeto variou entre tentativas de fortalecimento e períodos de estagnação. A diplomacia naval fez-se presente na ZOPACAS, como nos acordos bilaterais com as Marinhas de países africanos. O Brasil e outros países da bacia sul-atlântica não possuem “*hard power*” suficiente para manter a defesa e soberania da região. Logo, um arranjo de relações horizontais entre os Estados parece apropriado para resolver os problemas de segurança marítima sem interferência de potências externas. A ZOPACAS parece contribuir para dissuasão, sendo um espaço propício para projeção do Brasil por meio do “*soft power*”.

De 1986 a 2002, a diplomacia naval se fez presente na África. Destacam-se: a Operação ATLASUR (1993), a Cooperação Brasil-Namíbia (1994, 2001 e 2009), a Cooperação Militar com Cabo Verde (1994 e 2014), a criação da CPLP (1996), a Cooperação Militar com o Mali (1996), a Missão de Paz UNAVEM I, em Angola (1996), e o Exercício FELINO, com países da CPLP (2000). De 2003 a 2018, destacam-se: a Cooperação Militar com a República Democrática do Congo (2003), o Acordo de Cape Town em Matéria de Defesa, com a África do Sul (2003), a Missão de Paz no Congo (2003), os Exercícios *Atlantic Tidings* (2004) e IBSAMAR (2005), além da cooperação com a EN e o CIAW, na formação de Oficiais da Namíbia, Moçambique, Angola, África do Sul, Cabo Verde, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Senegal. Logo, observam-se a atuação da diplomacia naval e o engajamento da MB, em matéria de Defesa, nos anos 90 e início dos anos 2000, o que se mostra interessante, pois esse período foi marcado pelo fracasso e inatividade da ZOPACAS. Nos vinte primeiros anos, a ZOPACAS se afastou de seu propósito, houve um baixo índice de reuniões e um período de inatividade, demonstrando seu enfraquecimento, apesar das ações da diplomacia naval.

De 2003 a 2018, a diplomacia naval se fez presente na ZOPACAS, por meio de operações navais internacionais, presença da Força Naval (visitas a portos e demonstrações), exercícios, jogos de guerra e encontros bilaterais e multilaterais, reuniões de Estados-Maiores, comitês e conferências navais, aquisições e vendas de equipamentos e meios

navais, assistência técnico-militar (cursos, estágios, conclaves, simpósios, seminários, fóruns acadêmicos, intercâmbios e inspeções técnico/administrativas), acordos de cooperação naval técnica e profissional, formação de pessoal, assessoria técnica na estruturação administrativa e operacional, mapeamento da PC, dentre outros. No Golfo da Guiné, a MB exerce a diplomacia naval com: envio de Equipes de Instrução GVI/GP e de OpEsp, instalação de Missão Naval, incluindo um GAT-FN, oferecimento de intercâmbios e embarques em navios, cessão de vagas em Cursos e Estágios do SEN, realização de levantamentos hidroceanográficos, apoio à sinalização náutica, dentre outros.

Como exemplos de cooperação naval na ZOPACAS, destacam-se: cooperação Brasil-Cabo Verde (1994), aprofundada em 2013, com o Núcleo da Missão Naval do Brasil, cooperação Brasil-São Tomé e Príncipe (2010), aprofundada em 2014, com o Núcleo da Missão Naval e GAT-FN, cooperação Brasil-Nigéria em Defesa, intensificada em 2010, “Declaração de Parceria Estratégica” Brasil-Angola (2010), cooperação Brasil-Namíbia (1994), aprofundada em 2009, com a criação da Missão Naval e GAT-FN, tratativas com Camarões, Gabão, Benin e Mauritânia, e acordos com Guiné-Bissau, Senegal e Guiné Equatorial. Em relação aos exercícios navais combinados, de 2006 a 2018, ocorreram em maior quantidade, e, de 2014 e 2021, foi intensificado no Golfo da Guiné com os *Exercícios Obangame Express*, *Grand African Nemo*, *GUINEX* e *Atlantic Tidings*, para capacitar as marinhas do Golfo da Guiné contra pirataria, tráfico de drogas e armas, sequestro, pesca ilegal e outros ilícitos. Nessas operações foram realizadas visitas a portos, adestramentos à Guarda Costeira, atividades SAR e apoio médico, onde, novamente, fez-se presente a diplomacia naval.

Observa-se que o ápice da *cooperação em defesa*, com os países africanos da ZOPACAS, ocorreu a partir de 2010, final do 2º mandato do Presidente Lula. Viu-se a diplomacia naval em sua vertente cooperativa ou colaborativa, incrementando as relações externas. A cooperação necessita de negociação, acordos multilaterais, compensação mútua e atender interesses comuns, um ambiente fértil para a diplomacia naval. Em suma, a cooperação em defesa entre os membros da ZOPACAS confunde-se com a diplomacia naval.

Concluindo o estudo, observa-se que o Brasil manteve ligação com os países da ZOPACAS por meio de acordos bilaterais, e que os debates sobre cooperação preservaram uma agenda própria para o Atlântico Sul, mantendo a ZOPACAS em pauta, apesar das fases de inatividade. Contatou-se que o Brasil manteve relações diplomáticas com seus vizinhos no Atlântico Sul, apesar das estagnações da ZOPACAS, e que as relações Sul-Sul e o

constante debate por uma zona de paz e cooperação contribuíram para evitar interferências externas à bacia sul-atlântica, pelo menos por ora, enquanto as ameaças convencionais ainda parecem distantes do país. Apesar das iniciativas de cooperação em defesa e das ações da diplomacia naval, não se verificou o fortalecimento e a consolidação da ZOPACAS. Algumas explicações denotam que a presença de atores externos impede o seu fortalecimento, entretanto este estudo conclui que os constantes esvaziamentos, o desinteresse político, o aparente descrédito, a falta de financiamento, os discursos sem ações efetivas posteriores, os períodos de inatividade, a ausência de alguns membros em reuniões e oito reuniões apenas, em 37 anos, são os motivos que justificam o não fortalecimento, apesar de todo o esforço da MB por meio de cooperações navais.

No entanto, conclui-se que a diplomacia naval contribuiu para manter a ZOPACAS como pauta a ser debatida e que o fortalecimento depende de interesse político, e capacidade econômica e engajamento dos Estados. A hipótese do não fortalecimento e limitado peso estratégico mostrou-se verdadeira, porém a influência externa não foi verificada como causa, invalidando somente parte da hipótese. Respondendo à questão de pesquisa: *a diplomacia naval desenvolvida pela MB, no período de 2003 a 2018, junto aos países da costa ocidental da África, NÃO contribuiu para o fortalecimento e consolidação da ZOPACAS.* Porém, a manteve viva, em pauta, em debate, mesmo quando estagnada.

6.1 Propostas

Por fim, este trabalho sugere algumas propostas, a fim de contribuir para o fortalecimento e consolidação da ZOPACAS, por meio de ações da diplomacia naval:

I) a criação de uma Comissão Especializada de Segurança Marítima e Cooperação Naval para o Atlântico Sul pela MB, com foco na costa ocidental da África, de caráter interagências e alcance internacional, à semelhança da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Objetivo: destacar o tema ZOPACAS em setor específico na MB, de caráter administrativo e nível político-estratégico, destinado à análise, planejamento e formulação de estratégias, reforçando a percepção externa sobre intenção de liderança do Brasil;

II) o incremento na participação de meios navais, inclusive com fuzileiros navais embarcados, nos exercícios navais combinados na costa ocidental da África. Objetivo: ampliar a presença brasileira, buscando maior capacidade de influência no Atlântico Sul;

III) a ampliação da área marítima da Operação GUINEX, para além do Golfo da Guiné, e incremento da participação de meios da MB. Objetivo: ampliar a atuação no Atlântico Sul, maior presença perante Estados externos e adquirir maior credibilidade e protagonismo;

IV) a realização de uma comissão na costa oeste africana, com emprego do NAM Atlântico e/ou NDM Bahia, que, devido aos seus simbolismos e portes, ampliariam o “mostrar bandeira” no Atlântico Sul. A diplomacia naval também estaria presente nas visitas, encontros de alto nível, assinaturas de acordos, embarque de observadores, entre outros;

V) o incremento de apoio à Arquitetura de Yaundê, por meio de cooperação técnica em capacitação de pessoal e, participação de maiores efetivos da MB nos Centros Regionais durante os exercícios combinados. Objetivo: ampliar conhecimentos sobre os sistemas de controle do tráfego marítimo internacional e compartilhamento do banco de dados dos Centros Regionais LRIT, aumentando a Consciência Situacional Marítima do Atlântico Sul;

VI) o contínuo estudo visando ao aprimoramento da política e estratégia nacional e marítimas voltadas para a segurança marítima e cooperação naval, nos documentos condicionantes. Objetivo: identificar novas oportunidades e prioridades para o Poder Naval;

VII) a divulgação, às nações amigas, das ações de diplomacia naval realizadas, por meio das Embaixadas no exterior. Objetivo: contribuir para a percepção da comunidade internacional sobre o comprometimento da MB com a ZOPACAS;

VIII) a indicação de Adidos Navais junto aos países da costa ocidental africana que ainda não os possuem, em especial a Nigéria. Objetivo: obter melhor alinhamento dos interesses entre MRE brasileiro, MB e Marinhas e Estados-membros africanos da ZOPACAS;

IX) a inclusão de Moçambique na ZOPACAS, país integrante da CPLP, da costa leste da África. Objetivo: atrair maior enfoque à Rota do Cabo, pelo litoral da África do Sul, que, como importante líder regional, poderia dar maior apoio para o fortalecimento da ZOPACAS;

X) a alocação de vagas em cursos de Altos Estudos Militares na área de política e estratégia e a formação de um curso ou estágio de alcance internacional, também nessa área, em OM de Ensino da MB. Objetivo: fortalecer o pensamento estratégico sobre o Atlântico Sul pelas Marinhas da costa oeste africana e outras Marinhas convidadas;

XI) a possibilidade de Comando, pelo Brasil, de uma FTM multinacional, sob a égide da ONU, no combate à pirataria e outros crimes transnacionais no Golfo da Guiné. Objetivo: assumir o comando desse esforço internacional, com base na experiência adquirida na UNIFIL e no Comando da FTC-151, reforçando a liderança e protagonismo no Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. **Capítulo 9 - O ATLÂNTICO SUL E A COOPERAÇÃO EM DEFESA ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA**. Livro: O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul. Parte 2: O Brasil e a segurança no Atlântico Sul. Organizadores: Reginaldo Mattar Nasser e Rodrigo Fracalossi de Moraes. Brasília: IPEA, 2014. 284 p. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3075>. Acesso em 08 de abril de 2023.

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul**. Artigo da Revista Brasileira de Política Internacional (RPBI), nº 57, V.1, 2014b, p. 5-21. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/m3W3TxbXMFpLTRYdGXXHhG/?lang=pt>. Acesso em 08 de abril de 2023.

ABDENUR, Adriana Erthal, MATTHEIS, Frank; SEABRA, Pedro. **An ocean for the Global South: Brazil and the zone of peace and cooperation in the South Atlantic**. Cambridge Review of International Affairs, Cambridge, Vol. 29, Ed. 3, out./dez. 2016, p. 1112-1131. Portal Taylor & Francis Online. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09557571.2016.1230592>, ou p.1-20 em Portal UPSpace Institucional Repository, disponível em https://repository.up.ac.za/bitstream/handle/2263/59387/Abdenur_Ocean_2016.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acessos em 31 de julho de 2023.

ADAMS, Gordon; WILLIAM, Cindy. **Buying national security: how America plans and plays for it global role and safety at home**. London: Routledge, 2009 apud MACEDO, Oswaldo Henrique Teixeira de. **A DIPLOMACIA NAVAL: UMA PERSPECTIVA PARA O SÉCULO XXI**. Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas 2013. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 2013.

A importância da ZOPACAS para o Brasil. Quando iremos tratar com seriedade essa questão?! Portal "Tito Geopolítica". Disponível em <https://www.atitoxavier.com/post/a-import%C3%A2ncia-da-zopacas-para-o-brasil-quando-iremos-tratar-com-seriedade-essa-quest%C3%A3o>. Acesso em 19 de junho de 2023.

AMORIM, Celso. **Defesa: um diálogo nacional**. Discurso do Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim. Apresentação na Câmara dos Deputados - Abertura do II Seminário Estratégia Nacional de Defesa: Política Industrial e Tecnológica. Brasília, 15/02/2012. Disponível em https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-432-grande_estrategia_do_brasil_discursos_artigos_e_entrevistas_da_gestao_no_ministerio_da_defesa_2011_2014_a. Acesso em 08 de junho de 2023.

AMORIM, Celso. **Discurso por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores.** Livro: A Política Externa do Brasil. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. IPRI/FUNAG. Coleção Países e Regiões. Brasília, 2003. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/128-Politica_Externa_do_Brasil_A.pdf. Acesso em 31 de julho de 2023.

AMORIM, Celso. **Discurso na abertura do debate geral da 65ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.** Nova Iorque: MRE, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/celso-amorim/discurso-do-ministro-celso-amorim-na-abertura-do-debate-geral-da-65-sessao-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-23-de-setembro-de-2010>. Acesso em 08 de junho de 2023.

AMORIM, Celso. **Discurso por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores.** Brasília, DF: MRE, 2011. Portal Ministério das Relações Exteriores (www.gov.br). Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/celso-amorim/discurso-do-embaixador-celso-amorim-na-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2011>. Acesso em 31 de julho de 2023.

Amorim reforça compromisso do Brasil de manter o Atlântico Sul como zona de paz. Portal Poder Naval (www.naval.com.br). Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2013/10/16/amorim-reforca-compromisso-do-brasil-de-manter-o-atlantico-sul-como-zona-de-paz/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

Análise: O Atlântico Sul na competição entre as grandes potências. Portal Poder Naval (www.naval.com.br). Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2021/01/12/analise-o-atlantico-sul-na-competicao-entre-as-grandes-potencias/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

Angola é o maior produtor de petróleo em África. Portal Jornal de Angola. Disponível em <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/angola-e-o-maior-produtor-de-petroleo-em-africa/>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

Após jornada na África, Navio-patrolha da Marinha chega ao Rio. Portal DEFESANET. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/naval/noticia/10977/apos-jornada-na-africa-navio-patrolha-da-marinha-chega-ao-rio/>. Acesso em 25 de junho de 2013.

BATH, Sérgio. **O que é Diplomacia.** São Paulo, Editora Brasiliense, Coleção primeiro passos, 1ª ed., 1989.

BEIRÃO, André Panno. **PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE SEGURANÇA MARÍTIMA NO ATLÂNTICO SUL.** Livro: ESTUDOS MARÍTIMOS: Visões e Abordagens. Organizadores: Francisco Eduard Alves de Almeida e William de Souza Moreira. Ed. Humanitas, São Paulo, 2019.

BOOTH, Ken. **Navies and Foreign Policy.** London: Routledge, 1977.

BOTTENOUIT, Luiz Afonso. **A cooperação em defesa do Brasil com os países da costa ocidental da África: situação atual e perspectivas**. In: CURSO DE EXTENSÃO SOBRE DEFESA NACIONAL, 20 out. 2018, Montes Claros. Apresentação [...]. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2018. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xx_cedn/6_a_cooperacao_em_defesa_do_brasil_com_os_paises_da_costa_ocidental.pdf. Acesso em 31 julho de 2023.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305 Doutrina Militar Naval**. Brasília, DF: EMA, 2017. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em 15 de abril de 2023.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020a. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em de 15 abril de 2023.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2020b. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em 15 de abril de 2023.

BRASIL. **Of. nº 30-244 do Estado Maior da Armada**. Brasília/ DF: Ministério da Defesa. Marinha do Brasil, 2019, 3 p.

Brasil cria núcleo de missão naval em São Tomé e Príncipe. Portal Poder Naval (www.naval.com.br). Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2014/11/24/brasil-cria-nucleo-de-missao-naval-em-sao-tome-e-principe/>. Acesso em 13 de julho de 2023.

Brasil inaugura Missão Naval e aprofunda cooperação com Cabo Verde. Brasília, DF, 2013. Portal Ministério da Defesa (www.gov.br/defesa). Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/21-11-2013-defesa-brasil-inaugura-missao-naval-e-aprofunda-cooperacao-com-cabo-verde>. Acesso em 31 de julho de 2023.

Brasil vai instalar Missão Naval em São Tomé e Príncipe em fevereiro de 2015. Portal DefesaNet, Curitiba. Disponível em <https://www.defesanet.com.br/naval/noticia/17539/brasil-vai-instalar-missao-naval-em-sao-tome-e-principe-em-fevereiro-de-2015/>. Acesso em 13 de julho de 2023.

BUEGER, Christian. **What is Maritime Security?** Marine Policy, v. 53, p. 159–164, 2015 apud BEIRÃO, André Panno. **PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE SEGURANÇA MARÍTIMA NO ATLÂNTICO SUL**. Livro: ESTUDOS MARÍTIMOS: Visões e Abordagens. Organizadores: Francisco Eduard Alves de Almeida e William de Souza Moreira. Ed. Humanitas, São Paulo, 2019.

CABLE, James. **Diplomacy at Sea**. London: The Macmillan Press Ltd, 1ª ed., 1985, 191p.

CABLE, James. **Gunboat Diplomacy, 1919-1979: Political Applications of Limited Naval Force.** London: The Macmillan Press Ltd, 2ª ed., 1981, 288p.

Centro do Atlântico constituído por 16 países. Portal República Portuguesa/XXI Governo (www.portugal.gov.pt). Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=centro-do-atlantico-constituído-por-16-paises>. Acesso em 03 de julho de 2023.

CHIOZZO, Vitor. **DIPLOMACIA NAVAL: instrumento de política externa no mar.** Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, V.138, n. 04/06, abr./jun. 2018.

Comando de Operações Navais participa da “Obangame Express 2018”. Portal Marinha do Brasil, Brasília-DF. Disponível em [https://www.marinha.mil.br/noticias/comando-de-operacoes-navais-participa-da-obangame-express-2018#:~:text=Entre%20os%20dias%2021%20e,Estados%20Unidos%20\(U.S%20AFRICOM\)](https://www.marinha.mil.br/noticias/comando-de-operacoes-navais-participa-da-obangame-express-2018#:~:text=Entre%20os%20dias%2021%20e,Estados%20Unidos%20(U.S%20AFRICOM)). Acesso em 13 julho de 2023.

Cooperação Técnica Brasileira – ZOPACAS. Portal “Agência Brasileira de Cooperação” do Ministério das Relações Exteriores – MRE. Disponível em <http://www.abc.gov.br/zopacas/default.aspx>. Acesso em 19 de junho de 2023.

CORBETT, Julian. **Some Principles of Maritime Strategy.** London: Longmans Green and Co., 1911 apud TILL, Geoffrey. **SEAPOWER: a guide for the twenty-first century.** Fourth Edition. Abingdon, Oxon: New York, NY: Routledge, 2018, 458p.

CORRÊA, Giovani. **A influência dos interesses geopolíticos da China e dos EUA na segurança marítima da costa oeste africana: desafios e oportunidades para a Marinha do Brasil.** Tese de Dissertação do Curso de Política e Estratégia Marítimas 2021. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021.

COUTAU-BÉRGARIE, Hervé. **Traité de stratégie.** 7ª.ed. Paris: Economica, 2010, 776p. apud MACEDO, Oswaldo Henrique Teixeira de. **A DIPLOMACIA NAVAL: UMA PERSPECTIVA PARA O SÉCULO XXI.** Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas 2013. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 2013.

DECRETO Nº 99.165, DE 12 DE MARÇO DE 1990. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Legislação Informatizada. Publicação Original. Portal Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 de julho de 2023.

Defesa doa lancha de patrulha para Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe. Brasília, DF, 2014. Portal Ministério da Defesa (www.gov.br/defesa). Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/defesa-doa-lancha-de-patrulha-para-guarda-costeira-de-sao-tome-e-principe>. Acesso em 31 de julho de 2023.

DIAS, Carlos Alexandre Alves Borges. **A DIPLOMACIA NAVAL NO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO DA ATUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL NO GOLFO DA GUINÉ (2014- 2021)**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Defesa (ESD), como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Altos Estudos de Defesa, Brasília, 2022, 29 p.

Dinamarca envia fragata e 175 marinheiros para combater pirataria no Golfo da Guiné. Portal Observador. Disponível em <https://observador.pt/2021/03/17/dinamarca-envia-fragata-e-175-marinheiros-para-combater-pirataria-no-golfo-da-guine/>. Acesso em 13 de julho de 2023.

EDWARDS, Maísa e DE CARVALHO, Vinicius. M. **Brasil, entre a ZOPACAS e a OTAN**. Revista Estratégica - Centro de Análise Estratégica da CPLP, Ano II, Nr. 02, 2020, p. 86-104. Portal King's College London. Disponível em <https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/en/publications/brazil-between-the-zopacas-and-nato>. Acesso em 27 de julho de 2023.

FERREIRA, Ricardo Jaques. **DIPLOMACIA NAVAL NO ATLÂNTICO SUL: A contribuição da Marinha do Brasil para a Política Externa Brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, Rio de Janeiro, 2019, 98 p.

FERNANDES, Jorge Henrique Cabral. **Capítulo 8 - A SOBERANIA CIBERNÉTICA NA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZOPACAS)**. Livro: Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. PARTE II – O ATLÂNTICO SUL E OS DESAFIOS PARA A DEFESA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. Organizadores: Gilberto Fernando Gheller, Selma Lúcia de Moura Gonzales e Laerte Peotta de Mello. Brasília: IPEA: NEP, 2015, 645 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4385>. Acesso em 08 de abril de 2023.

FILHO, Pio Penna. **Capítulo 5 - REFLEXÕES SOBRE O BRASIL E OS DESAFIOS DO ATLÂNTICO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**. Livro: Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. PARTE II – O ATLÂNTICO SUL E OS DESAFIOS PARA A DEFESA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. Organizadores: Gilberto Fernando Gheller, Selma Lúcia de Moura Gonzales e Laerte Peotta de Mello. Brasília: IPEA: NEP, 2015, 645 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4385>. Acesso em 08 de abril de 2023.

FIORI, José Luís. **O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI**. Carta Maior, 24 de maio de 2013 apud NEVES, André Luiz Varella. **Capítulo 7 - ATLÂNTICO SUL: PROJEÇÃO ESTRATÉGICA DO BRASIL PARA O SÉCULO XXI**. Livro: Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. PARTE II – O ATLÂNTICO SUL E OS DESAFIOS PARA A DEFESA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI Organizadores: Gilberto Fernando Gheller, Selma Lúcia de Moura Gonzales e Laerte Peotta de Mello. Brasília: IPEA: NEP, 2015. 645 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4385>. Acesso em 08 de abril de 2023.

FONSECA Jr., Gelson. **Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos pólos de poder e a inserção internacional do Brasil**. Livro: O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional. São Paulo, 1999. Ed. ALFA-OMEGA. 200 p. Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1ª - Volume 05. Coleção Relações Internacionais.

Forças Armadas buscam intensificar a cooperação militar com a África. Portal “InfoRel Relações Internacionais e Defesa”. Disponível em <https://info-rel.org/2022/08/29/forcas-armadas-buscam-intensificar-a-cooperacao-militar-com-a-africa/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

Forças navais dinamarquesas matam 4 piratas no Golfo da Guiné. Portal Poder naval (www.naval.com.br). Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2021/11/27/forcas-navais-dinamarquesas-matam-4-piratas-no-golfo-da-guine/>. Acesso em 13 de julho de 2023.

Fragata “Independência” realiza Operação “Guinex-I”. Portal Marinha do Brasil, Brasília, DF. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/noticias/fragata-independencia-realiza-operacao-guinex-i>. Acesso em 13 de julho de 2023.

FRANCO, Álvaro. **Apresentação**. Livro: O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional. São Paulo, 1999. Ed. ALFA-OMEGA. 200 p. Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1ª - Volume 05. Coleção Relações Internacionais.

GOMES, Fernando Melo. **O valor estratégico do Atlântico Sul**. III Conferência Internacional, FLAD-IPRI, 10 a 11 de novembro de 2005. In Manuela Franco (coord) Livro: Portugal, os Estados Unidos e a África Austral. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), Instituto Português das Relações Internacionais (IPRI), 1ª Edição, Lisboa, 2006. p. 235-243. Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/read/4773804/portugal-os-estados-unidos-ea-africa-austral-fundacao-luso->. Acesso em 31 de julho de 2023.

GOODALL, Thomas. **Gunboat Diplomacy: Does It Have A Place In The 1990's? (Diplomacia da canhoneira: isso tem um lugar na década de 1990?)**. USN, 1991. Disponível em <https://www.globalsecurity.org/military/library/report/1991/GTD.htm>. Acesso em 04 de maio de 2023.

GROVE, Eric. **The Future of Sea Power**. Annapolis: Maryland, U.S. Naval Institute Press, 1ª ed., 1990, 280p.

GUASTINI, Ricardo Lhamas. **A OCEANOPOLÍTICA COMO INSTRUMENTO DA DIPLOMACIA DE DEFESA NO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ATUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL (MB) NO GOLFO DA GUINÉ (2012-2020)**. Trabalho de Conclusão de Curso - artigo científico - apresentado à Comissão de Avaliação de TCC da Escola Superior de Guerra - Campus Brasília, como exigência parcial para obtenção do certificado de Especialista em Altos Estudos em Defesa. Brasília, 2020, 31 p. Portal Repositório Institucional da ESG. Disponível em <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1060>. Acesso em 13 de julho de 2023.

HERTZ, Mônica; SILVA, Antônio Ruy de Almeida. **Seminário – ZOPACAS: 30 anos de desafios**. Portal “Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio)”. Disponível em <http://www.iri.puc-rio.br/evento/zopacas-30-anos-de-desafios/>. Acesso em 25 de junho de 2023.

ICC IMB Piracy and Armed Robbery Against Ships. Annual Report, 2003 a 2022. Em <https://www.icc-ccs.org/reports/2022%20Annual%20IMB%20Piracy%20and%20Armed%20Robbery%20Report.pdf>. (relatórios por ano). Acesso em 15 de junho de 2023.

JAHN, Beate. **IR and the state of nature: the cultural origins of a ruling ideology**. Review of International Studies, v. 25, p. 411-434, 1 jul. 1999 apud VALENÇA, Marcelo. M.; MENEZES, Soraya Fonteneles. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O MAR: UM OLHAR A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS**. Livro: ESTUDOS MARÍTIMOS: Visões e Abordagens. São Paulo, Ed. Humanitas, 2019.

KEOHANE, Robert O. **Instituições Internacionais: duas abordagens**. Internacional Estudos trimestrais, v. 32, n. 4, pág. 379-396, dez. 1988. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6909225/mod_resource/content/1/International%20institutions%20-%20two%20approaches.pdf. Acesso em 18 de junho de 2023.

LARSSON, Oscar L. WIDEN J.J. Artigo: **A União Europeia como Provedora de Segurança Marítima - A Perspectiva da Diplomacia Naval**. Revista Estudos em Conflito e Terrorismo. Departamento de Estudos de Guerra e História Militar, Divisão de Operações Marítimas, Universidade de Defesa Sueca, Estocolmo, Suécia. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/359788396_The_European_Union_as_a_Maritime_Security_Provider_-The_Naval_Diplomacy_Perspective. Portal Publicado em 06 abr. 2022. Acesso em 27 de julho de 2023.

LE MIÈRE, Christian. **Maritime Diplomacy in the 21st Century: Drivers and Challenges**. 1ª Ed. Routledge, Londres e Nova Iorque, 2014, 192 p. apud CHIOZZO, Vitor. **DIPLOMACIA NAVAL: instrumento de política externa no mar**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, V.138, n. 04/06, abr./jun. 2018,

LE MIÈRE, Christian. **Maritime Diplomacy in the 21st Century: Drivers and Challenges**. 1ª Ed. Routledge, Londres e Nova Iorque, 2014, 192 p. apud TILL, Geoffrey. **SEAPOWERS: a guide for the twenty-first century**. Fourth Edition. Abingdon, Oxon: New York, NY: Routledge, 2018, 458 p.

LESSA, Luana Alves. **A pirataria marítima no Chifre da África e no Golfo da Guiné: situação geográfica e escalas de ação**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte das atividades requeridas para a obtenção do título de Mestra em Geografia. UFRJ, Rio de Janeiro, 2019, 100 p.

LIMA, Maria Regina Soares de et al. **Atlas da política brasileira de defesa**. Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

LIMA, Raphael Camargo. **A Articulação entre Política Externa e Política de Defesa no Brasil: uma Grande Estratégia inconclusa**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UNESP; UNICAMP; PUC-SP, São Paulo, 2015. 257 p.

Maiores produtores mundiais de petróleo em 2021. Portal ibp - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, Observatório do Setor. Disponível em <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/maiores-produtores-mundiais-de-petroleo-em-2020/>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

MACEDO, Oswaldo Henrique Teixeira de. **A DIPLOMACIA NAVAL: UMA PERSPECTIVA PARA O SÉCULO XXI**. Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas 2013. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 2013.

Marinha realiza Webinar sobre a ZOPACAS. Portal “Marinha do Brasil”. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-realiza-webinar-sobre-zopacas>. Acesso em 19 de junho de 2023.

MARTINEZ, Álvaro J. **Uma Estratégia Marítima para o Atlântico Sul**. Livro: PERSPECTIVAS SOBRE ESTRATÉGIA MARÍTIMA: Ensaios das Américas, a nova estratégia marítima dos EUA e comentários sobre Uma Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo no Século XXI. TAYLOR, Paul Daniel. Organizador. Naval War College (US), 2007, “Tradução 2010”.

MARTINS, Luciano. **Novas dimensões da Segurança Internacional**. Livro: O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional. São Paulo, 1999. Ed. ALFA-OMEGA. 200 p. Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1ª - Volume 05. Coleção Relações Internacionais.

MATTOS, Meira. **A geopolítica e as projeções de poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977 apud NEVES, André Luiz Varella. **Capítulo 7 - ATLÂNTICO SUL: PROJEÇÃO ESTRATÉGICA DO BRASIL PARA O SÉCULO XXI**. Livro: Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. PARTE II – O ATLÂNTICO SUL E OS DESAFIOS PARA A DEFESA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI Organizadores: Gilberto Fernando Gheller, Selma Lúcia de Moura Gonzales e Laerte Peotta de Mello. Brasília: IPEA: NEP, 2015. 645 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4385>. Acesso em 08 de abril de 2023.

MEDEIROS, Roberto de Carvalho. **O acordo de cooperação militar Brasil-Namíbia como instrumento de consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, n.795, 2003.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **O futuro da comunidade transatlântica**. Palestra do Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, no Encerramento da Conferência Internacional. Instituto de Defesa Nacional, Lisboa. 2010.

MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias. **PREFÁCIO**. Livro: ESTUDOS MARÍTIMOS: Visões e Abordagens. São Paulo, Ed. Humanitas, 2019.

MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias. **COOPERAÇÃO NAVAL E A SEGURANÇA MARÍTIMA DO ATLÂNTICO SUL. O CASO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO NAVAL BRASIL – NAMÍBIA. (1994/2010)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política, na área de Estudos Estratégicos. Niterói, 2017. 239 p.

MOREIRA, William de Souza. **Marinhas, poder marítimo e poder naval**. Verbetes. Dicionário de segurança e defesa. Héctor Luis Saint-Pierre e Marina Gisela Vitelli (Org.), Ed. UNESP, Rio de Janeiro, 2018, 1.038 p.

MOREIRA, William de Souza. **El Poder Naval en America del Sur Atlantica: tendencias y perspectivas en el enfoque de la planificación de fuerzas**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1997.

Navio-Patrolha Oceânico “Apa” participa da Operação Grand African Nemo 2020. Portal Comando do 1º Distrito Naval, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/com1dn/noticia/navio-patrolha-oce%C3%A2nico-%E2%80%9Capa%E2%80%9D-participa-da-opera%C3%A7%C3%A3o-grand-african-nemo-2020>. Acesso em 13 de julho de 2023.

NEGRETE, Ana Carolina Aguilera; PEREIRA, Raphael do Couto. **AMEAÇAS ASSIMÉTRICAS NO ATLÂNTICO SUL: desafios para as Forças Armadas e para a Base Industrial de Defesa brasileira**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.26, n.3, p. 805-838, setembro/dezembro 2020.

NEVES, André Luiz Varella. **Capítulo 7 - ATLÂNTICO SUL: PROJEÇÃO ESTRATÉGICA DO BRASIL PARA O SÉCULO XXI**. Livro: Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. PARTE II – O ATLÂNTICO SUL E OS DESAFIOS PARA A DEFESA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI Organizadores: Gilberto Fernando Gheller, Selma Lúcia de Moura Gonzales e Laerte Peotta de Mello. Brasília: IPEA: NEP, 2015. 645 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4385>. Acesso em 08 de abril de 2023.

NÓBREGA, Nycole Fonseca. **POLÍTICA DE DEFESA E A COOPERAÇÃO ZOPACAS, Multilateralismo e as Relações Internacionais**. O Cosmopolítico. DOSSIÊ: SEGURANÇA PÚBLICA, Colunas. V. 5 n.1, junho 2018. Disponível em <https://periodicos.uff.br/ocosmopolitico/article/view/53819/31658>. Acesso em 25 de junho de 2023.

NOVELLI, Douglas Henrique; PEREIRA, Alexsandro. **A ZOPACAS como a manifestação de um projeto de construção regional Brasileiro para o Atlântico Sul: uma leitura crítica (1986-2013)**. Artigo. Revista Carta Internacional. V. 15, n. 1, 2020, Belo Horizonte. p. 234-257. Portal Carta Internacional – Publicação Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Disponível em <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/976>. Acesso em 25 de junho de 2023.

NPaoC “APA” participa do “Obangame Express 2014”. Portal DefesaNet, Curitiba. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/naval/noticia/15630/npaoc-%c2%93apa%c2%94-participa-do-%c2%93obangame-express-2014%c2%94/>. Acesso em 13 de julho de 2023.

NPaoC “APA” encerra participação na “OBANGAME EXPRESS 2017”. Portal Marinha do Brasil, Brasília, DF. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/noticias/npaoc-apa-encerra-participacao-na-obangame-express-2017>. Acesso em 13 de julho de 2023.

NYE, Joseph S. **Hard, Soft, and Smart Power.** The Oxford Handbook of Modern Diplomacy. Edited by Andrew F. Cooper, Jorge Heine, and Ramesh Thakur, 2013 apud VIOLANTE, Alexandre Rocha. **POLÍTICA EXTERNA, POLÍTICA DE DEFESA E COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO GRANDE ESTRATÉGIA NA ÁFRICA OCIDENTAL: Um Estudo de Caso em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Estratégicos. Niterói, 2017, 366 p.

Os 20 maiores produtores de petróleo no mundo; Brasil é 13º. Portal Exame – Economia. Disponível em <https://exame.com/economia/os-20-paises-que-lideram-a-producao-de-petroleo-no-mundo/>. Acesso em de 14 de agosto de 2023.

OSINOWO, A, A. **O combate à pirataria no Golfo da Guiné.** RESUMO DE SEGURANÇA EM ÁFRICA - UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA. Nr. 30, 2015. Disponível em <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/03/ACSS-Africa-Security-Brief-No.-30-PT.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2023.

Países do Atlântico Sul reúnem-se por uma região sem conflito. Portal “UNESP”. Disponível em <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/14853/paises-do-atlantico-sul-reunem-se-por-uma-regiao-sem-conflito/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Capítulo 6 - O JOGO DO PODER NA FAIXA ATLÂNTICA DO ENTORNO ESTRATÉGICO NACIONAL E SEUS REFLEXOS PARA A DEFESA E PROJEÇÃO DO BRASIL.** Livro: Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. PARTE II – O ATLÂNTICO SUL E OS DESAFIOS PARA A DEFESA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI Organizadores: Gilberto Fernando Gheller, Selma Lúcia de Moura Gonzales e Laerte Peotta de Mello. Brasília: IPEA: NEP, 2015. 645 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4385>. Acesso em 08 de abril de 2023.

PENHA, E. A. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul.** Salvador: EDUFBA, 2011 apud PIMENTEL, C. R. **O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul.** Tensões Mundiais – Revista do Observatório das Nacionalidades (Edição Temática): A Defesa do Atlântico Sul, v. 12, n. 22, jan./jun. 2016, p. 113–143. Portal Tensões Mundiais. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/393>. Acesso em 26 de julho de 2023.

PIMENTEL, C. R. **O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul.** Tensões Mundiais – Revista do Observatório das Nacionalidades (Edição Temática): A Defesa do Atlântico Sul, v. 12, n. 22, jan./jun. 2016, p. 113–143. Portal Tensões Mundiais. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/393>. Acesso em 26 de julho de 2023.

PINTO, Paulo Cordeiro de Andrade. **Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000).** Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Coleção CAE, 1ª Edição, 2015, 262 p. Disponível em https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-150-diplomacia_e_politica_de_defesa_o_brasil_no_debate_sobre_a_seguranca_hemisferica_na_decada_pos_guerra_fria_1990_2000_. Acesso em 31 de julho de 2023.

Pirataria no Golfo da Guiné mantém marinhas africanas atreladas ao apoio do Brasil. Portal Poder Naval (www.naval.com.br). Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2015/02/24/pirataria-no-golfo-da-guine-mantem-marinhas-africanas-atreladas-ao-apoio-do-brasil/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

PIRES, Gustavo Calero Garriga. **Participação de meios da MB em Operações/Exercícios de Segurança Marítima.** In: COLÓQUIO “PIRATARIA MARÍTIMA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: POSSIBILIDADES E CARACTERÍSTICAS DE EMPREGO OPERACIONAL. Portal Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha – CEPE-MB, Rio de Janeiro. Palestras em 26 de maio de 2022, Escola de Guerra Naval. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cepe/coloquio-pirataria>. Acesso em 13 de julho de 2023.

RAZA, . **DIPLOMACIA NAVAL: Um estudo em Estratégia.** Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, V.117, nº 4/6, abr./jun. 1997.

Relatório anual da ICC-IMB: 2022 - Incidentes mundiais de pirataria e assalto à mão armada contra navios. Portal www.MaritimeCyprus.com. Disponível em <https://maritimecyprus.com/2023/01/15/icc-imb-annual-report-2022-world-wide-incidents-of-piracy-and-armed-robbery-against-ships/>. Acesso em 04 de julho de 2023.

Representantes da ZOPACAS debaterão tráfego, busca e salvamento marítimos. Portal Poder Naval (www.naval.com.br). Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2013/10/02/representantes-da-zopacas-debaterao-trafego-busca-e-salvamento-maritimos/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

República Federal da Nigéria. Brasília, DF, 2014. Portal (www.gov.br/mre). Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-federal-da-nigeria>. Acesso em 30 de julho de 2023.

RIBEIRO, . **PORTUGAL E OS ESTUDOS MARÍTIMOS.** Livro: ESTUDOS MARÍTIMOS: Visões e Abordagens. ALMEIDA, Francisco Eduard Alves de; MOREIRA, William de Souza. Ed. Humanitas, São Paulo, 2019.

ROSA, Manuel Amante da. **O Atlântico Sul perante os novos desafios mundiais**. III Conferência Internacional, FLAD-IPRI, 10 a 11 de novembro de 2005. In Manuela Franco (coord) Livro: Portugal, os Estados Unidos e a África Austral. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), Instituto Português das Relações Internacionais (IPRI), 1ª Edição, Lisboa, 2006. p. 249-265.

Disponível em <https://www.yumpu.com/pt/document/read/4773804/portugal-os-estados-unidos-ea-africa-austral-fundacao-luso->. Acesso em 31 de julho de 2023.

ROTH, . **Uma Estratégia Marítima para o Atlântico Sul**. Livro: PERSPECTIVAS SOBRE ESTRATÉGIA MARÍTIMA: Ensaio das Américas, a nova estratégia marítima dos EUA e comentários sobre Uma Estratégia Cooperativa para o Poder Marítimo no Século XXI. TAYLOR, Paul Daniel. Organizador. Naval War College (US), 2007, “Tradução 2010”.

ROWLANDS, Kevin. **Decided preponderance at sea: naval diplomacy in strategic thought**. U.S. Naval War College Review 65, nº 4, 2012 apud MACEDO, Oswaldo Henrique Teixeira de. **A DIPLOMACIA NAVAL: UMA PERSPECTIVA PARA O SÉCULO XXI**. Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas 2013. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 2013.

SANTOS, . **ECONOMIA DO MAR**. Livro: ESTUDOS MARÍTIMOS: Visões e Abordagens. ALMEIDA, Francisco Eduard Alves de; MOREIRA, William de Souza. Ed. Humanitas, São Paulo, 2019.

São Tomé e Príncipe participa do 1º Simpósio Marítimo da ZOPACAS na Embaixada do Brasil. Portal Defesa Aérea & Naval. Disponível em <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/sao-tome-e-principe-participa-do-1o-simposio-maritimo-da-zopacas-na-embaixada-do-brasil>. Acesso em 13 de julho de 2023.

SANTOS, João Alberto Loureiro. **Uma Visão Portuguesa da Segurança do Atlântico Sul**. Comunicação apresentada no seminário internacional “O Futuro da Comunidade Transatlântica”, organizado pelo Instituto da Defesa Nacional em 10 de Setembro de 2010. Revista Nação e Defesa, Editora Instituto de Defesa Nacional (IDN), Lisboa, n. 128, 5ª série, 2011, p. 19-27. Portal Repositório Comum. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/4742>. Acesso em 27 de julho de 2023.

SARFATI, Gilberto. **ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL: DE TUCÍDIDES AOS NOVOS CONCEITOS**. Livro: PANORAMA BRASILEIRO DE PAZ E SEGURANÇA. Relações Internacionais; Vol. 2. Organizadores Cóvis Brigagão e Domício Proença Júnior. São Paulo: Ed. Hucitec; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004. 384 p.

SEABRA, Pedro. **Desafios e Oportunidades do Multilateralismo no Atlântico Sul**. Lisboa. Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa. 2019. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/20447/1/Seabra%20NeD%202019.pdf>. Acesso em 27 de julho de 2023.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **A DIPLOMACIA DE DEFESA NA SOCIEDADE INTERNACIONAL**. Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2014, 194 p.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida; HERZ, Mônica. **O Atlântico Sul na competição entre as grandes potências**. Portal Poder Naval (www.naval.com.br). Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2021/01/12/analise-o-atlantico-sul-na-competicao-entre-as-grandes-potencias/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

TILL, Geoffrey. **SEAPOW: a guide for the twenty-first century**. Fourth Edition. Abingdon, Oxon: New York, NY: Routledge, 2018, 458p.

UNODC participa em reunião preparatória da ZOPACAS em Brasília. Portal “UNODC”. Disponível em <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2010/12/07-unodc-participa-de-reuniao-preparatoria-da-zopacas-em-brasilia.html>. Acesso em 19 de junho de 2023.

VALENÇA, Marcelo. M.; MENEZES, Soraya Fonteneles. **RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O MAR: UM OLHAR A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS**. Livro: ESTUDOS MARÍTIMOS: Visões e Abordagens. São Paulo, Ed. Humanitas, 2019.

VAZ, Alcides. **O Atlântico Sul e as perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul**. Brasília: Ipea, jan./mar 2010. (Boletim de Economia e Política Internacional, n. 1) apud NEVES, André Luiz Varella. **Capítulo 7 - ATLÂNTICO SUL: PROJEÇÃO ESTRATÉGICA DO BRASIL PARA O SÉCULO XXI**. Livro: Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. PARTE II – O ATLÂNTICO SUL E OS DESAFIOS PARA A DEFESA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI Organizadores: Gilberto Fernando Gheller, Selma Lúcia de Moura Gonzales e Laerte Peotta de Mello. Brasília: IPEA: NEP, 2015. 645 p. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4385>. Acesso em 08 de abril de 2023.

VAZ, Carlos Alberto M.; MIGON, Eduardo Xavier F. G. **O BRASIL E AS ALTERNATIVAS PARA O INCREMENTO DA COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA & DEFESA NA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZOPACAS)**. Ensaio Teórico. Revista da Escola Superior de Guerra (ESG), V. 28, n. 56, p. 110-131, jan./jun. 2013.

VELLOSO, Ludovico Alexandre Cunha. **O Brasil e os países da Costa Oeste Africana e a Segurança Marítima no Atlântico Sul: Os Desafios do Poder Naval Brasileiro para a Segurança Marítima no Golfo da Guiné: o caso da Nigéria**. Monografia. Curso de Política e Estratégia Marítima, Escola de Guerra Naval: Rio de Janeiro, 2014, 145 p.

VIEIRA, Mauro Luiz Lecker. **Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião da abertura do V Curso para Diplomatas Africanos – Brasília, 10 de agosto de 2015**. Brasília, DF: MRE, 2015. Portal Ministério das Relações Exteriores (www.gov.br). Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira-2015-2016/discurso-do-ministro-mauro-vieira-por-ocasio-da-abertura-do-v-curso-para-diplomatas-africanos-brasilia-10-de-agosto-de-2015>. Acesso em de 31 julho de 2023.

VIGEVANI, Tulio; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Artigo de Contexto Internacional, Rio de Janeiro, Vol. 29, Nr. 2, p. 273-335, jul./dez 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 31 de julho de 2023.

VIVERO, J. L. S., MARRONI, E. V., MATEOS, J. C. R., FIGUEIREDO, E. L., & VIOLANTE, A. R. **Atlantismo no Atlântico Sul: comunidade de interesses e governança oceânica**. Revista da Escola de Guerra Naval, 26 (1), 2020, pp. 143-197.

WALKER, Márcio Saldanha. **A LOGÍSTICA DE DEFESA INTEGRADA À SOCIEDADE**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p. 261-282, janeiro/junho 2015.

WENDT, Alexandre. **Formação da Identidade Coletiva e o Estado Internacional**. American Political Science Review, vol. 88, edição 2, p. 384-396, 1994. Disponível em https://econpapers.repec.org/article/cupapsrev/v_3a88_3ay_3a1994_3ai_3a02_3ap_3a384-396_5f09.htm. Acesso em 04 de maio de 2023.

WIDEN, J.J. **Naval Diplomacy: A Theoretical Approach, Diplomacy & Statecraft**. 4ª ed., V.22, p.715-733, London: Routledge, 2011 apud CHIOZZO, Vitor. **DIPLOMACIA NAVAL: instrumento de política externa no mar**. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, V.138, n. 04/06, abr./jun. 2018.

WINN, J. I., & GOVERN, K. H. **Piratas Marítimos, Ladrões do Mar e Terroristas: Novas Abordagens para Ameaças Emergentes**. The Homeland Security Review. Vol. 2, Nr. 2, 2008, pp. 131-156. Disponível em <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/homIndsr2&div=13>. Acesso em 27 de julho de 2023.

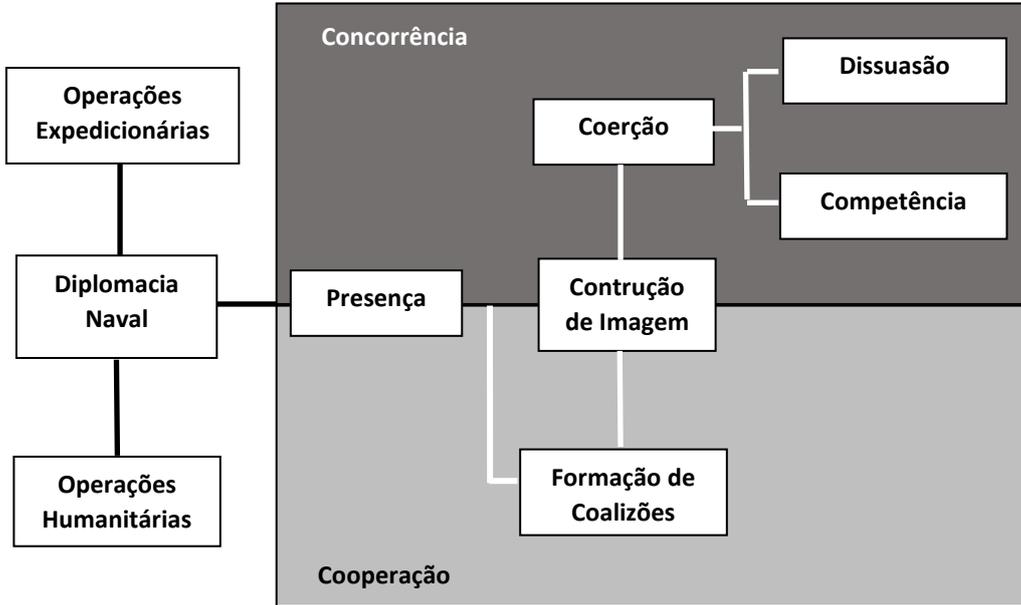
Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Portal gov.br Ministério da Defesa. Disponível em <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>. Acesso em 19 de junho de 2023.

ZOPACAS – Amorim propõe ações para fortalecer cooperação em Defesa. Portal “Defesenet”. Disponível em <https://www.defesenet.com.br/geopolitica/noticia/9322/zopacas-amorim-propoe-acoes-para-fortalecer-cooperacao-em-defesa/>. Acesso em 09 de junho de 2023.

ZOPACAS ou MARE BRASILIS – Lula e o MD. Portal “Defesenet”. Disponível em <https://www.defesenet.com.br/newsletter/noticia/9354/dn-zopacas-ou-mare-brasilis-lula-e-o-md/>. Acesso em 19 de junho de 2023.

ANEXO A – ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Propósito da Diplomacia Naval



FONTE: TILL, 2018, p. 366.

NOTA: Elaborado e traduzido pelo autor

FIGURA 2 – Trindade da Funções Navais



Operações de Combate no Mar: coleta de inteligência e vigilância, cobertura, interdição, contenção e bloqueio marítimos, operações de barreira e defesa de área, defesa em camadas, operações de força avançada, proteção de navios mercantes.

Operações de Combate pelo Mar: transporte marítimo, suporte às operações em terra e no ar, operações anfíbias.

FONTE: TILL, 2018, p. 362.

NOTA: Elaborado e traduzido pelo autor

FIGURA 3 – Triângulo de Groove – Papel das Marinhas



FONTE: GROVE, 1990, p. 236.

NOTA: Elaborado e traduzido pelo autor.

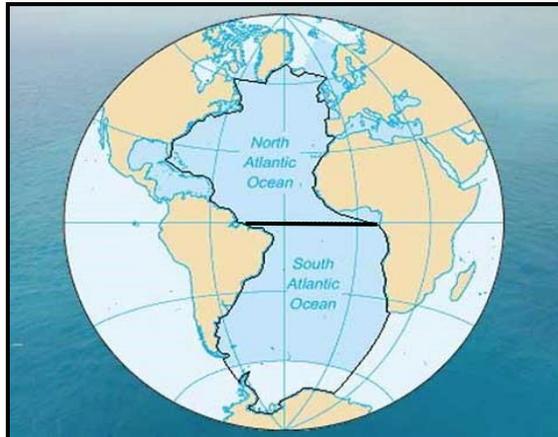
FIGURA 4 – Trapézio de Moreira – Papel das Marinhas



FONTE: MOREIRA, 1997.

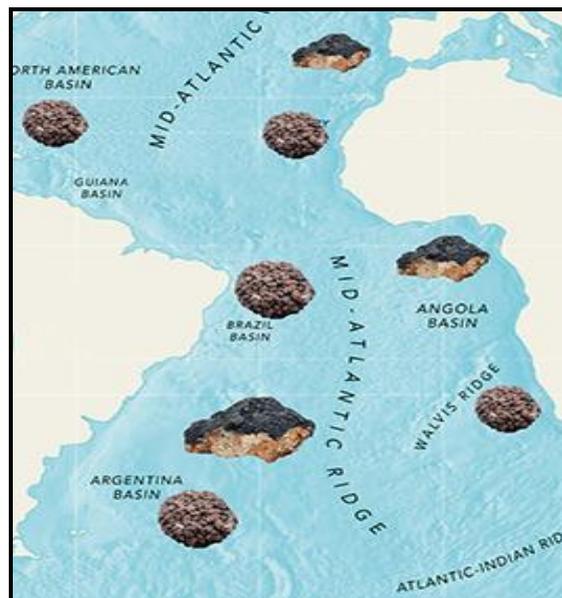
NOTA: Elaborado e traduzido pelo autor.

FIGURA 5 – Atlântico Sul – limites geográficos



FONTE: Sabedoria & Cia. Disponível em <https://www.sabedoriaecia.com.br/geografia/20-aspectos-interessantes-e-curiosidades-sobre-o-oceano-atlantico/>

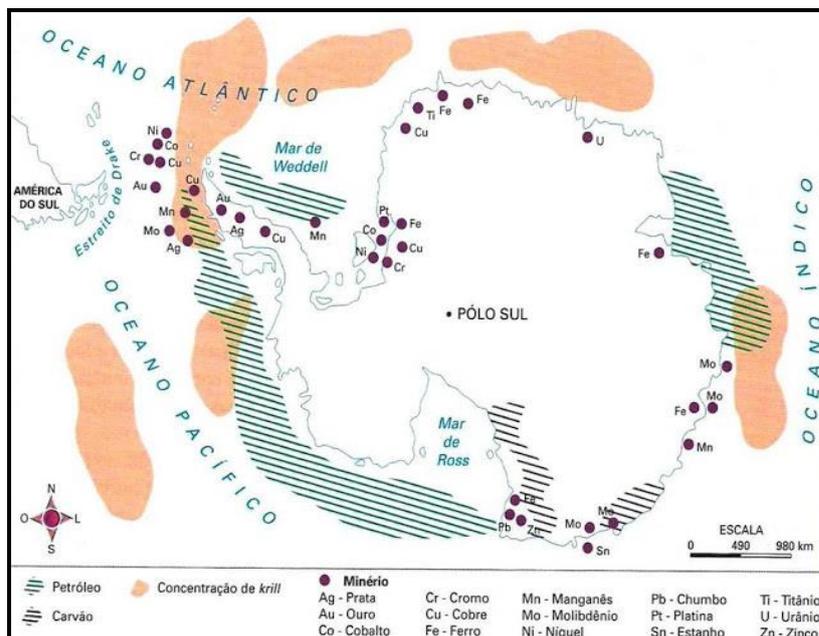
FIGURA 6 – Crostas cobaltíferas e nódulos poli metálicos no Atlântico Sul



FONTE: Pedras “vivas”, e com minerais valiosos, ainda despertam mistérios (recorte). Portal AUN – Agência Universitária de Notícias (USP). Disponível em <http://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2018/05/17/pedras-vivas-e-com-minerais-valiosos-ainda-despertam-misterios/>.

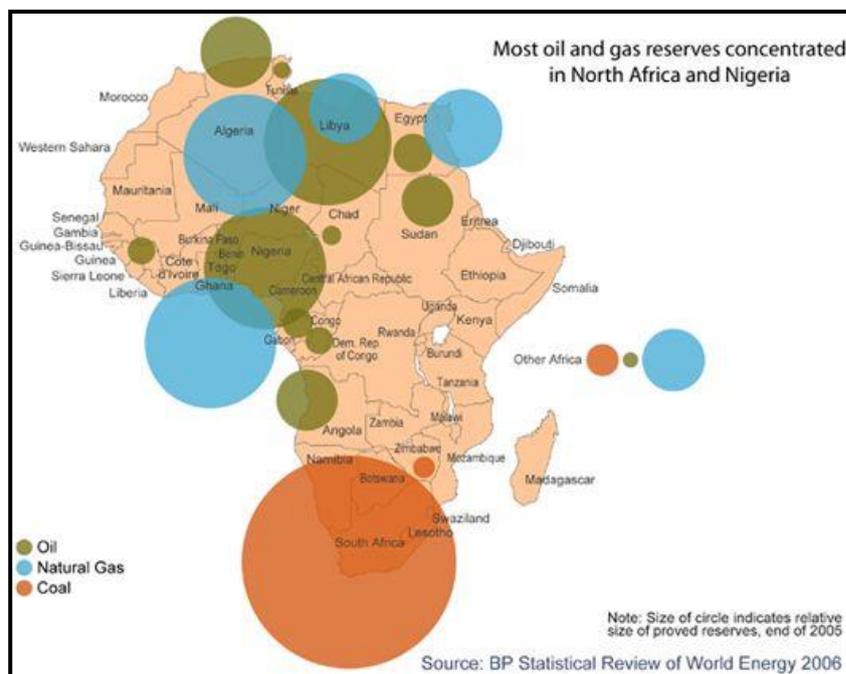
NOTA: Os nódulos e crostas polimetálicas são fontes de grandes quantidades de ferro ou/ e manganês e outros elementos químicos, como Cu (cobre), Ni (Níquel), Co (Cobalto), Ti (Titânio), Mo (Molibdênio), Li (Lítio), Te (Telúrio), Bi (Bismuto) e Zn (Zinco). A mais evidente diferença entre as crostas e os nódulos são a diferença de tamanho, sendo as crostas maiores que os nódulos; e o fato de que os nódulos tendem a ter maior concentração percentual de Co, enquanto as crostas são ricas de outros elementos, como Ni e Cu, por exemplo. Porém, ambos (crostas e nódulos) apresentam quantidades de Ni, Cu e Co, apesar de em teores diferentes.

FIGURA 7 – Fontes energéticas e mineiras na região da Antártica



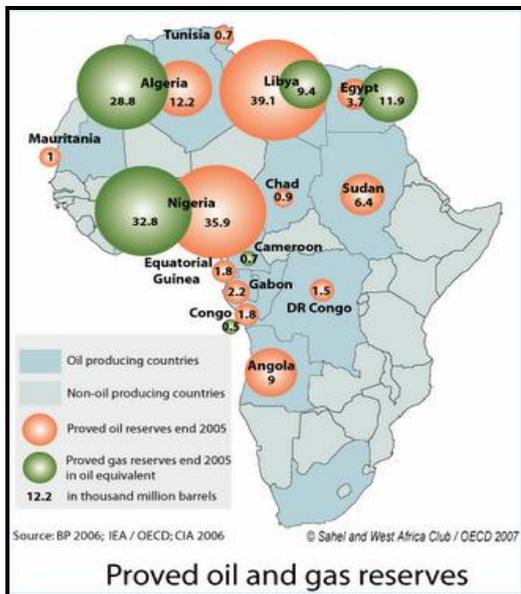
FONTE: Recursos Minerais da Antártida. Adaptado de Atlante geográfico metódico De Agostini 2005-2006. Novara: Instituto Geográfico De Agostini, 2005. p. 23. Disponível em <http://geografia.hi7.co/recursos-minerais-da-antartida-56c3cfac28e2.html>

FIGURA 8 – Reservas de gás e carvão na Namíbia e África do Sul em 2006

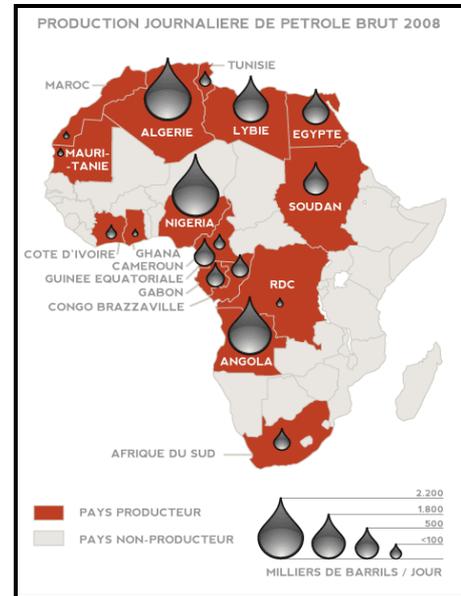


FONTE: Geopolítica do Petróleo. Disponível em <https://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/2010/11/02/tempos-de-mudanca-na-afrika-ocidental/reservas-de-petroleo-e-gas-na-afrika/>

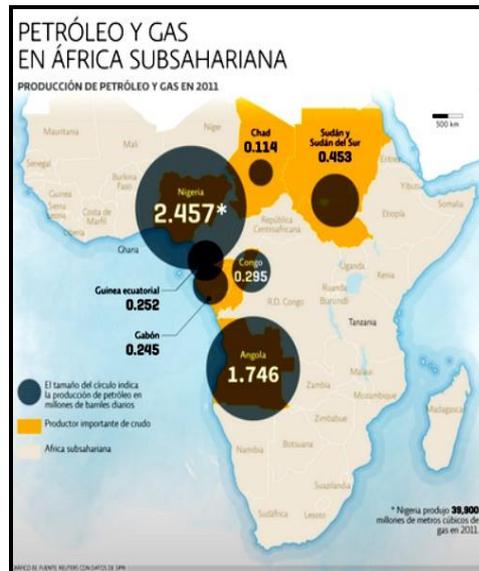
FIGURAS 9 – Reservas de petróleo e gás natural na costa ocidental da África (2007, 2008 e 2011)



(a - 2007)



(b - 2008)



(c - 2011)

FONTES:

a) Geopolítica do Petróleo. Disponível em

<https://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/2010/11/02/tempos-de-mudanca-na-africa-ocidental/reservas-de-petroleo-e-gas-na-africa/>

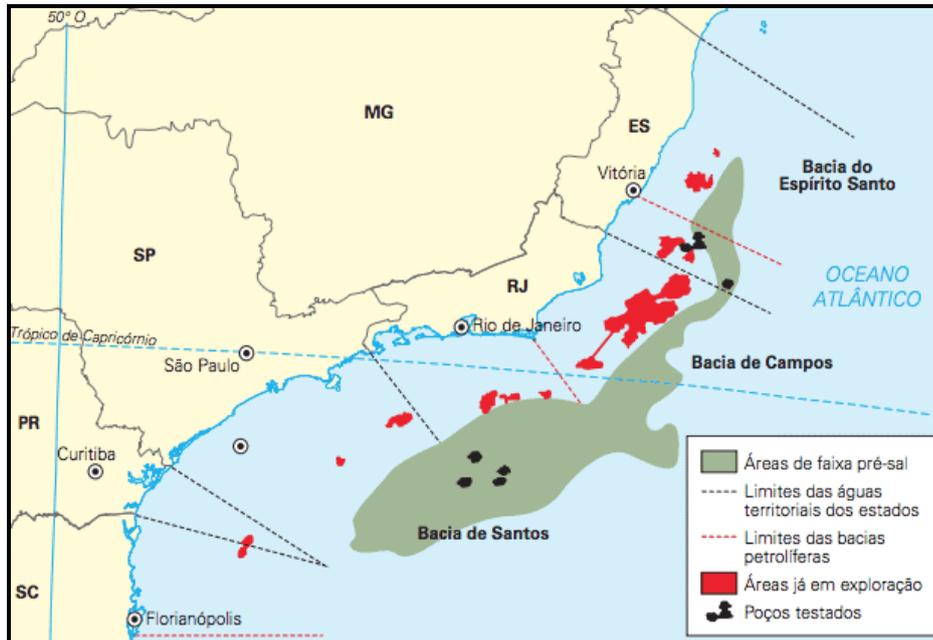
b) Temas atuais: Fontes de energia. Disponível em

<http://fontesdeenergiacapuerj.blogspot.com/2014/09/exploracao-do-petroleo-nigeriano.html>

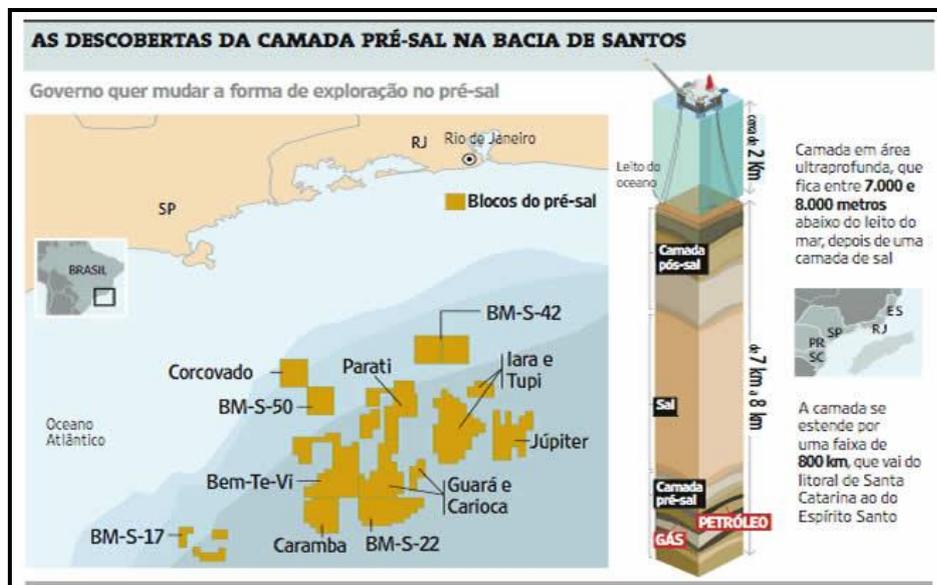
c) El Mundo Financiero. Com. Disponível em

<https://www.elmundofinanciero.com/noticia/39859/analisis-y-opinion/el-impacto-de-la-crisis-petrolera-en-africa.html>

FIGURAS 10 – Campos de exploração de petróleo e gás na camada pré-sal no Brasil



a) camada pré-sal no litoral Sudeste do Brasil



b) detalhe da camada pré-sal no litoral Sudeste do Brasil

FONTES:

a) Cola da Web. Petróleo no Brasil. Disponível em <https://www.coladaweb.com/geografia-do-brasil/petroleo-no-brasil-historia-e-reservas>

b) IndústriaHoje, Entenda o que é camada do pré-sal. Disponível em <https://industria hoje.com.br/entenda-o-que-e-camada-presal>

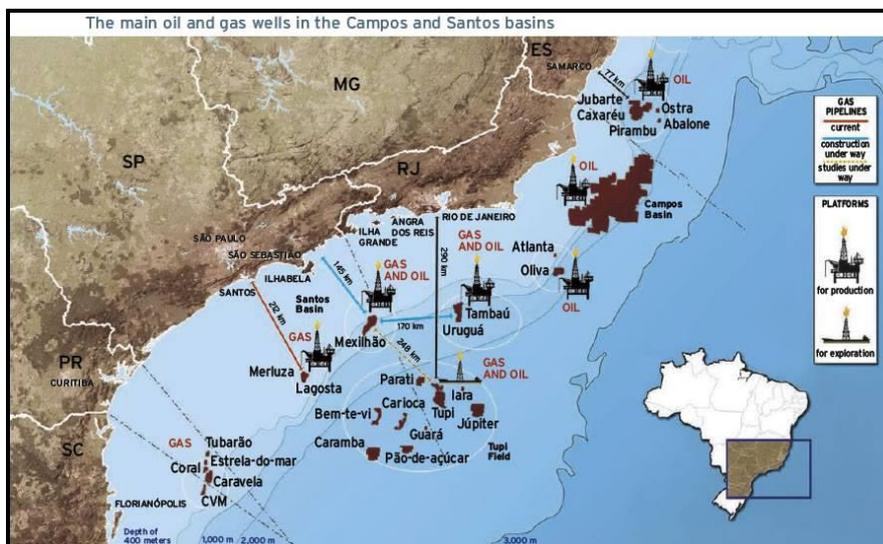
FIGURAS 11 – Saliente nordestino e Garganta atlântica**a) Saliente nordestino****b) Garganta atlântica**

FONTES: **a) e b)** – Wikipédia. A enciclopédia livre. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>

FIGURA 12 – Bacia de petróleo e gás no litoral Sudeste da PC brasileira



a) litoral



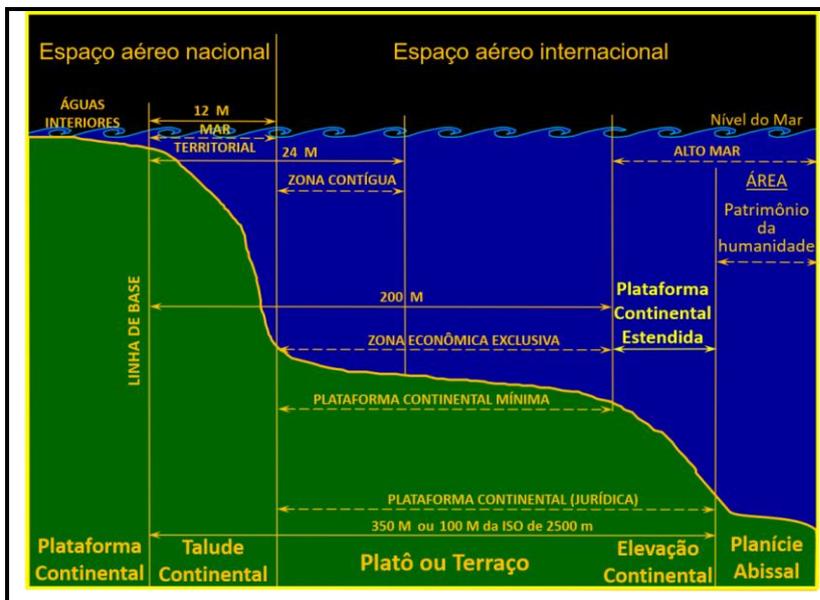
b) detalhe do pré-sal no litoral Sudeste do Brasil

FONTES:

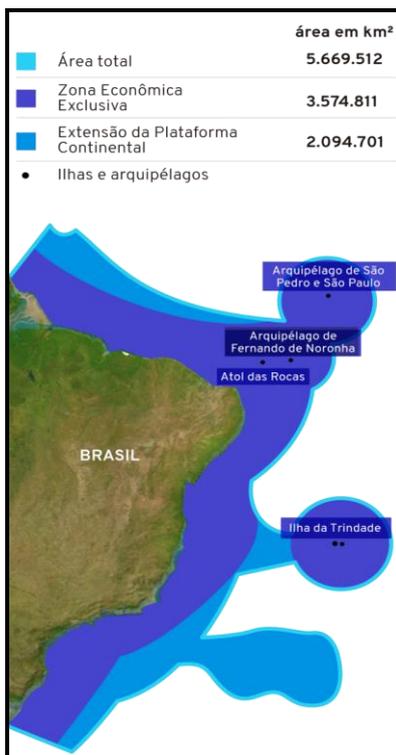
a) Cola da Web. Petróleo no Brasil. Disponível em <https://www.coladaweb.com/geografia-do-brasil/petroleo-no-brasil-historia-e-reservas>

b) NF25anos. Toda a reserva do Pré-sal equivale a sete vezes o PIB. Disponível em <https://sindipetronf.org.br/toda-a-reserva-do-pre-sal-equivale-a-sete-vezes-o-pib/>

**FIGURA 13 – Zona Econômica Exclusiva (ZEE)
(Limites da Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB))**



a)



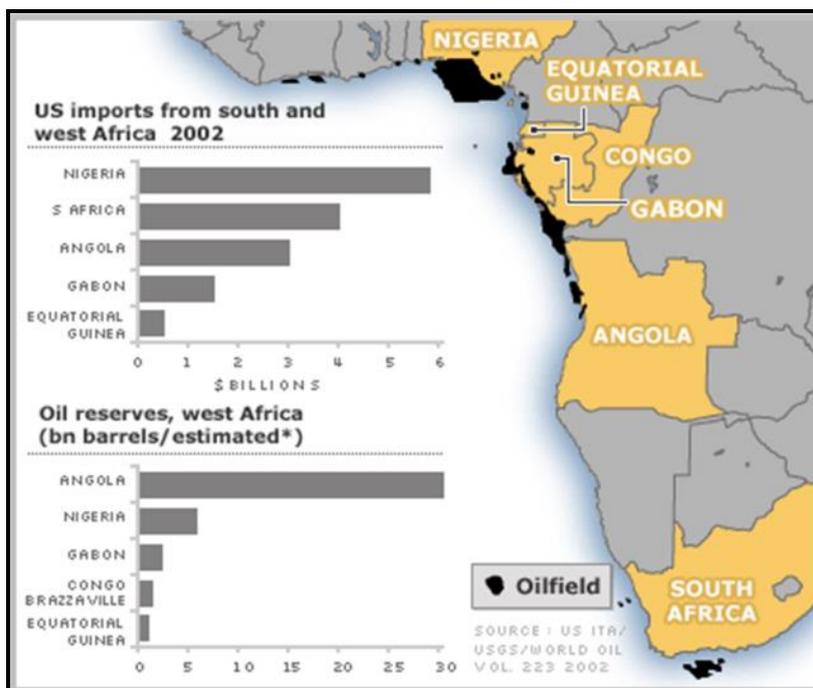
b)

FONTES:

a) PLANO DE LEVANTAMENTO DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA. CIRM. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/leplac>

b) O que é a Amazônia Azul e por que o Brasil quer se tornar potência militar no Atlântico. Marinha do Brasil. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/noticias/o-que-%C3%A9-amaz%C3%B4nia-azul-e-por-que-o-brasil-quer-se-tornar-pot%C3%Aancia-militar-no-atl%C3%A2ntico>

FIGURA 14 – Reservas de petróleo “offshore” na região do Golfo da Guiné



a) Costa ocidental da África (2002)



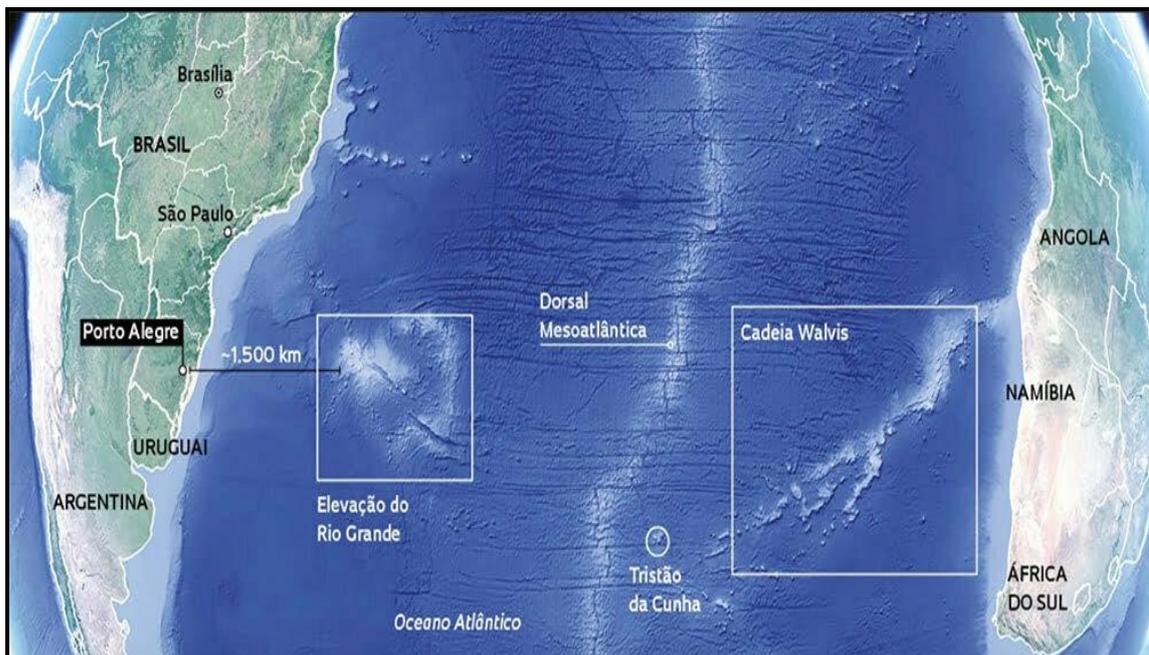
b) detalhe do Golfo da Guiné (2022)

FONTES:

a) Geopolítica do petróleo. Disponível em <https://geopoliticadopetroleo.wordpress.com/geopolitica-do-atlantico-sul/petroleo-no-golfo-da-guine/>

b) Defesa Aérea & Naval. Disponível em <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/os-riscos-ao-setor-de-petroleo-no-golfo-da-guine>

FIGURA 15 – Elevação do Rio Grande



a)



b)

FONTES:

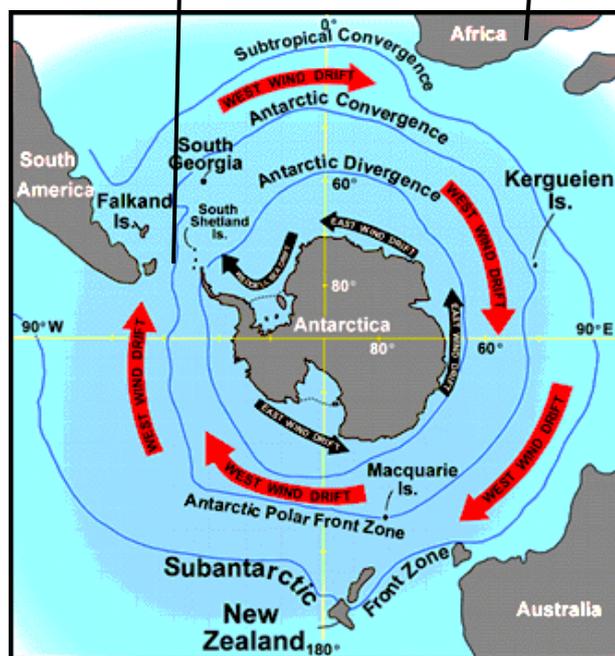
a) Mar sem fim. Elevação do Rio Grande, e perigos da exploração mineral. Disponível em <https://marsemfim.com.br/elevacao-do-rio-grande-e-perigos-da-exploracao-mineral/>

b) Tito Geopolítica. Elevação do Rio Grande: oportunidade e vulnerabilidade para o Brasil. Disponível em <https://www.atitoxavier.com/post/eleva%C3%A7%C3%A3o-do-rio-grande-oportunidade-e-vulnerabilidade-para-o-brasil>

FIGURA 16 – Foz do Rio da Prata e Convergência Antártica



a) Foz do Rio da Prata



b) Convergência antártica

FONTES:

a) Defesa Aérea & Naval. Perspectivas de conflitos no Atlântico Sul: reflexos para a Defesa Nacional. Disponível em <https://www.defesaaereanaval.com.br/aviacao/perspectivas-de-conflitos-no-atlantico-sul-reflexos-para-a-defesa-nacional>

b) Lifetime journey to Antarctica. Disponível em <http://lifetimeantarctica.blogspot.com/2014/12/antarctic-convergence.html>

FIGURA 17 – Cordão de ilhas oceânicas britânicas no Atlântico Sul



FONTE: Mar sem fim. Ilhas do Atlântico Sul – histórico e importância geopolítica. Disponível em <https://marsemfim.com.br/ilhas-do-atlantico-sul-historico/>

FIGURA 18 – Costa ocidental da África



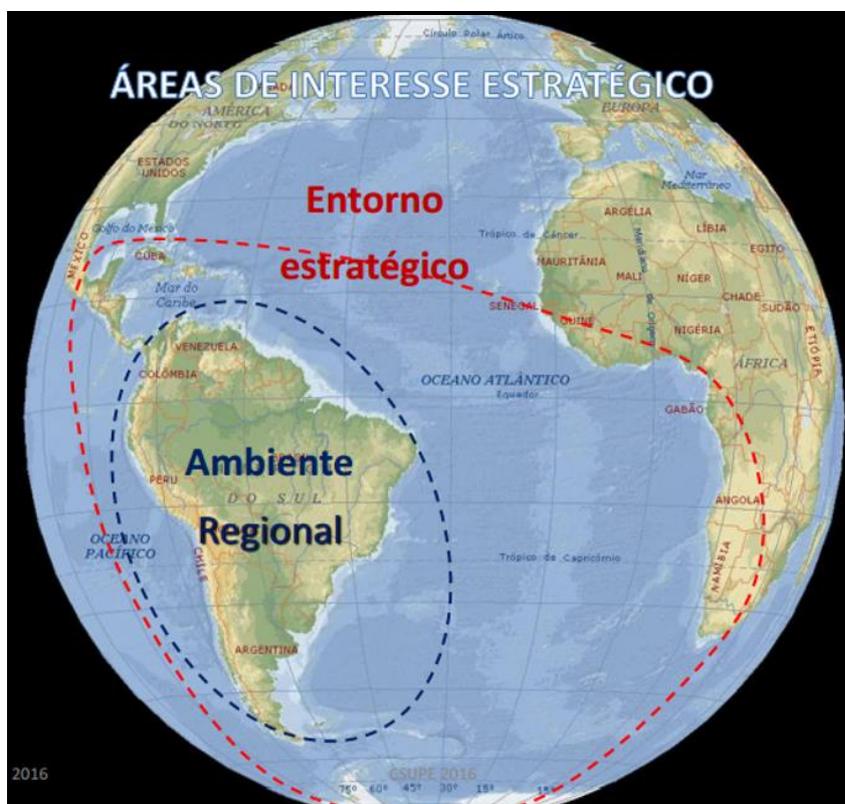
FONTE: Behance. Mapas. Disponível em <https://www.behance.net/gallery/133702205/Mapas-Entorno-Estratgico-Brasileiro>

FIGURA 19 – Áreas estratégicas do território brasileiro



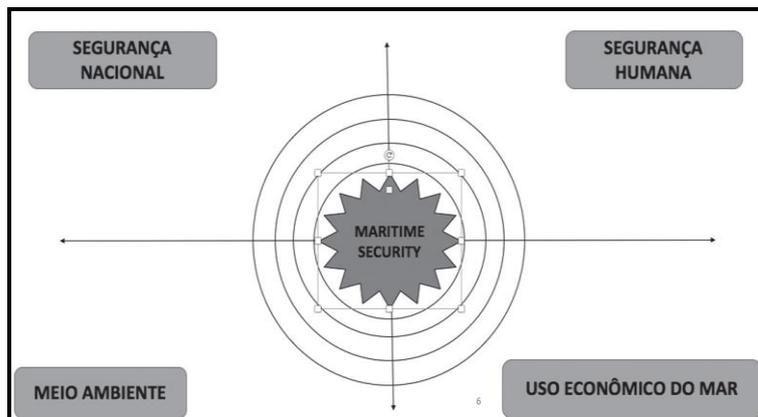
FONTE: FERNANDES, 2015, p.

FIGURA 20 – Entorno Estratégico do Brasil



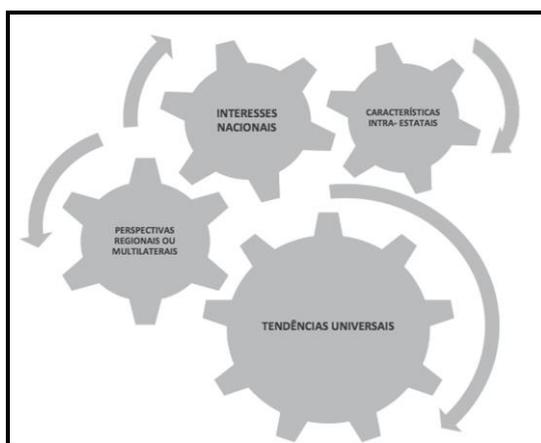
FONTE: FERNANDES, 2015, p.

FIGURA 21 – Matriz de segurança marítima

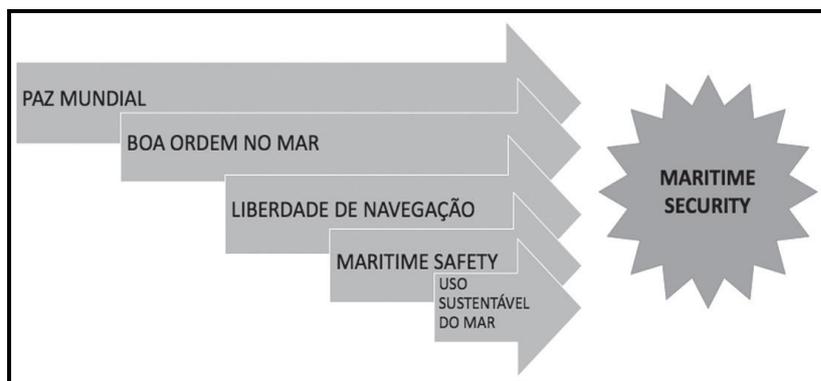


FONTE: BEIRÃO, 2019, p. 162.

FIGURA 22 – Abordagem complexa e convergente da segurança marítima



a) Abordagem complexa



b) Abordagem convergente

FONTE: BEIRÃO, 1999, p.162.

NOTA: **a)** Abordagem complexa - percepções de quatro esferas distintas da segurança marítima: universais, regionais, nacionais e intraestatais;
b) Abordagem convergente - alargamento conceitual, permitindo convergir diversas temáticas ao conceito de segurança marítima.

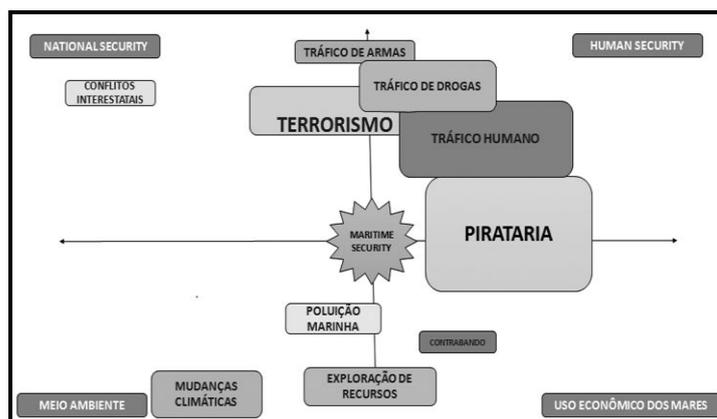
FIGURA 23 – Abordagem divergente da segurança marítima



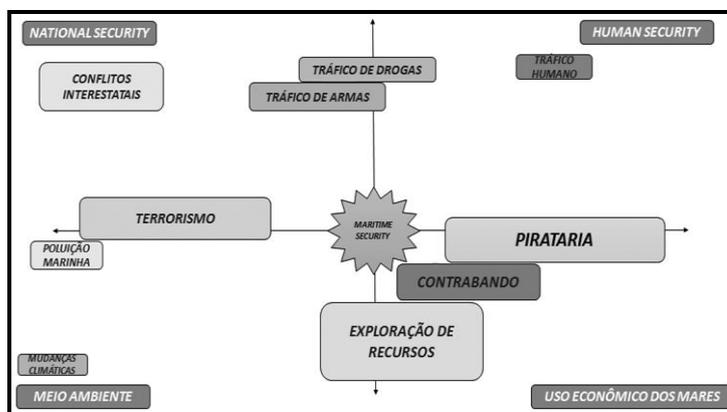
FONTE: BEIRÃO, 1999, p.162

NOTA: Abordagem divergente - sub-temáticas quase consensuais como pertencentes ao conceito de segurança marítima e típicas de maritime security, ou seja, novas temáticas que, cada vez mais, são inseridas nesse debate.

FIGURA 24: Abordagem complexa GLOBAL e REGIONAL (Atlântico Sul)



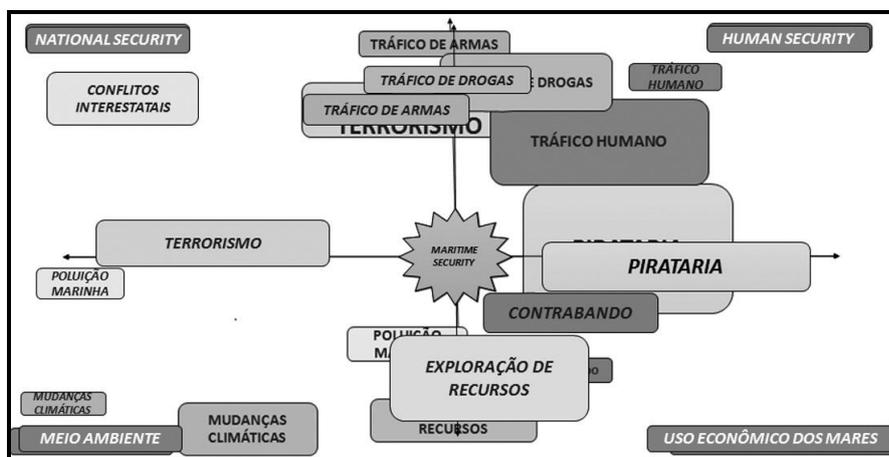
a) Abordagem complexa GLOBAL



b) Abordagem complexa REGIONAL (Atlântico Sul)

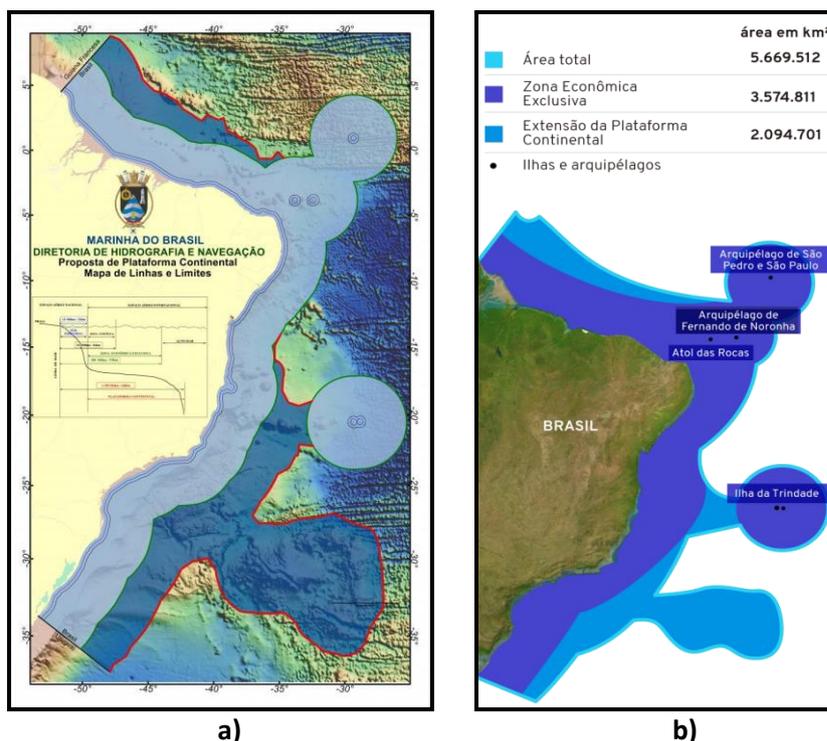
NOTAS: **a)** Percepção GLOBAL das ameaças;
b) Percepção REGIONAL (Atlântico Sul) das ameaças

FIGURA 25 – Convergência das abordagens, unificando as duas percepções GLOBAL e REGIONAL (Atlântico Sul)



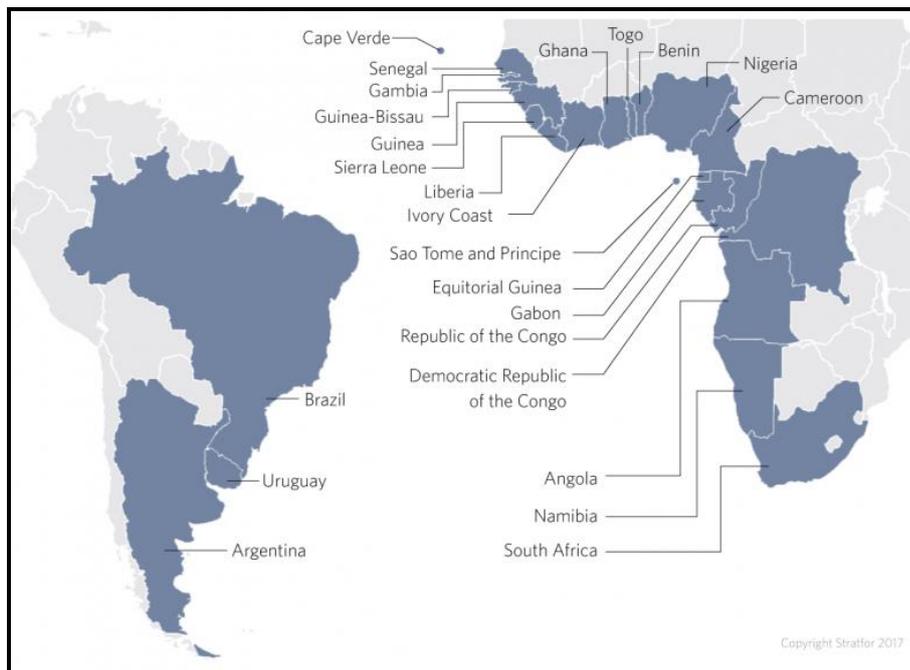
FONTE: BEIRÃO, 2019, p. 162.

FIGURA 26 – Amazônia Azul



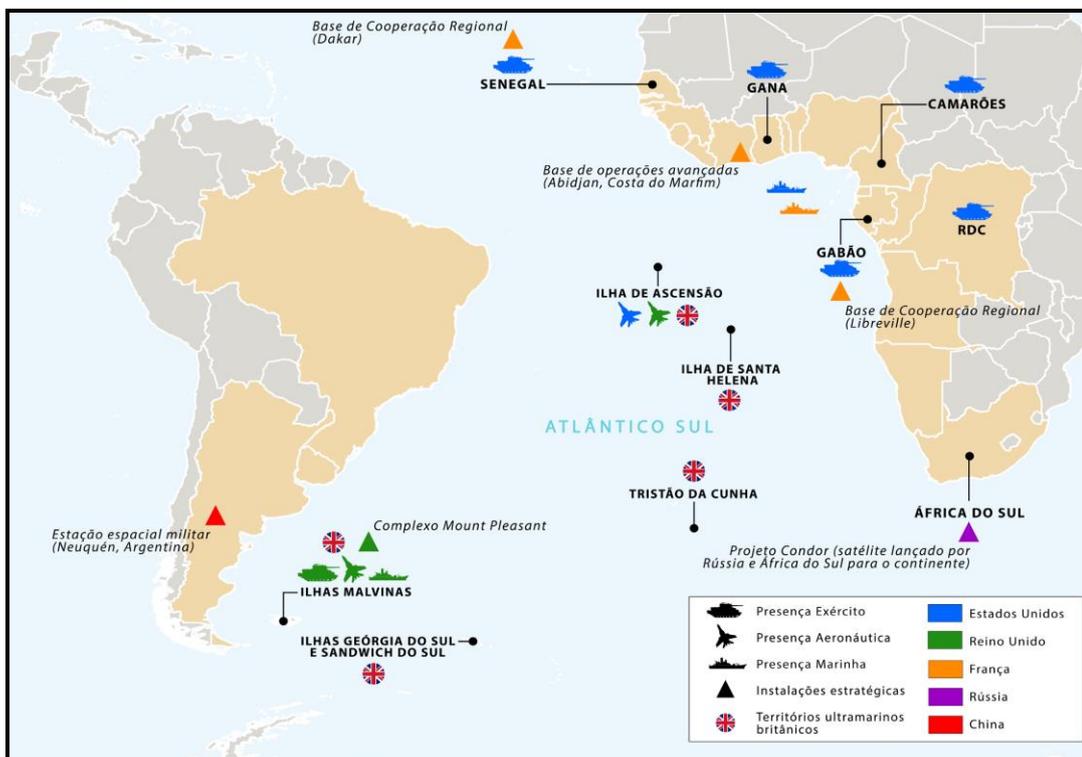
FONTES: **a)** Comando do 8º Distrito Naval. Dia Nacional da “Amazônia Azul”. Disponível em https://www.marinha.mil.br/com8dn/?q=amazonia_azul
b) Marinha do Brasil. O que é a Amazônia Azul e por que o Brasil quer se tornar potência militar no Atlântico. Disponível em <https://www.marinha.mil.br/economia-azul/noticias/o-que-%C3%A9-amaz%C3%B4nia-azul-e-por-que-o-brasil-quer-se-tornar-pot%C3%Aancia-militar-no-atl%C3%A2ntico>

FIGURA 27 – Países integrantes da ZOPACAS



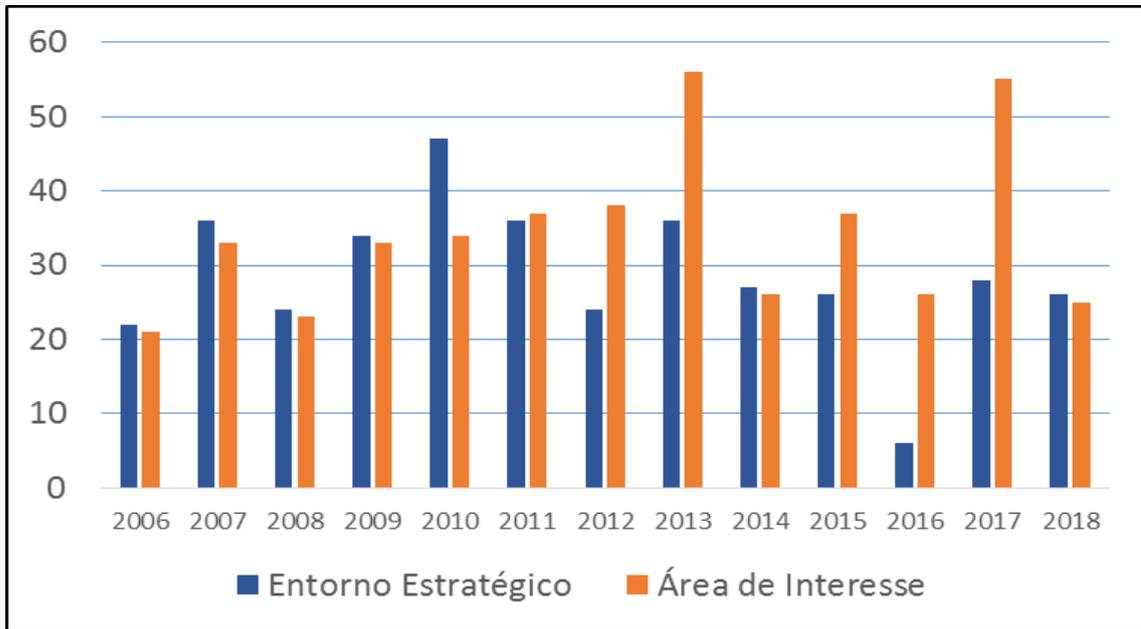
FONTE: Defesa em Foco. Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Disponível em <https://www.defesaemfoco.com.br/conheca-a-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas/>

FIGURA 28 – Potências militares externas ao Atlântico Sul na África



FONTE: BOLETIM GEOCORRENTE, Edição Especial: ZOPACAS, Ed. Nº 2, Ano 7, 2021, p. 13.

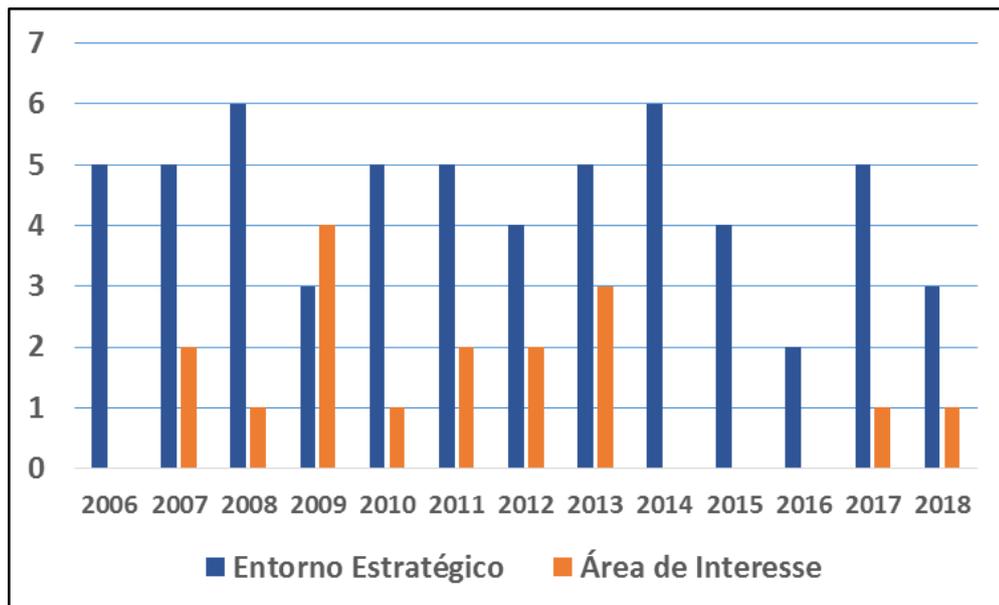
Gráfico 1 – Visitas realizadas pelos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais aos portos estrangeiros, de 2006 a 2018



FONTE: FERREIRA, 2019, p. 51. Adaptado pelo autor.

NOTA: Levantamento efetuado por Ferreira (2019), junto ao arquivo da MB e análise dos Memorandos do Comandante da Marinha com a aprovação do Programa de Viagens ao Exterior de Navios e Forças, no período de 2006 a 2018. Área de Interesse (América do Norte e Europa).

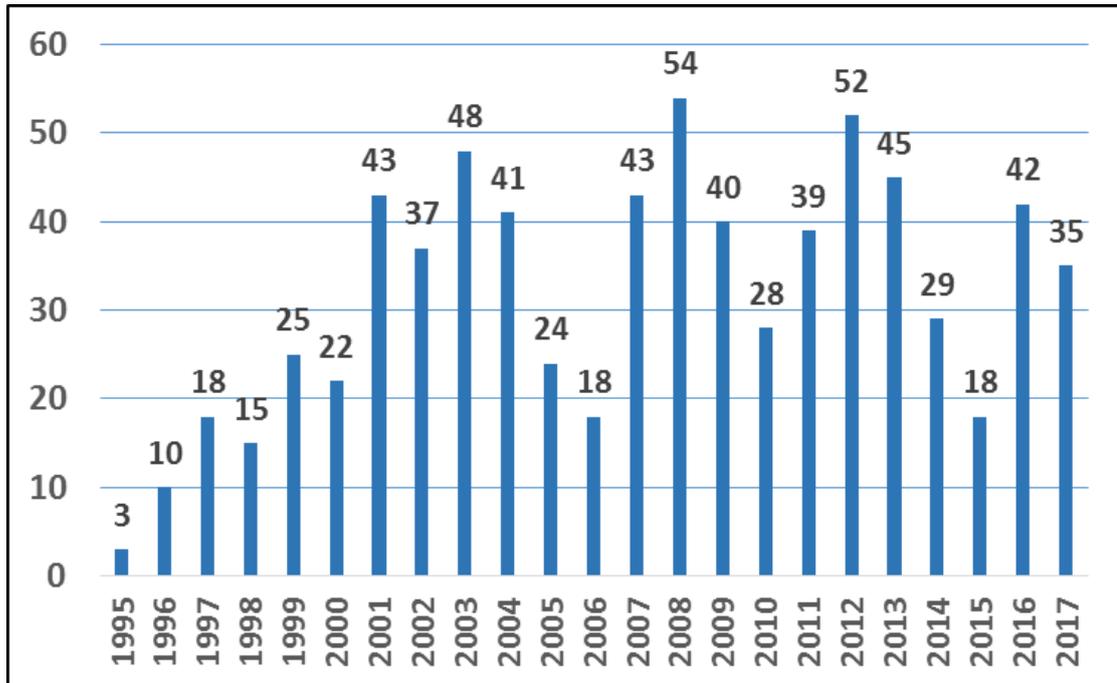
Gráfico 2 – Exercícios combinados, nas regiões apontadas, de 2006 a 2018



FONTE: FERREIRA, 2019, p. 54.

NOTA: Levantamento efetuado por Ferreira (2019), junto ao arquivo da MB. Adaptado pelo autor.

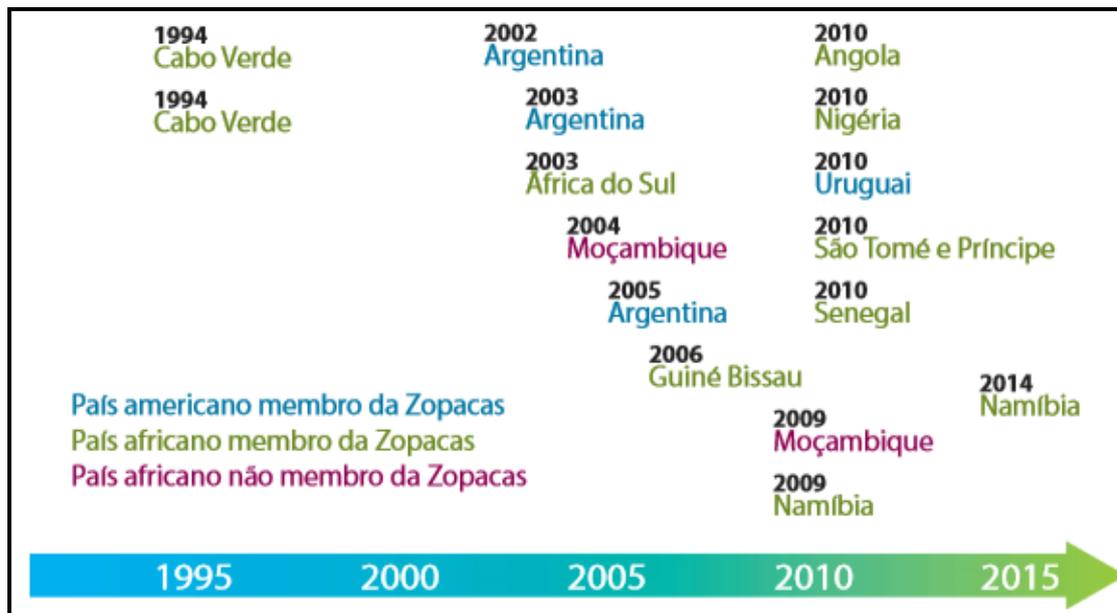
Gráfico 3 – Evolução dos ataques de pirataria marítima no Golfo da Guiné



FONTE: FERREIRA, 2019, p. 82.

NOTA: Dados confirmados pelo autor em extratos dos Relatórios Anuais ICC IMB - PIRACY AND ARMED ROBBERY AGAINST SHIPS. Disponíveis, por ano, em <https://www.icc-ccs.org/reports/2022%20Annual%20IMB%20Piracy%20and%20Armed%20Robbery%20Report.pdf>. Adaptado pelo autor.

Quadro 1 – Acordos bilaterais sobre defesa com países africanos ou membros da ZOPACAS, entre 1994 e 2015



FONTE: Lima et al. (2017).

Quadro 2 – Relação END-PND (relação AED-ED-OND)

PND		END			
OND V	Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior	ED-2	Fortalecimento da Capacidade de Dissuasão	AED-64	Incrementar a participação das Forças Armadas em exercícios operacionais com outros países.
		ED-12	Emprego de Ações Diplomáticas relacionadas à Defesa	AED-67	Incrementar o relacionamento com o Setor de Defesa de outros países
				AED-68	Incrementar as ações de presença naval em apoio às ações de diplomacia
OND VII e OND VIII	Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais e Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais	ED-15	Promoção da integração regional	AED-76	Estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa
AED-77	Intensificar as parcerias estratégicas, cooperação e intercâmbio militar com as FFAA dos países sul-americanos				
AED-78	Incrementar a participação brasileira em organismos e fóruns				

OND VII e OND VIII	Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais	ED-16	Promoção da Cooperação Internacional		multilaterais de defesa regional
				AED-79	Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais
				AED-80	Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países
	AED-81			Intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos multilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa	
	AED-82			Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais	
	AED-83			Incrementar a participação brasileira nas decisões sobre o destino da região Antártica	
	Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais			AED-82	Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos

OND VII	Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais	ED-17	Atuação em Organismos Internacionais		inter-regionais
	OND VIII			<i>Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais</i>	AED-84
				AED-85	Aperfeiçoar o adestramento de civis e militares para participação em operações internacionais

FONTE: Elaborado pelo autor.

Quadro 3 – Exercícios multilaterais Obangame Express e Grand African Nemo

a) Exercício multilateral combinado Obangame Express

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Meio naval brasileiro	NPaOc Apa	NPaOc Amazonas	NPaOc Araguari	NPaOc Apa	NPaOc Amazonas	NPaOc Araguari	—	NPaOc Araguari
Áreas marítimas e Marinhas que foram focadas	Litoral do Camarões	Entre os litorais da Costa do Marfim e Angola	-	Marinhas das Repúblicas: Angola, Congo e Democrática do Congo	Angola, Congo e Democrática do Congo	Marinha de Angola	—	-

FONTE: Elaborado pelo autor

Quadro 3: (continuação)**b) Exercício multilateral combinado Grand African Nemo**

Ano	2019	2020	2021
Meio naval	NPaOc Apa	NPaOc Apa	NPaOc Amazonas
Áreas ou Marinhas que foram focadas	Litoral do Senegal	Litoral do Senegal	Litorais de Camarões e Congo

FONTE: Elaborado pelo autor

Quadro 4 – Exercícios multilaterais IBSAMAR

Edition	Dates	Participants	Location	References
I	2 - 16 May 2008		South Africa	[2]
II	10 - 26 September 2010	<ul style="list-style-type: none"> • INS Mysore • INS Tabar • INS Ganga • INS Aditya • Niteroi Class frigate • SAS Amatola • SAS Spioenkop • SAS Galeshewe • SAS Queen Modjadji I • SAS Drakensberg 	South Africa	[3]
III	10 - 26 October 2012	<ul style="list-style-type: none"> • INS Delhi • INS Deepak • BNS Barroso • SAS Amatola • SAS Umzimkulu • SAS Queen Modjadji I 	South Africa	[4]
IV	20 October - 7 November 2014		Naval Base Simon's Town, South Africa	[5]

V	19 - 29 February 2016	<ul style="list-style-type: none"> • INS Mumbai • INS Trishul • INS Shalki • BNS Amazonas • SAS Spioenkop 	Goa, India	[6]
VI	1 - 13 October 2018	<ul style="list-style-type: none"> • INS Tarkash • INS Kolkata • BNS Barroso • SAS Amatola • SAS Protea • SAS Manthatisi 	Simon's Town, South Africa	[7]
VII	10 - 12 October 2022	<ul style="list-style-type: none"> • INS Tarkash 	Gqeberha, South Africa	[8]

FONTE: https://en.wikipedia.org/wiki/IBSAMAR#cite_note-Tango-2. Adaptado pelo autor
 NOTAS: Referências para a Tabela 2:

1. ["Exercise 'IBSAMAR'"](#). Indian Navy. Retrieved 10 October 2014.
2. ^ Khurana, Gurpreet S. ["India-Brazil-South Africa 'Tango' at Sea"](#). Institute for Defence Studies and Analysis. Retrieved 10 October 2014.
3. ["Multi-national exercise between Indian, Brazil and South African Navies: exercise IBSAMAR / South African Government"](#). www.gov.za. Retrieved 14 October 2022.
4. Martin, Guy (16 October 2012). ["Rough seas delay Ibsamar III naval exercise"](#). defenceWeb. Retrieved 14 October 2022.
5. navaltoday (19 November 2014). ["Exercise IBSAMAR IV Comes to an End"](#). Naval Today. Retrieved 14 October 2022.
6. ["Exercise IBSAMAR' between India, South Africa, Brazil begins on Friday | Latest News & Updates at Daily News & Analysis"](#). dna. 18 February 2016. Retrieved 12 June 2016.
7. ["IBSAMAR VI: India, Brazil & SA Navies train to build interoperability"](#). The Financial Express. 2 October 2018. Retrieved 22 October 2018.
8. ["INDIAN NAVAL SHIP TARKASH REACHES SOUTH AFRICA FOR IBSAMAR VII"](#). pib.gov.in. Retrieved 14 October 2022.